

ISBN 978-65-87226-08-8

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS - SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

ENCICLOPÉDIA
DOS MUNICÍPIOS
MARANHENSES

REGIÃO DE
DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA
MARANHENSE

VOLUME 6

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

SEJAM BEM-VINDOS A
SÃO FRANCISCO DO BREJÃO
A CAPITAL DO LEITE

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE

VOLUME 6

São Luís

2020

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE

Luis Fernando Silva

**PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC**

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

ELABORAÇÃO

Carlos Henrique Santos da Silva
Getúlio Estefânio Duarte Martins
José Ribamar Trovão
Weskley Sandes Silva de Almeida

COLABORAÇÃO

Eloina Coelho Carneiro
Luciano Aranha Andrade
Helton Garces Gomes

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

REVISÃO DE LINGUAGEM

Yamille Priscilla Castro
Carla Vitória Pontes Mendes

**CAPA/DIREÇÃO DE
ARTE**

Carlíane de Oliveira Sousa

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC.

Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: região de desenvolvimento
da Amazônia Maranhense. Instituto Maranhense de Estudos
Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. São Luís: IMESC, 2020.

v. 6: il; 202 p.

ISBN 978-65-87226-08-8

1. Enciclopédia 2. Municípios 3. Maranhão. I. Título

CDU 030 (812.1)

APRESENTAÇÃO

A Amazônia Maranhense compreende uma vasta área no Oeste do Maranhão, na planície fluvial, drenada pelas bacias hidrográficas dos rios Pindaré e Gurupi, compondo parte da Floresta Amazônica.

A região é formada por cinco municípios: Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão. Distribui-se em uma área de 15.357,470 km² e uma população de 258.680 habitantes estimada em 2020, com densidade demográfica de 16,84 hab./km² e PIB de R\$ 3.342,736 bilhões.

Apresenta grande diversificação econômica, resultado das indústrias metalúrgicas e siderúrgicas, assim como a produção de carvão vegetal e extração de madeira, oriunda principalmente, do eucalipto, pecuária voltada para a produção de leite e comércio diversificados. Como meio de comunicação, dispõe das BRs 010 e 222 e MA 006, além da Estrada de Ferro Carajás que a comunica diretamente com o Porto do Itaqui e da Ferrovia Norte/Sul que passa pelo território regional.

Com a presente publicação, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), dá prosseguimento à execução do projeto – “Enciclopédia dos Municípios Maranhenses”, iniciado no ano de 2012.

A obra possui um escopo abrangente, compreendendo uma série de temáticas, como: símbolos municipais, processo de ocupação, caracterização física, economia, população, saúde, educação, espaço urbano e rural, cultura, turismo, transporte, além de diversificadas particularidades próprias de cada município.

A Enciclopédia dos Municípios Maranhenses – Amazônia Maranhense –, em seu volume VI, está disponível a toda comunidade acadêmica, docente e discente, pesquisadores, gestores públicos e privados e demais interessados. Apresenta informações capazes de subsidiar o planejamento de ações que têm o fito de traçar diagnósticos e prognósticos dessa parte significativa do território maranhense, a qual tem despertado o interesse de vários países do mundo.

Luis Fernando Silva

Secretário de Estado de Programas Estratégicos

Dionatan Silva Carvalho

Presidente do IMESC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Árvore genealógica dos municípios da Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhenses.....	13
Figura 2	Mapa dos municípios da Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhenses.....	14
	Açailândia	
Figura 3	Mapa de localização do município Açailândia.....	18
Figura 4	Construção da rodovia Belém-Brasília, próximo a Açailândia - MA, 1958 (atual Av. Bernardo Sayão – Centro).....	21
Figura 5	Obras de terraplenagem na construção da rodovia Belém Brasília, Açailândia – MA, 1958.....	22
Figura 6	Primeira residência e comércio da cidade, Açailândia – MA, 1959.....	23
Figura 7	Vista da Cidade de Açailândia.....	29
Figura 8	Padrão construtivo do Centro de Açailândia.....	30
Figura 9	Avenida Santa Luzia.....	31
Figura 10	BR-010, próximo à Praça da Bíblia.....	32
Figura 11	Rua Marly Sarney e Mercado Municipal.....	32
Figura 12	Praça da Bíblia.....	33
Figura 13	Rua Bonaire.....	33
Figura 14	Praça do Pioneiro.....	34
Figura 15	Rua Des. Tácito Caldas.....	35
Figura 16	Praça Boa Esperança.....	35
Figura 17	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.....	42
Figura 18	Faculdade Vale do Aço – Favale.....	42
Figura 19	Hospital Municipal de Açailândia.....	43
Figura 20	Produtos da horticultura cultivados na área urbana.....	49
Figura 21	Floresta de eucalipto.....	52
Figura 22	Tanques de derivados de petróleo e oleoduto do Pool Petroleiro de Pequiá.....	53
Figura 23	Plano geral do Polo Siderúrgico de Pequiá.....	54
Figura 24	Balneário Walter Figueiredo.....	56
Figura 25	Açaí Folia.....	57
Figura 26	Junina Matutos do Rei.....	58
Figura 27	Igreja Matriz de São Francisco de Assis.....	60
Figura 28	Estação ferroviária de Açailândia.....	63
	Bom Jesus das Selvas	
Figura 29	Mapa de localização do município Bom Jesus das Selvas.....	68
Figura 30	Voçorocas na área urbana do município.....	78
Figura 31	Vista área da cidade de Bom Jesus das Selvas.....	81
Figura 32	Portal de Bom Jesus das Selvas.....	81
Figura 33	Vista parcial da BR 222 na cidade de Bom Jesus das Selvas.....	82
Figura 34	Praça Luiz da Silva Fabricante.....	83
Figura 35	Rua pavimentada com bloquetes hexagonais.....	84
Figura 36	Planta da cidade de Bom Jesus das Selvas.....	84
Figura 37	Hospital Municipal de Bom Jesus das Selvas.....	89
Figura 38	Plantação de eucalipto.....	94
Figura 39	Rua dos Jambeiros.....	97

Figura 40	Monumento a Bom Jesus.....	98
Figura 41	Terminal rodoviário de Bom Jesus das Selvas.....	101
	Buriticupu	
Figura 42	Mapa de localização do município Buriticupu.....	105
Figura 43	Vista da cidade de Buriticupu.....	114
Figura 44	Vista parcial da Av. Castelo Branco.....	114
Figura 45	Vista parcial do Bosque Maracajá.....	115
Figura 46	Planta da cidade de Buriticupu.....	116
Figura 47	Hospital Municipal Pedro Neiva de Santana.....	120
Figura 48	Rio Buriticupu.....	128
Figura 49	Igreja Matriz de Buriticupu.....	129
Figura 50	Pista de pouso de Buriticupu.....	132
	Itinga do Maranhão	
Figura 51	Mapa de localização do município Itinga do Maranhão.....	137
Figura 52	Vista da Cidade de Itinga do Maranhão.....	143
Figura 53	Vista Parcial da Avenida Presidente Médici.....	144
Figura 54	Praça em Itinga do Maranhão.....	144
Figura 55	Vista parcial da Escola estadual em Itinga do Maranhão.....	148
Figura 56	Hospital Municipal de Itinga do Maranhão.....	149
Figura 57	Rua Açailândia.....	157
Figura 58	Rio Itinga.....	158
Figura 59	Gramado do Estádio “Muriçocão”.....	159
Figura 60	Monumento Onça de Itinga.....	160
Figura 61	Peças em madeira exposta em lojas na BR-010.....	160
Figura 62	Igreja Matriz de Itinga do Maranhão.....	161
	São Francisco do Brejão	
Figura 63	Mapa de localização do município São Francisco do Brejão.....	168
Figura 64	Vista aérea da cidade de São Francisco do Brejão.....	175
Figura 65	Avenida Castelo Branco.....	176
Figura 66	Praça São Francisco de Assis.....	176
Figura 67	Hospital Municipal Santa Rosa.....	182
Figura 68	Pequenas hortas em quintais na área urbana.....	186
Figura 69	Laticínio em São Francisco do Brejão.....	190
Figura 70	Monumento “Capital do Leite”.....	191
Figura 71	Balneário Novo Horizonte, Córrego Brejão.....	191
Figura 72	Estádio de Futebol o “Cruzadão”.....	192
Figura 73	Igreja Matriz de São Francisco de Assis.....	193
Figura 74	Ferrovia Norte-Sul e detalhe da MA 125.....	195

LISTA DE TABELAS

	Açailândia	
Tabela 1	Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras.....	38
Tabela 2	Número de estabelecimento e área, segundo a condição do produtor.....	39
Tabela 3	Distribuição da população residente.....	40
Tabela 4	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	46
Tabela 5	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	47
Tabela 6	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção da horticultura.....	48
Tabela 7	Efetivo dos rebanhos.....	50
Tabela 8	Quantidade e valor da produção de origem animal.....	50
Tabela 9	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal.....	51
Tabela 10	Produção e valor da aquicultura por tipo de produto.....	52
Tabela 11	População residente por religião	60
Tabela 12	Consumo de energia elétrica por classe	62
	Bom Jesus das Selvas	
Tabela 13	Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras	86
Tabela 14	Número de estabelecimento e área, segundo a condição do produtor.....	86
Tabela 15	Distribuição da população residente.....	87
Tabela 16	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	91
Tabela 17	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	92
Tabela 18	Efetivo dos rebanhos.....	93
Tabela 19	Produção e valor da aquicultura por tipo de produto.....	95
Tabela 20	Distribuição da população por religião	100
Tabela 21	Consumo de energia elétrica por classe	100
	Buritcupu	
Tabela 22	Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras	117
Tabela 23	Número de estabelecimento e área, segundo a condição do produtor.....	118
Tabela 24	Distribuição da população residente.....	119
Tabela 25	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	123
Tabela 26	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	124
Tabela 27	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura	124
Tabela 28	Efetivo dos rebanhos.....	125
Tabela 29	Produção e valor da aquicultura por tipo de produto.....	126
Tabela 30	População residente por religião.....	130
Tabela 31	Consumo de energia elétrica por classe.....	130
	Itinga do Maranhão	
Tabela 32	Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras.....	146
Tabela 33	Número de estabelecimento e área, segundo a condição do produtor.....	147
Tabela 34	Distribuição da população residente.....	147
Tabela 35	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária.....	152

Tabela 36	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	153
Tabela 37	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura	154
Tabela 38	Efetivo do rebanho.....	154
Tabela 39	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal.....	155
Tabela 40	População residente por religião.....	162
Tabela 41	Consumo de energia elétrica por classe	162
São Francisco do Brejão		
Tabela 42	Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras	179
Tabela 43	Número de estabelecimento e área, segundo a condição do produtor.....	180
Tabela 44	Distribuição da população residente.....	181
Tabela 45	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária	184
Tabela 46	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente.....	185
Tabela 47	Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura	186
Tabela 48	Efetivo do rebanho.....	187
Tabela 49	Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal	188
Tabela 50	Produção e valor da aquicultura por tipo de produto.....	189
Tabela 51	Distribuição da população por religião.....	194
Tabela 52	Consumo de energia elétrica por classes.....	194

LISTA DE SIGLAS

AEPETI	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAESB	Companhia Municipal de Águas, Esgotos e Recursos Hídricos
CAESI	Companhia Autônomo de Água, Esgoto e Saneamento de Itinga
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
COOPERLÂNDIA	Cooperativa dos Condutores Autônomos de Transporte Público Alternativo de Passageiros, Escolar e Turismo de Açailândia
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EQTEI	Escola de Qualificação Técnica de Enfermagem de Imperatriz
ESF	Estratégia Saúde da Família
FACAM	Faculdade Cândido Mendes
FADEMA	Faculdade Adelina Moura
FANOR	Faculdade Norte e Nordeste do Brasil
FAPAF	Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco
FAVALE	Faculdade Vale do Aço
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins
IESP	Instituto Educacional Superior e Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDEA	Instituto de Desenvolvimento Educacional Aliança
IESFMA	Instituto de Ensino Superior Franciscano
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIRAA	Levantamento Rápido de Índices de Infestação por Aedes Aegypti

NASF	Núcleo de Assistência à Saúde da Família
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PSE	Programa Saúde na Escola
RD	Regiões de Desenvolvimento
RGI	Regiões Geográficas Imediatas
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCVF	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SICCOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICESUMAR	Universidade Cesumar
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNISA	Universidade Santo Amaro
UNITA	Unita Faculdade
UNITAU	Universidade de Taubaté
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE.....	12
3	AÇAILÂNDIA.....	15
4	BOM JESUS DAS SELVAS.....	65
5	BURITICUPU.....	102
6	ITINGA DO MARANHÃO.....	133
7	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO.....	165
	REFERÊNCIAS.....	197
	ÍNDICE.....	199

1 INTRODUÇÃO

Os cinco exemplares da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses já publicados – foram organizados de acordo com as Microrregiões Geográficas adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), substituídas recentemente pelas Regiões Geográficas Imediatas (RGI).

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), por sua vez, em substituição às Regiões de Planejamento em vigor desde 2007, propôs uma nova classificação regional para o estado, as Regiões de Desenvolvimento (RD) (em processo de legalização), na qual consta a RD da Amazônia Maranhense.

A pesquisa referente à região da Amazônia Maranhense foi realizada em 2019 e distribuída em duas etapas: pesquisas bibliográficas, cartográficas e trabalho de campo, com duas viagens, ocasião em que foram aplicados formulários. O intuito foi adquirir informações sociais, econômicas, jurídicas, religiosas, socioculturais e fotografias de cada município, além de entrevistas ou contatos informais com os moradores mais antigos, líderes comunitários, sindicais e outros, no sentido de realizar um levantamento do maior número de informações sobre os municípios que compõem a região.

As informações sobre agricultura, pecuária, produção de origem animal, extrativismo, silvicultura e aquicultura trazem dados atualizados de 2019, diferente da utilização das terras, condição legal do produtor e horticultura, que são dados do censo agropecuário do ano de 2017. Nessa última pesquisa, adotou-se o somatório das variáveis, com exceção dos estabelecimentos na utilização das terras, pois um estabelecimento pode conter mais de uma modalidade de uso.

Na análise dos dados de quantitativos percentuais, foi adotado o critério de arredondamento, a partir de 0,5 para mais e de 0,49 para menos.

Esta publicação, sem fins lucrativos e de base para se obter informações municipais, será distribuída entre os órgãos municipais e estaduais, aos quais o IMESC agradece pela colaboração e fornecimento de informações que compõem esta enciclopédia.

2 ABRANGÊNCIA DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE

O decreto nº 639, de 12 de junho de 1852, legalizou¹ a divisa dos estados do Maranhão e do Pará, estabelecendo como divisa física o rio Gurupi, favorecendo que parte do oeste daquele estado, que possui características ambientais amazônicas, aumentasse a presença do bioma no território maranhense.

Esse colosso da natureza no Maranhão passou a ser timidamente ocupado a partir da década de 1950, com a construção das rodovias Belém-Brasília (denominada de BR 010 ou Bernardo Sayão) e MA 074 (posteriormente denominada BR 222). A primeira, tinha por objetivo ligar a Capital Federal à Região Norte do Brasil, enquanto a segunda seria uma nova rota entre o Oeste Maranhense à capital do estado, São Luís. Outro fator que contribuiu para a ocupação desse território foram os projetos de colonização com incentivo estadual.

Paralelo ao avanço da rodovia, foi surgindo, como não poderia deixar de ser, a penetração da mata e a exploração da madeira, atraindo uma leva de nordestinos que, indiferente à exploração da madeira que deu identidade econômica à região, só queriam trabalhar em terras disponíveis ou desocupadas para plantar.

A presença do imigrante nordestino na Amazônia Maranhense, causou-lhes a impressão e a certeza de que ali estava a sua “terra prometida”, em razão de considerarem o solo fértil – o que na realidade, não é – e a alegria de não ter o que não dispunham antes no seu torrão natal – rios perenes, piscosos, chuvas abundantes, recursos que muitos deles não conheciam. Alguns nunca tinham visto uma chuva torrencial durar, por vezes, mais de um dia, assim como uma floresta, já que vinham todos do sertão semiárido das caatingas.

A decomposição das folhas da exuberante flora criou um lençol espesso de serapilheira que, através dos anos, formou uma camada de solo humoso, talvez por isso, o imigrante avançou, tornando-se um seminômade. Nos primeiros anos, o solo favorecia uma significativa colheita. Depois que empobrecia, os imigrantes mudavam para outro lugar à procura de terras mais férteis.

Disso, resultaram tímidos povoados, que com o tempo, se transformaram em distritos. Depois, graças ao avanço das rodovias, os distritos transformaram-se nas sedes dos municípios

¹As provisões régias de 2/05/1758 do bispo D. Fr. Miguel de Bulhões e a de 16/11/1807 do bispo Miguel de Almeida de Carvalho declararam o rio Gurupi como divisa do Maranhão com Pará. Entretanto, o Decreto de 20/08/1772 autorizou o governador do Pará a determinar os limites entre a sua capitania e a do Maranhão, escolhendo como divisa o rio Turiaçu, ignorando a determinação religiosa (IMESC, 2010).

mais novos, que se desmembraram dos mais antigos, principalmente, Imperatriz (**Figura 1**).

A produção agrícola precisou da abertura de estradas que chamaram caminhões que, por sua vez, “exigiram” estradas para escoamento da produção.

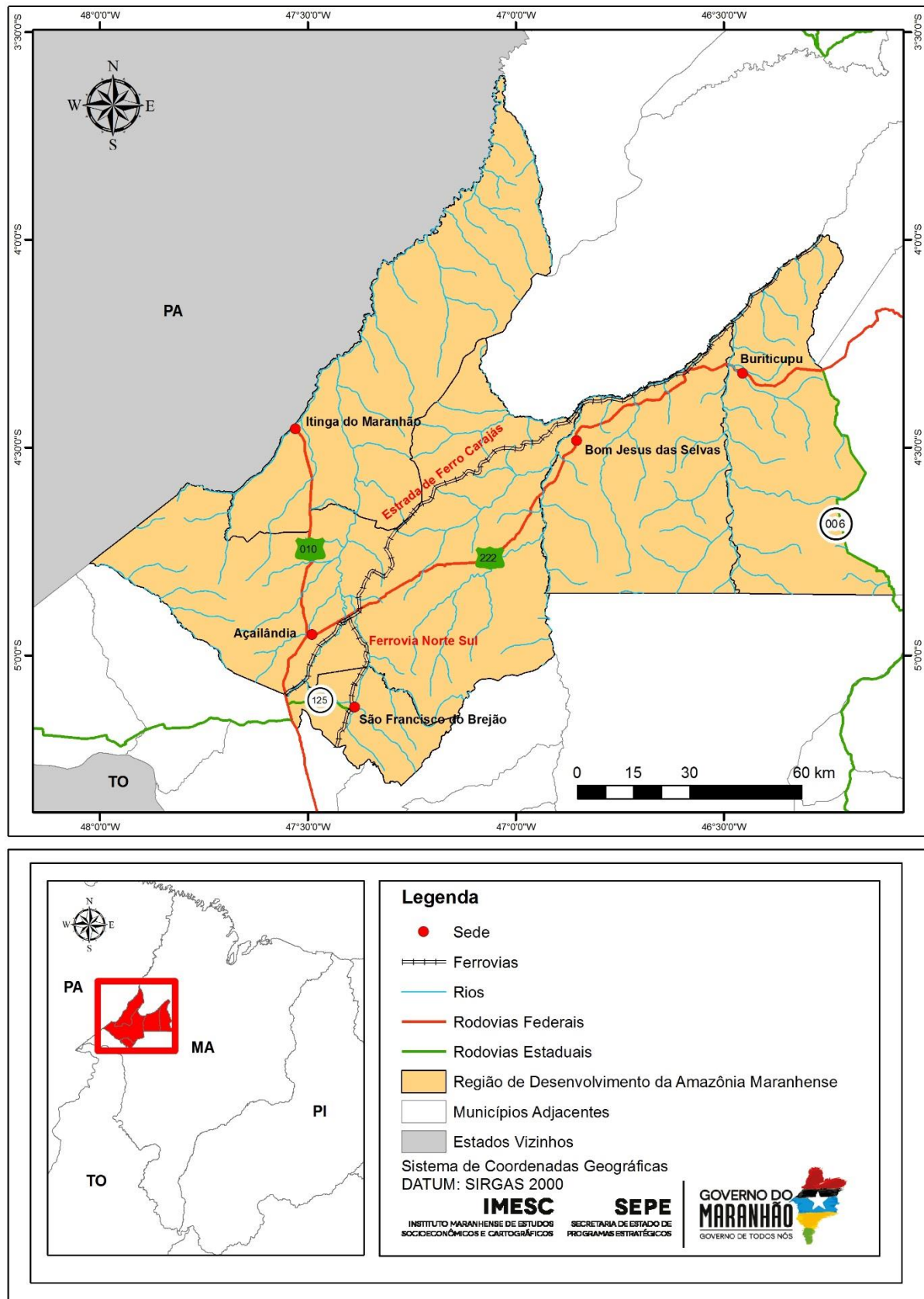
Assim surgiram os municípios Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itinga do Maranhão e São Francisco do Brejão, que hoje são estudados neste 6º volume da Enciclopédia dos Municípios Maranhenses – Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense – parte da atual proposta de regionalização do IMESC, cuja região está entre as coordenadas geográficas: Norte: - 03°36’16” de latitude e - 47°01’50” de longitude; Oeste: -04°46’41” de latitude e - 48°01’31” de longitude; Sul: - 05°18’50” de latitude e - 47°18’35” de longitude e Leste: - 04°51’16” de latitude e - 46°51’16” de longitude; e tem por limites as regiões de desenvolvimento: Gurupi Maranhense e Pindaré ao Norte, Tocantins Maranhense ao Sul e Pindaré ao Leste e ao Oeste com o estado do Pará (**Figura 2**).

Figura 1 – Árvore genealógica dos municípios da Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense



*Não faz parte da Região da Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense.
Fonte: IMESC (2020)

Figura 2 – Mapa dos municípios da Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

3 AÇAILÂNDIA

Símbolos Municipais



O brasão e a bandeira municipal foram criados pela Lei nº 011 de 31 de agosto de 1989, desenhados pelo artista plástico Gresse Eudes Dias Lima.

O brasão municipal é constituído por um círculo de borda amarela, possuindo em seu interior uma palmeira de açai, uma engrenagem e a letra “A”. Ele é circundado por dois ramos cruzando com uma fita onde se lê o nome Açailândia – MA, e logo abaixo o nº 06-06-81, data de emancipação política e administrativa do município.



Bandeira

A bandeira municipal possui três colunas verticais formadas pelas cores, vermelho, branco e preto, com o brasão do município posicionado ao centro. O vermelho-vinho, primeira faixa da bandeira, representa os frutos maduros do açaizeiro, palmeira que deu nome à Açailândia. O branco, representa a candura das boas ações que os açailandenses praticam e o preto significa a miscigenação das pessoas que vieram de outros municípios brasileiros para Açailândia.

O hino municipal de Açailândia foi criado pela Lei nº 007 de 13 de julho de 1989, com letra de autoria do poeta Luís Fernando e a música de José Carlos Trindade.

Hino

Aqui na cidade onde moro
A cada nascer do sol
Cresce uma nova esperança
Anseios do povo
Que fala com as mãos

Na fonte vive o poeta
Filho dos açaizais
Aboios, no campo
Madeira, arroz
E o pranto das nossas sinhás

Açailândia Expresso Progresso

Eixo do Maranhão
E ao pioneiro o nosso afeto (Refrão)
Do fundo do coração

A mão está sempre aberta
Nos laços da união
Dormem os filhos da terra
Junto aos imigrantes
De toda nação

Em meio a tanta alegria
Em tanta dedicação
Exaltamos um homem
Que veio de longe
E trouxe esperança nas mãos

Açailândia Expresso Progresso
Eixo do Maranhão
E ao pioneiro o nosso afeto (Refrão)
Do fundo do coração

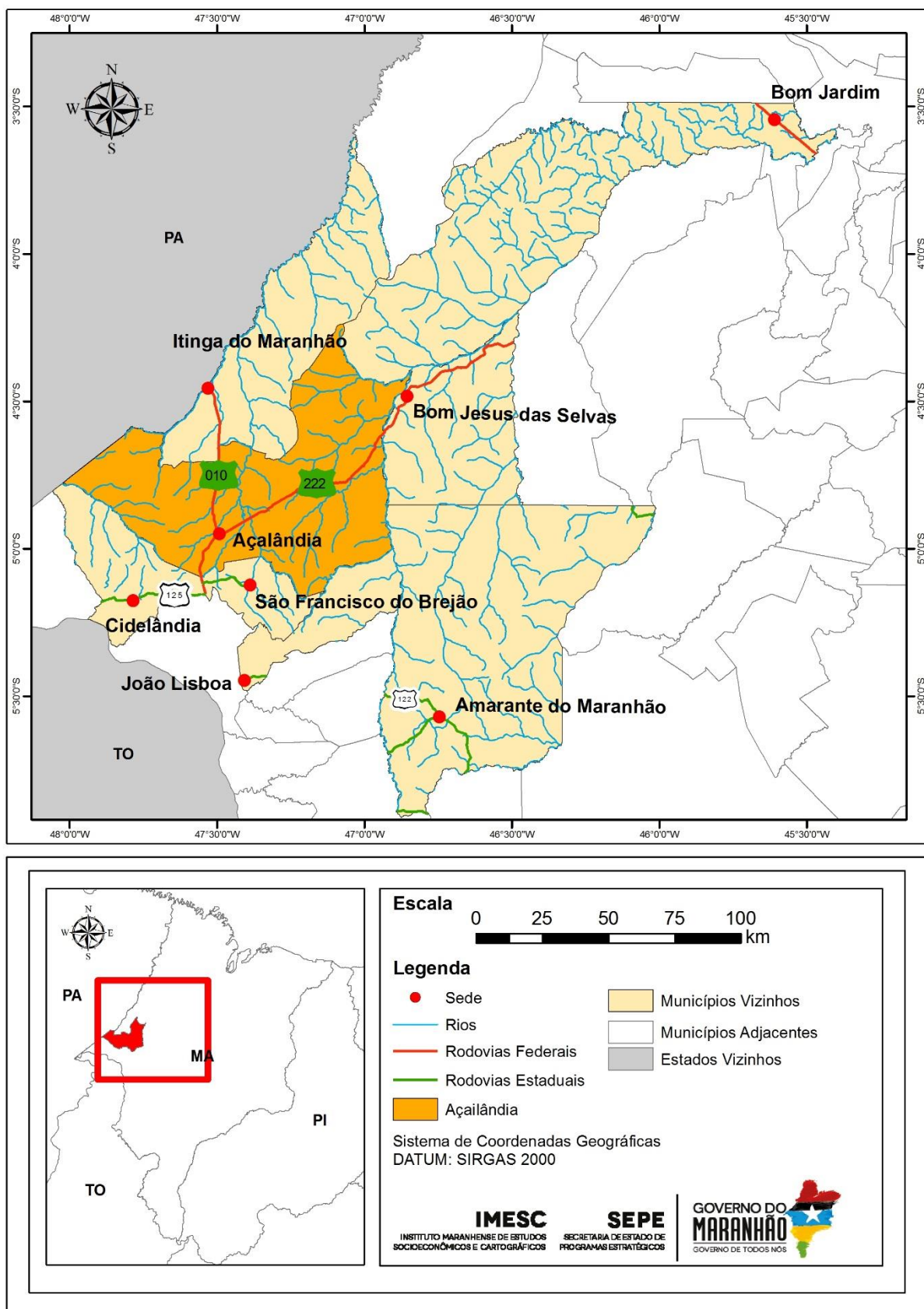
Localização

O município Açailândia localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020). Ademais, também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

Limita-se ao Norte com os municípios Itinga do Maranhão, Bom Jardim e com o estado do Pará; Oeste com Cidelândia e estado do Pará; Sul com João Lisboa, São Francisco do Brejão e Cidelândia; Leste com Amarante do Maranhão e Bom Jesus das Selvas (**Figura 3**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -04° 14' 10" de latitude e -47° 04' 20" de longitude; Oeste -48° 01' 29" de longitude e -04° 46' 40" de latitude; Sul -05° 10' 06" de latitude e -53° 12' 41" de longitude e Leste -46° 50' 27" de longitude e -04° 24' 00" de latitude.

Figura 3 – Mapa de localização do município Açailândia



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

Extensão

O município ocupa a 10ª posição no *ranking* estadual em extensão com 5.808,304 km², representando 1,76% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, ocupa a 1ª posição com 37,82%.

O município de Açailândia ao ser criado pela Lei Estadual nº 4.295 de 6 de junho de 1981, possuía 9.762,830 km² de extensão; entretanto, perdeu parte de seu território em 1994 para a criação dos municípios de Itinga do Maranhão (3.581,723 km²) e parte de São Francisco do Brejão (372,803 km²), conjuntamente com Imperatriz.

Processo de Ocupação²

O início do processo de ocupação do município Açailândia tem relação direta com a construção da BR 010 (Belém-Brasília). Nascida de um sonho do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em construir uma via de acesso que ligasse as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

O encarregado da obra foi o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão e amigo de JK, que comandou mais de 1.200 homens nas diversas frentes de serviços da rodovia.

No dia 16 de abril de 1958, os trabalhadores da linha de frente chegaram ao riacho Cacau e na sua margem fincaram à estaca de nº 1.138, era uma nova etapa do serviço, até porque as condições do terreno eram completamente diferentes do que já haviam trabalhado. A floresta era densa, com cipós e árvores gigantescas, em um trecho de aproximadamente 450 km. Chuvas e morros eram mais frequentes e os cursos d'água ficavam cada vez mais distantes uns dos outros. Havia também histórias de indígenas não civilizados que a qualquer momento poderiam atacar os trabalhadores, por esse motivo, vários deles desistiram do serviço, restando apenas 120 pessoas dispostas a continuar no pesado e perigoso trabalho de abertura da estrada.

Apreensivo com a situação, Bernardo Sayão, foi até a aldeia Gavião, comunidade indígena que ficava cerca de 70 km de Imperatriz, e lá contratou os índios “Cutia e Cocranum” para serem os guias da equipe. Mesmo diante de tantas dificuldades, a construtora “Maranhense e Oliveira Paulo”, encarregadas de construir o trecho de Imperatriz até a divisa do Maranhão

² Histórico retirado da obra de NASCIMENTO, Evangelista Mota. **217**: Literatura, contos, crônicas e poesias de cordel para todas as idades e gostos. Açailândia-MA: Edição do Autor, 2013; e do Plano Diretor Participativo de Açailândia.

com o Pará, adentraram a mata fechada, cortando morros e fazendo aterros nos vales de maiores depressões.

Por ter havido problemas técnicos no avião que fazia o abastecimento dos trabalhadores, o chefe da equipe que acampava no topo da “Ladeira Vermelha” determinou que os índios Cutia e Cocranum, descessem o morro à procura de água e alimento, pois faziam cinco dias que eles estavam bebendo água de cipó e comendo palmito de tucum.

O dia 19 de julho de 1958, é considerado o dia do nascimento de Açailândia. Os índios Cutia e Cocranum, chegavam à cabeceira de um riacho com águas cristalinas e repletos de palmeiras de açaí, encheram os cantis, banharam e retornaram para o acampamento. Ao chegarem, espalharam a notícia da descoberta desse manancial de água, gerando uma alegria que contagiou a todos.

No dia seguinte, 23 trabalhadores da linha de frente, que tinham a missão de desbravar a mata para a construção da futura BR 010 (Belém-Brasília), entre eles, Alberto Gomes, Ezequias Celestino da Silva, Francisco Celestino da Silva, João Ferreira da Silva, Jorge Dias, Luís Gonzaga, Manoel Antônio, Manoel Euzébio da Costa, Manoel Rodrigues da Silva, Miron Celestino da Silva, Moacir Campos Milhomem, Moacir Celestino da Silva, Pedro Moura Fé e Porfírio Gomes de Aquino, acompanharam os índios com o objetivo de conhecer o famoso riacho de água limpa e doce. Um pouco abaixo da margem direita do riacho, os trabalhadores ergueram 10 barracos de pau a pique e os cobriram com palha de açaizeiros, que existiam em abundância nas adjacências do riacho. Graças a essa ação, despontaria o embrião urbano de Açailândia. Foram esses barracos que serviram de apoio aos trabalhadores da estrada por muito tempo. Também, um pouco mais acima fizeram uma clareira na mata, que logo foi ampliada para pouso e decolagem de pequenos aviões, que abasteciam os trabalhadores com alimentos, ferramentas e medicamentos. Fizeram também um escritório para nele os engenheiros traçarem os projetos da obra, que seguia a passos largos.

Esses heróis inominados e sem os merecidos lauréis, às 12 horas do dia 20 de julho de 1958, batizaram a nascente recém-descoberta de “Riacho Açailândia”, como forma de valorizar e homenagear os fartos e imponentes açaizeiros, presentes na região.

A notícia da existência de águas boas e terras férteis, juntamente com as obras da

Rodovia (**Figura 4 e 5**), atraiu muitos desbravadores e aventureiros, pioneiros que chegavam principalmente na busca de serviço. Em agosto de 1958, a RODOBRÁS (uma das 11 empreiteiras que trabalhava na abertura da estrada), montava seu canteiro de obras em Açailândia. A primeira providência foi a construção de uma pista de pouso para aeronaves de

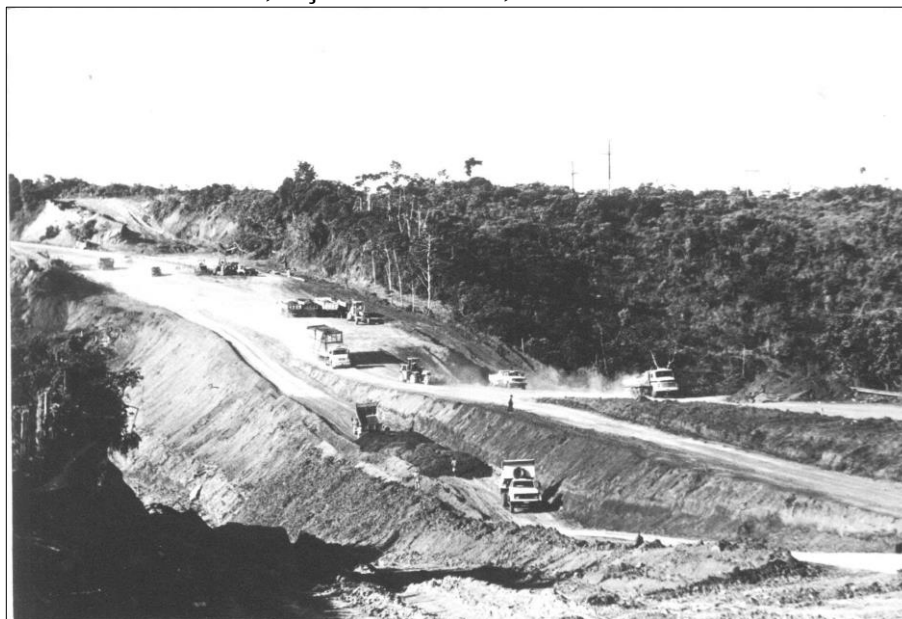
pequeno porte, no local onde hoje está situada a Avenida Desembargador Tácito Caldas ou Rua do Campo, como ainda é popularmente conhecida. À margem da estrada em construção a empresa edificou uma casa de alvenaria e madeira, coberta com telhas de cimento-amianto. Ali, durante todo o resto da execução da obra, o prédio funcionou como escritório, barracão e residência dos engenheiros que trabalharam no grande projeto. Esse prédio, apesar de mal conservado, resiste ao tempo, atualmente é conhecido como Casa da Memória e hospedou ilustres visitantes, como o então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em visita à frente de obra no dia 1º de janeiro de 1959. Ele foi à região supervisionar o seu segundo maior projeto, a rodovia Belém-Brasília; o primeiro foi a construção da Capital Federal (Brasília). Mais tarde, em 15 de maio de 1968, recebeu o então governador do Maranhão, José de Ribamar Ferreira Araújo Costa (José Sarney), para o lançamento da pedra fundamental da BR-222, rodovia Santa Luzia – Açailândia. Nas dependências dessa, ocorreu também a mais triste lembrança de Açailândia: o velório do engenheiro Bernardo Sayão Carvalho de Araújo, que em 15 de janeiro 1959 faleceu em consequência de um trágico acidente, tornando-se a primeira pessoa a falecer em terras açailandenses.

Figura 4 – Construção da rodovia Belém-Brasília, próximo a Açailândia – MA, 1958 (atual Av. Bernardo Sayão – Centro)



Fonte: Mário Fontenele, cedida por Evangelista Mota Nascimento

Figura 5 – Obras de terraplenagem na construção da rodovia Belém Brasília, Açailândia – MA, 1958



Fonte: Estêvão José do Nascimento, cedida por Evangelista Mota Nascimento

No final de 1958, muitos barracos de pau a pique existiam ali para dar abrigo aos desbravadores que davam sequência a abertura da grande estrada. Entretanto, a história de progresso teve início no dia 1º de janeiro de 1959, com a chegada de João Neves de Oliveira (João Mariquinha), que veio em busca de trabalho e, de imediato, visualizou o futuro promissor do local, transferindo sua família de Imperatriz para Açailândia. Em junho do mesmo ano, chegava sua esposa, Maria Divina Oliveira, na companhia de quatro filhos e de uma amiga, Maria Rosa. Foram elas as primeiras mulheres a pisar em solo açailandense. Maria Rosa foi infectada por malária, vindo a falecer em seguida. De forma trágica, ela também entrou para a história de Açailândia como a primeira pessoa a ser sepultada no que seria a nova cidade.

Em junho de 1959 João Mariquinha instalou, em sua própria residência, o Café Juscelino Kubitschek (**Figura 6**), uma pequena venda de café, cachaça e comida caseira, que servia aos trabalhadores da estrada. A partir disso, foram surgindo outros vendedores e no ano seguinte, Zé Miúdo, juntamente com outros moradores fundaram a primeira feira pública da região, que por muitos anos funcionou aos sábados, debaixo de um galpão localizado na Avenida Bernardo Sayão, na entrada da Rua Piauí.

Figura 6 – Primeira residência e comércio da cidade, Açailândia – MA, 1959



Fonte: Mário Fontenele, cedida por Evangelista Mota Nascimento

No início da década de 1960, chegaram em Açailândia, uma grande leva de imigrantes, sendo a maior parte oriunda da Bahia, seguida de piauienses, cearenses, capixabas, mineiros, estrangeiros e maranhenses de várias localidades. Muitos desses imigrantes foram apenas em busca de emprego, porém, como a localização geográfica era atraente com possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico num futuro próximo, muitos resolveram fixar suas raízes definitivamente no local.

Em 1961, a atividade agrícola iniciou com o assentamento de cinco famílias na Colônia Gurupi. Em 1963, os pioneiros plantaram as primeiras roças na área que corresponde hoje ao bairro da Vila Maranhão. A partir daí muitos outros projetos agrícolas foram levados para a região, carreando grandes investimentos no setor e tornando o município autossuficiente. O Projeto Gurupi foi de importância relevante no desenvolvimento local em população, economia e comércio, chegando a abastecer o consumo de Imperatriz e outros municípios da região.

A construção da BR 010 e da BR 222, a partir de 1968, o crescimento do comércio, agricultura, pecuária e a instalação de várias serrarias, iniciando a partir daí o ciclo da madeira, conjuntamente com a instalação das ferrovias Carajás e Norte-Sul, impulsionaram o crescimento e desenvolvimento do povoado de Açailândia, o que acarretou no processo de sua emancipação política e administrativa.

Pela Lei Estadual nº 4.295, de 06 de junho de 1981, o povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Açailândia, desmembrado de Imperatriz e instalado em 01 de fevereiro de 1983. O nome Açailândia, deriva da grande quantidade de pés

de açaiçais (*Euterpe oleracea*), espécie de palmeira amazônica que produz o “açaí”, que se juntou ao sufixo “*land*”, cujo significado em inglês é “terra, região, propriedade”, significando, portanto, Terra do Açaí.

Após a emancipação, o primeiro prefeito foi Raimundo Telefre Sampaio (1983-1986), seguido de Raimundo Pimentel Filho (1986-1988), Leonardo Lourenço de Queiroz (1989-1992), Ildemar Gonçalves dos Santos (1993-1996), Deusdedit Alves Sampaio (1997-2000), Gilson Freire de Sant’Anna (2000), Leonardo Lourenço de Queiroz (2001-2003), Gleide Lima Santos (2003), Jeová Alves de Sousa (2003-2004), Ildemar Gonçalves dos Santos (2005-2012), Gleide Lima Santos (2013-2016), Juscelino Oliveira e Silva (2017-2019) e o atual Aluísio Silva Sousa (2019-2020).

Ambiente Físico

Inserida na Província Parnaíba, o município Açailândia faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Essa bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al., 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (2012), corresponde a três unidades principais: Aluviões Holocênicos, Cobertura Laterítica Matura, Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

Os Aluviões Holocênicos são formados por depósitos grossos a conglomeráticos, constituídos por sedimentos arenosos, pelíticos e cascalhos distribuídos ao longo do leito do rio Pindaré.

As Coberturas Lateríticas Maturas são caracterizadas por apresentarem um perfil laterítico completo, constituído da base para o topo pelos horizontes pálido ou transicional, argiloso, bauxítico e/ou fosfático e crosta ferruginosa. É relacionada à Superfície de Aplainamento Sul-Americana, do Cretáceo Superior ao Terciário Inferior. Geralmente define

um relevo tabular, fortemente dissecado. Existem dois tipos de perfis lateríticos dominantes separados por uma inconformidade maior. A sequência mais antiga (Paleógeno) abrange as topografias mais altas e profundamente dissecada por amplos vales e a sequência mais jovem (Neógeno) está numa superfície 70m abaixo da superfície mais antiga.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é formada por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobreposta ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 metros. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutiua, Buriticupu, Pindaré, Açailândia e Gurupi são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico a treliça.

Esse relevo movimentado, representado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais,

posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espriam pelos fundos de vales.

A fragilidade geotécnica dos mantos de intemperismo dos arenitos das formações Itapecuru e Ipixuna, quando esses regolitos estão situados em relevo acidentado de colinas e morros dissecados, provocam processos erosivos intensos, formando ravinamentos e voçorocamentos. O processo de voçorocamento em Açailândia, ocorre principalmente em bairros periféricos da cidade, como Jacu, Laranjeiras e Vila Capeloza, estando associado principalmente à topografia irregular, à condição geológica de formação sedimentar, a precipitação concentrada no período chuvoso, o aprofundamento dos canais originados pelo esgoto a céu aberto e à orientação inadequada dos cortes de ruas. Essa erosão causa variados danos relacionados ao desmoronamento de casas, e ampliando a cada estação chuvosa o número de desabrigados.

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, gleissolos e neossolos (SANTOS et al., 2018). Os latossolos são constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum³ raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B e C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os Latossolos Amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou

³ Parte superior e pressupostamente mais intemperizada do perfil do solo, compreendendo somente os horizontes A e B.

baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos e eutróficos e argissolos vermelhos eutróficos.

Os gleissolos compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

Os neossolos são pouco evoluídos constituídos por material mineral, ou por material orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Esses dois últimos tipos de solos são encontrados principalmente no fundo de vales dos médios cursos do rio Pindaré, compreendendo neossolos flúvicos eutróficos e gleissolos háplicos distróficos.

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Pindaré, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes, no município, os córregos Brejão, Água Boa, Socorro, São Francisco, Jacu, Novo, com o afluente córrego Boa Sorte, Novo Córrego, com o afluente córrego do Brejinho e rio Azul, com os afluentes, os córregos Três Lagoas e Mutum. Bacia hidrográfica do rio Gurupi, com os afluentes rio Itinga e o rio Açailândia, com os afluentes, os córregos Macaúba, Jacaré, Pequiá, Perdido, Cintura Fina, Boi, Jatobá, Macaco Gordo e da sub-bacia do rio Ararandeua que corta o município, com os seguintes afluentes: córrego do Paulino e córrego da Macaúba.

A vegetação faz parte da Floresta Amazônica, composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas dos vales onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planalto com solos medianamente profundos, composto principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 metros. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa Guianensis*). Essa cobertura vegetal se encontra bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com esse tipo de vegetação (IBGE, 2012).

Há também no município, um mosaico de vegetação secundária, entremeada com pastagem, agricultura e reflorestamento e/ou florestamento, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas, principalmente, para a pecuária de corte e leite. A agricultura é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73% e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

O espaço urbano de Açailândia delineou-se, inicialmente, à margem direita da rodovia Belém-Brasília (BR 010). Com a construção da rodovia Santa Luzia-Açailândia (BR 222), o processo de expansão da cidade tomou novo rumo (**Figura 7**), ficando a cidade entre o entroncamento da nova estrada de ligação de São Luís (capital do estado) com a região do extremo Oeste e a BR 010 (Belém-Brasília). Esse fato motivou acelerado crescimento da cidade, principalmente em direção à zona rural. Posteriormente, com a implantação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que cruza o município no sentido Nordeste-Sudoeste (NE-SO) e da Estrada de Ferro Norte-Sul, formando um importante entroncamento ferroviário, o poder público criou o Distrito Industrial de Pequiá, dinamizando a ocupação da parte oriental do município e a incorporação de grandes áreas de terra ao patrimônio privado.

Figura 7 – Vista da Cidade de Açailândia



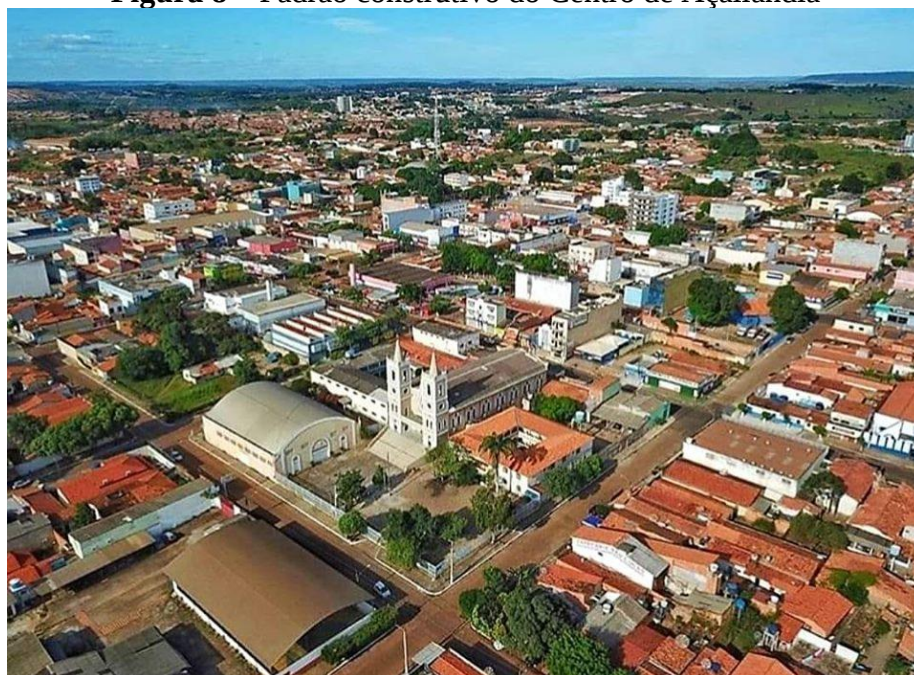
Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia (2006)

Até o início da década de 1980, o espaço urbano se restringiu ao centro da cidade, do lado direito da BR 010. No final da década de 1980, a cidade estava confinada pelos vales dos rios Jacu, Açailândia e Córrego Esperança ao Norte, e pela BR 222 ao Leste, com adensamento acelerado do centro da cidade e dos bairros Jacu, Getat, Vila Tancredo, Vila Maranhão e Laranjeiras. A partir de 1994, surgiram bairros não conectados ao eixo da BR 222, tais como Bom Jardim, na margem oposta do Córrego Esperança, e Vila Ildemar, com acesso pela BR 222 e adjacente à Ferrovia Carajás. A expansão urbana se direcionou, então no sentido Nordeste (NE), surgindo os bairros Boa Vista, Jardim América, Vila Ipiranga, Capeloza e Gramacosa

Em 1997, iniciou-se um novo processo de adensamento entre as rodovias BR 010 e BR 222, com consolidação dos vazios urbanos e expansão acelerada em direção Nordeste e ao distrito do Pequiá, ampliando a área urbana até Pequiá de Baixo. Ao Sul o processo de ocupação, se acentua com a criação do Jardim de Alah, Caic e Vila Brasil. Também ao longo da BR 222, dá-se o surgimento da Vila São Francisco, Parque das Nações e expansão e consolidação de Vila Ildemar como mancha urbana situada entre os corredores ferroviário e rodoviário. De 2006 a 2015 a expansão significativa deu-se com a consolidação de vazios urbanos a Leste, Sul e Norte da cidade e surgimento de novos bairros, como: Nova Açailândia, Vila Progresso, Residencial Tropical, Jardim Glória, Gastão Vieira e Sarney Filho.

Ao chegar pela BR 010, nota-se na cidade de Açailândia, uma rotatória, chamada trevo, na realidade o entroncamento das BRs 010 e 222, vista de cima, encontra-se o desenho de um relógio. Essas duas rodovias delineiam o Centro da cidade, formado por ruas e travessas retas, de pavimentação asfáltica ou bloquetes e quarteirões similares, conformando um “tabuleiro de xadrez”. As residências, em sua maioria, são térreas e geminadas, muitas são mistas abrigando comércio e moradia, possuindo mais de dois pavimentos, com empreendimentos comerciais específicos, disposto principalmente ao longo das principais ruas e avenidas (**Figura 8**).

Figura 8 – Padrão construtivo do Centro de Açailândia



Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia (2018)

Ladeando a BR 222, há a Avenida Santa Luzia (**Figura 9**), com canteiro central, arborizada com mangueiras, separando-a da BR. Nessa área, concentram-se principalmente lojas de autopeças, parafusos e oficinas mecânicas, restaurantes, materiais de construção, um hospital particular e várias lojas especializadas em veículos automotores.

Figura 9 – Avenida Santa Luzia



Fonte: IMESC (2019)

Paralelo a BR 010 (**Figura 10**), está a Avenida Bernardo Sayão, composta por canteiro central, com árvores frondosas. Essa se destaca em parte por possuir grande quantidade de mercados, supermercados e pequenos estabelecimentos que vendem gêneros alimentícios, é onde ocorre a feira livre, com produtos diversificados e barracas que vendem frutas, legumes e verduras. Além disso, também encontra-se um posto de transporte alternativo e logo próximo há a rua Marly Sarney, com o Mercado Público (**Figura 11**) e grande concentração de lojas de roupas, calçados e de variedades.

Figura 10 – BR 010, próximo à Praça da Bíblia



Fonte: IMESC (2019)

Figura 11 – Rua Marly Sarney e Mercado Municipal



Fonte: IMESC (2019)

Às margens da BR 010, próximo à Avenida Bernardo Sayão, encontra-se a praça da Bíblia, cercada por uma ótima iluminação, jardins ao centro e imensas árvores. A praça recebe um grande fluxo de pessoas em todos os momentos, principalmente para a prática de exercícios e ponto de encontro de jovens e adultos da cidade (**Figura 12**).

Figura 12 – Praça da Bíblia



Fonte: IMESC (2019)

Em torno da rodoviária municipal, há as ruas Bom Jesus, com grande concentração de hotéis; a rua Dorgival Pinheiro de Souza onde está a rede bancária e a rua Bonaire (**Figura 13**). Essa é, a mais badalada da cidade por atrair grande contingente de pessoas, em função dos restaurantes, bares, churrascarias e outros estabelecimentos de lazer, além de muitas lojas de roupas (boutiques).

Figura 13 – Rua Bonaire



Fonte: IMESC (2019)

Próximo está a rua Duque de Caxias, com suas variadas lojas de roupas e calçados, bolsas, acessórios, cosméticos, postos de combustíveis, hotéis, bares e a praça do Pioneiro, essa é cercada de árvores, palmeiras e muito verde, é o principal ponto de encontro dos jovens açailandenses. Na praça há uma estátua de um dos pioneiros do município, o João Mariquinha e uma grande fonte (**Figura 14**).

Figura 14 – Praça do Pioneiro



Fonte: IMESC (2019)

Na Desembargador Tácito de Caldas (**Figura 15**), também, se destaca por suas lojas de autopeças, de produtos agropecuários, calçados e confecções, eletrodomésticos e variado número de farmácias. Na rua São Francisco localiza-se a Igreja Matriz, dedicada a São Francisco de Assis.

Figura 15 – Rua Des. Tácito Caldas



Fonte: IMESC (2019)

Outra praça que se destaca é a Boa Esperança (**Figura 16**), localizada à margem da BR 222, em frente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), é a maior praça da cidade, medindo cerca de 200x80 metros de comprimento, toda ajardinada e com fonte e chafariz, conta com área de lazer, academia ao ar livre, *playground*, área livre para caminhada, quiosques e estacionamento para veículos.

Figura 16 – Praça Boa Esperança



Fonte: Ponciano, Tharles

Nos bairros, as residências são principalmente térreas, de alvenaria e com telhado aparente, muitas são geminadas e possuem dois pavimentos. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes hexagonais.

As ocupações irregulares foram responsáveis por surgimento de bairros com infraestrutura deficitária, é o caso do bairro Barra Azul, situado às margens da BR 010.

Observa-se nos últimos anos que o espaço urbano de Açailândia está submetido ao processo de verticalização, embora de forma não adensada. Há inúmeros prédios de vários andares, compostos por apartamentos e hotéis.

Loteamentos diversos localizados principalmente às margens da BR 010, como Park Jardins, Colina Park, Porto Seguro, Porto Bello e WR e próximo à BR 222 se destacando o Plano da Serra e Valle do Açaí, são novos vetores de urbanização e dinamização de novas residências. Completando o conjunto urbano de Açailândia tem-se os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados principalmente a pessoas de baixa renda, são casas populares, formando importantes vetores de expansão da cidade, a exemplo dos conjuntos habitacionais João Paulo II e Aulídia Gonçalves.

Duas áreas, além do Centro, também são interessantes de análise: a Vila Ildemar e os Pequiás. A vila Ildemar localizada a cerca de sete quilômetros do centro da cidade, é um dos maiores bairros e o que concentra maior contingente populacional. Estende-se entre a BR 222 à Estrada de Ferro Carajás, conformando aproximadamente 2,5 km. Suas principais vias são as avenidas Brasil, Circular e Alexandre Costa, concentrando o centro comercial local. As residências também são em alvenaria, térreas de telhado aparente e grande maioria são geminadas. Há inúmeras igrejas, mercados, campo de futebol, posto de saúde, escolas, centro de esportes e a praça do Patizal, possuindo uma plantação única de palmeiras “pati” na cidade.

Pequiá e Pequiá de Baixo, distantes aproximadamente a 14 km do centro da cidade destacam-se por ficar ao longo da BR 222 e no cruzamento das estradas de Ferro Carajás e Norte-Sul e por estarem localizadas muito próximas ao Distrito Industrial do Pequiá. Por esse motivo ao longo das décadas, os povoados foram crescendo o bastante para se tornarem bairros. Pequiá compõe inúmeras residenciais térreas, muitas com quintais e ruas pavimentadas com bloquetes, tendo como principal via a Avenida João Castelo que ladeia a BR 222, possui igrejas, pequenos comércios, escola e posto de saúde. Pequiá de Baixo, afetado pelas siderúrgicas instaladas no local, cujas famílias serão realocadas para um terreno às margens da BR 222, onde suas mais de 300 famílias serão reassentadas.

A zona urbana de Açailândia, portanto, está dividida nos seguintes bairros/setores: Centro, Parque das Nações, Jacu, Vila Maranhão, Jardim Brasil, Jardim Glória, Jardim de Alah, Vila Gastão, Barra Azul, Boa Vista, Vieira, Vila Sarney Filho, Laranjeira, Gramacosa, Vila Tancredo, Getat, Vila Progresso, Residencial Tropical, Vila Capeloza, Vila Ipiranga, Vila Ildemar, Jardim América, Vila São Francisco, Baixão, Vila Bom Jardim, Nova Açailândia e Novo Bairro. Além da nova área de expansão composta por: Novo Horizonte, Plano da Serra, Pequiá, Pequiá de Baixo e Distrito Industrial.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em sítios, povoados e fazenda, descritos a seguir.

Povoados: Macaúba, Boa Esperança, Chico do Jacaré, Vila Nova Vitória, Centro do Orildo, Santa Maria, Bela Vista, Três Lagoas, Novo Horizonte, Pindaré, Novo Bacabal, Café Sem Troco, Serra Azul, Córrego Novo, Centro dos Maranhenses, Jardim Bela Vista, Nova Conquista, Conquista da Lagoa, Nova Vitória, Sudelândia e Santa Helena.

Fazendas: Arara Vermelha, Boa Sorte, Barra Azul, Lindônia, Jacaré, Paraíso, Arco-íris, Moeda 2, Pontal, Santa Maria, Pneu Brasil, Suzuki, Dom Bosco, Montana, União, Santa Helena, Cana Brava, Dois Irmãos, Boa Vista, Primavera, Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima, Alto Alegre, Nazaré, São Lázaro, Vale do Ribeiro, Boca da Noite, Campo Grande e Arizona II.

Assentamentos⁴: PAs Açaí, Planalto I, Planalto II, Novo Oriente, Califórnia, Francisco Romão, PE Santa Clara e PDS João Vale I.

Utilização das Terras

De acordo com informações fornecidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 1** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, infere-se que as pastagens plantadas em boas condições, a agricultura temporária e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis são as que mais ocupam

⁴ Os assentamentos podem ser divididos em âmbito federal (PA), estadual (PE) e em Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quando a área, dos 457.315 hectares, 44% estavam com as pastagens em boas condições, 20% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 11% matas ou florestas plantadas, 7% com a agricultura temporária, 6% com pastagens plantadas em más condições, 6% com lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; lavouras permanentes, pastagens naturais e sistemas agroflorestais representaram 2% cada. Lavouras para cultivo de flores e matas ou florestas naturais corresponderam a menos de 1% cada (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (ha)
Lavouras permanentes	281	8.270
Lavouras temporárias	774	31.796
Lavouras área para cultivo de flores	11	8
Pastagens naturais	39	10.628
Pastagens plantadas em boas condições	1.100	199.514
Pastagens plantadas em más condições	412	27.324
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	623	89.413
Matas ou florestas naturais	52	2.692
Matas ou florestas plantadas	35	48.790
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	379	10.132
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1.529	28.748
Total	-	457.315

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto a condição legal do produtor, ocuparam 1.617 estabelecimentos. Desses, 73% eram próprias, 21% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, 1% arrendatário e comandatário cada, 4% ocupante e menos de 1% para o parceiro e produtor sem área.

Em relação aos 457.202 hectares, os proprietários representaram 93%, concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva e, arrendatário corresponderam a 3% cada e 1% correspondeu ao comandatário e ocupante. A área dos parceiros não foi disponibilizada (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação à terra	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	1.179	427.124
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	333	11.846
Arrendatário	17	12.300
Parceiro	8	-
Comandatário	17	4.788
Ocupante	60	1.144
Produtor sem área	3	-
Total	1.617	457.202

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 104.047 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Açailândia ocupava a 8ª posição no *ranking* populacional do Maranhão, representando 1,58% da população do estado. Em termos regionais, situa-se na 1ª posição na proposta de Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, correspondendo a 44,68%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,672 ocupando a 9ª posição no estado. Em 2020, a estimativa da população foi de 113.121 habitantes. Sua densidade demográfica é de 19,47 hab./km²; quem nasce no município é denominado açailandense.

No decênio de 2000 a 2010, a população obteve uma taxa de crescimento de 18%. Nesse mesmo intervalo de tempo, a população urbana ascendendo 22% e a rural 7%, ao passo que, a população masculina e feminina cresceram 18%.

Em relação ao gênero, nos anos de 2000 e 2010, tanto a população masculina, quanto feminina corresponderam a 50% cada. Em relação a população urbana, em 2000, esta representou 73% e a rural 27%; no ano de 2010, a urbana correspondeu a 75% e a rural 25%. (**Tabela 3**).

A expansão urbana de Açailândia sobre a zona rural e o êxodo rural em decorrência da implantação de grandes fazendas produtoras de eucalipto no município fizeram com que sua população urbana aumentasse significativamente.

Tabela 3 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	64.164	78.237
Rural	24.156	25.810
Masculina	44.272	52.115
Feminina	44.048	51.932
Absoluta	88.320	104.047

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 71 escolas, 46 localizadas na área urbana e 25 na zona rural, com 194 turmas. Há 49 escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental, sendo 26 na sede e 23 na zona rural e 22 escolas que disponibilizam ensino dos anos finais, sendo 17 na sede municipal e cinco na rural, nos turnos matutino e vespertino. Possui um total de 21.043 alunos. Em relação aos professores, são 867, sendo sete com magistério e 860 com ensino superior completo. Há também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando no período vespertino e noturno.

O município ainda dispõe de uma biblioteca pública, 41 salas de leitura, distribuição de material escolar para o ensino infantil e de livros didáticos para o ensino fundamental, distribuição de merenda escolar, utilizando produtos locais e transporte escolar, com 17 ônibus, sendo dois pertencentes ao Estado.

Na rede particular há nove escolas: Adonai COC (Ed. Infantil e Fundamental), Cristã Ebenezer – Pitágoras (Ed. Infantil e Fundamental), João Paulo II – Carrossel (Ed. Infantil ao Médio), Divino Mestre (Ed. Infantil ao Médio), El Elion (Ed. Infantil ao 5º ano), Escola Paraíso (Ed. Infantil), Escola Canaã (Ed. Infantil ao 3º ano), Escola Arco-íris (Ed. Infantil ao 5º ano) e Escola Rui Barbosa (Ed. Fundamental e Médio).

Em relação ao Ensino Médio, havia 4.893 alunos matriculados no ano de 2019. Na área urbana, eram 4.149 alunos matriculados, sendo: 3.360 em escolas estaduais, 645 em escolas federais e 144 em escolas particulares. Na zona rural haviam 744 alunos, com: 715 em escolas estaduais e 29 em escolas privadas.

Quanto à educação profissional, havia 1.846 alunos matriculados em 2019, sendo: 917 em escolas federais, 16 em escolas estaduais e 913 em escolas particulares. O município conta com o Instituto Federal do Maranhão – IFMA Açailândia, oferecendo ensino médio e cursos técnicos na modalidade integrada, concomitante e subsequente. Conta com os seguintes cursos técnicos: Florestas (integrado), Alimentos (integrado), Automação Industrial (integrado e subsequente), Meio Ambiente (integrado), Eletromecânica (integrado e subsequente), Metalurgia (integrado e subsequente), Alimentação Escolar (PROEJA) e Eletromecânica (PROEJA), além de disponibilizar graduação em licenciatura em Química. O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, com sua unidade vocacional, oferece cursos em: Gestão de Cooperativa e Empreendedorismo Solidário; Inglês Básico; Agente de Gestão de Resíduos Sólidos. Há o Sesi/SENAI, que disponibiliza o curso de Técnico em Segurança do Trabalho. Há ainda o Instituto Veneza e a Escola Rui Barbosa oferecendo cursos técnicos.

Na Educação Superior estão as seguintes instituições:

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) (**Figura 17**), com os seguintes cursos: Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Administração Bacharelado, Tecnologia em Gestão Ambiental, Engenharia Civil Bacharelado e Pedagogia Licenciatura, sendo 40 vagas em cada curso, com entrada de aproximadamente 526 alunos por ano.

Universidade Aberta do Brasil (UAB) (UFMA/UEMA), com os seguintes cursos: Administração, Administração pública, Computação e Informática, Matemática e Pedagogia. Também oferece cursos de especialização.

Instituto Federal do Maranhão (IFMA), disponibiliza graduação em Licenciatura em Química.

O município conta ainda com polos da Estácio e do Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), da Universidade Santo Amaro (Unisa), da Universidade de Taubaté (Unitau), do Centro Universitário Internacional (Uninter), Universidade Cesumar (UniCesumar) e Faculdade Vale do Aço (Favale) (**Figura 18**). Esta última oferece cursos de graduação em: Administração, Agronegócio, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo; e pós-graduação em: Gestão Empresarial, Gestão de Agronegócio e Meio Ambiente, Defesa Sanitária Animal, Logística, Edificações Sustentáveis e Eficientes.

Figura 17 – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL



Fonte: UEMASUL (2019)

Figura 18 – Faculdade Vale do Aço – Favale



Fonte: IMESC (2019)

Saúde e Assistência Social

O sistema de saúde de Açailândia é composto por três hospitais, sendo dois particulares e um público. O Hospital Municipal (**Figura 19**) disponibiliza 117 leitos no setor de internação

e de urgência e emergência e ainda mais 17 em fase de inauguração, além de um centro de parto normal. Nesse hospital, são realizados atendimentos em urgência e emergência e cirurgias, além de exames de laboratoriais, ultrassonografia e raio-x. As doenças mais comuns atendidas no hospital são as infecções respiratórias, diarreias, diabetes e hipertensão. Há distribuição de medicamentos pela Farmácia Básica. Além desse hospital, o município conta com 24 Unidades Básicas de Saúde – UBS, sendo 14 na área urbana e 10 na área rural e uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, nesta há 14 médicos, 12 enfermeiros, 55 técnicos de enfermagem, dois bioquímicos, quatro técnicos de farmácia e três técnicos laboratoriais.

Figura 19 – Hospital Municipal de Açailândia



Fonte: www.atual10.com.br (2018)

O Hospital Municipal dispõe de cinco ambulâncias, pelas quais, em casos mais graves, os pacientes são transferidos para as cidades de Imperatriz ou São Luís. Compõe a equipe de saúde, 26 médicos, possuindo especialidades em obstetrícia/ginecologia, cirurgia geral, ortopedia e anestesia; há 20 enfermeiros na assistência geral e 107 técnicos de enfermagem. Atuando também com mutirão de cirurgias eletivas em urologia, oftalmologia e otorrinolaringologia e Agência Transfuncional, com cinco técnicos de enfermagem, dois bioquímicos, dois nutricionistas, sete bioquímicos e 11 técnicos laboratoriais.

Compõem o programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), 27 equipes, com 20 médicos, 34 enfermeiros, 43 técnicos de enfermagem e 12 auxiliares de enfermagem. Fazem parte também do ESF, 15 equipes de saúde bucal, compostas por 17 dentistas.

Há um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), contando com um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta, um nutricionista, uma enfermeira sanitária, dois assistentes

sociais e um educador físico. As doenças mais frequentes atendidas são a hipertensão e a diabetes.

No município atuam 198 agentes comunitários de saúde. Desses 173 trabalham na área urbana e 25 na zona rural; 58 agentes de vigilância epidemiológica e 16 agentes de vigilância sanitária.

Funciona também um Conselho Tutelar; um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS); cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo três de serviço de atenção à saúde mental, um de serviço especializado para crianças, adolescentes e jovens até 25 anos e um Serviço especializado para usuários de álcool e drogas; e três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). A assistência social no município é responsável pelos seguintes programas: Benefícios de Prestação Continuada (BPC), divididas em BPC na escola, atendendo 352 alunos de 0 a 18 anos, BPC idoso e BPC deficientes; Serviço de convivência, atendendo 100 idosos com programas de dança, artesanato e acompanhamento de saúde e também atendimento a mais de 1.000 crianças; Criança Feliz; Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI); Bolsa Família; Passe livre; Benefícios eventuais – auxílio funeral, aluguel social, cesta básica e auxílio natalidade; núcleo de capacitação profissional, com cursos de cabeleireiro, corte e costura e manicure; casa abrigo, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e abandono; e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Economia

O PIB municipal em 2017 foi o 4º no *ranking* estadual, correspondendo a 2,46% do PIB do Maranhão com o valor de R\$ 2.202,287 bilhões. Para esse valor, o setor de serviços participou com R\$ 1.122,711 bilhões, o industrial com R\$ 706,059 milhões, o agropecuário R\$ 175,271 milhões e os R\$ 198,246 milhões restantes referem-se a cobrança de impostos. Em 2010, o IPEA registrou uma renda per capita de R\$ 438,56 reais.

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante, voltada a subsistência e autoconsumo, com excedente para comercialização, principalmente arroz, feijão, mandioca, abóbora, macaxeira e fava, tendo como maiores produtores o PA Francisco Romão e Agrovila

50 BIS. A agricultura mecanizada é principalmente para a comercialização interna e exportada para outros Estados, com destaque para a soja e milho. De acordo com o Sindicato de Trabalhadores Rurais há no município 144 associados.

Agricultura temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida aumentou 1.057%, a quantidade produzida 2.082% (na taxa de crescimento da quantidade produzida, não foi contabilizado a produção do abacaxi, pois este é dado em mil frutos, enquanto os demais produtos são dados em toneladas) e o valor da produção 4.952%. No período mencionado, a área colhida do amendoim aumentou 150%, a da melancia 1.000%, a do milho 128% e a do tomate 1.300%, enquanto a do arroz, do feijão e a da mandioca diminuíram respectivamente 93%, 28% e 20%. Referente a quantidade produzida, o amendoim aumentou 167%, a melancia 2.450%, o milho 551% e o tomate 1.290%; o arroz reduziu 93%, o feijão 37% e a mandioca 24%. No rendimento médio os produtos que aumentaram foram: o amendoim 7%, o arroz 6%, a melancia 132% e o milho 186%; obtiveram diminuições, o feijão 13%, a mandioca 5% e o tomate 1%. Quanto ao valor da produção, o amendoim, o feijão, a mandioca, a melancia, o milho e o tomate cresceram 500%, 66%, 69%, 4.033%, 738%, 2.618% respectivamente; o arroz desvalorizou-se em 89%. O cálculo da taxa de crescimento do abacaxi, da fava e da soja não foi realizado, pois estes se encontram em anos distintos (**Tabela 4**).

Em 2010, dos 4.746 hectares colhidos, 63% foram de milho, 29% de arroz, 5% de feijão e 2% de mandioca; o amendoim, a fava, a melancia e o tomate representaram menos de 1%. Das 9.901 toneladas produzidas, 67% foram de milho, 24% de arroz, 7% de mandioca, 2% de feijão e menos de 1% para o amendoim, fava, melancia e tomate. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 4**. No valor da produção, dos R\$ 4.431 milhões, o milho participou com 62%, o arroz com 28%, o feijão com 6%, a mandioca com 3% e menos de 1% para o amendoim, fava, melancia e tomate (**Tabela 4**).

Em 2018, dos 54.891 hectares de área colhida, o milho e a soja representaram 12% e 87% respectivamente, os demais produtos contribuíram com menos de 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 215.993 toneladas (exceto o abacaxi que é dado em mil frutos), o milho contribuiu com 20% a soja 79%, os demais produtos representaram menos de 1%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 4**. Para o valor da produção, dos R\$ 223.852

milhões, o milho contribuiu com 10% e a soja 89%, os demais produtos representaram menos de 1% cada (**Tabela 4**).

Observa-se que entre os anos citados, houve aumentos significativos na área colhida, quantidade produzida e no valor da produção, principalmente pelo incremento da soja e em contrapartida do milho, que são produtos de exportação. Em decorrência deste fato, houve diminuições relevantes na produção do arroz, do feijão e da mandioca.

Tabela 4 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2018	2010	2018
Abacaxi*	-	3	-	43	-	14.333	-	65
Amendoim	2	5	3	8	1.500	1.600	3	18
Arroz	1.400	98	2.380	177	1.700	1.806	1.261	142
Fava	6	-	2	-	333	-	5	-
Feijão	256	185	166	104	648	562	249	414
Mandioca	80	64	720	548	9.000	8.563	136	230
Melancia	1	11	10	255	10.000	23.182	3	124
Milho	3.000	6.831	6.600	42.975	2.200	6.291	2.752	23.063
Soja	-	47.680	-	171.648	-	3.600	-	199.198
Tomate	1	14	20	278	20.000	20.000	22	598
Total	4.746	54.891	9.901	-	-	-	4.431	223.852

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

*Mil Frutos

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção tiveram diminuição de 33%, 78% e 57% respectivamente. No aludido intervalo, a área colhida da borracha diminuiu 20%, da pimenta-do-reino 77%, o único produto que teve aumento foi a castanha de caju em 86%. Para a quantidade produzida, a castanha de caju permaneceu estável, enquanto houve diminuição nas toneladas de borracha 39%, de pimenta-do-reino 79%. No rendimento médio todos os produtos obtiveram variações negativas de 24% para a borracha, 46% para a castanha de caju e 10% para a pimenta-do-reino. Relacionado ao valor da produção, a borracha diminuiu 28%, a pimenta-do-reino 75%; a castanha de caju aumentou em 300%.

Não foram calculadas as taxas de crescimento da banana, da laranja, do limão e da manga, pois esses produtos só aparecem apenas no ano de 2010.

Em 2010, dos 1.087 hectares, 81% foram ocupados com a borracha, 9% com a banana, 6% com o urucum, 2% com a pimenta-do-reino e menos de 1% com a castanha de caju, laranja, limão e manga. Das 3.078 toneladas produzidas, a banana participou com 60%, a borracha 36%, o urucum 2%, a pimenta-do-reino 1%; a castanha de caju, a laranja, o limão e a manga representaram menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 5**. Dos R\$ 3,362 milhões do valor da produção, a borracha contribuiu com 58%, a banana 33%, o urucum 5%, a pimenta-do-reino 3% e menos de 1% para a castanha de caju, laranja, limão e manga (**Tabela 5**).

Em 2018, dos 724 hectares colhidos, 97% foram relacionados a borracha, 2% a castanha de caju e 1% a pimenta-do-reino. Das 679 toneladas, 99% foram de borracha, 1% de pimenta-do-reino e menos de 1% para a castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 5**. Dos R\$ 1.441 milhões, a borracha contribuiu com 98%, a pimenta-do-reino 2% e a castanha de caju menos de 1% (**Tabela 5**).

Entre os anos de 2010 e 2018 houve significativa diminuição da área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária, isso se relaciona principalmente a expansão da monocultura da soja e do eucalipto no município que ocupa extensas áreas.

Tabela 5 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	97	-	1.843	-	19.000	-	1.105	-
Borracha (látex coagulado)	882	705	1.108	672	1.256	953	1.967	1.411
Castanha de caju	7	13	2	2	385	154	1	4
Laranja	7	-	20	-	2.857	-	9	-
Limão	2	-	4	-	2.000	-	2	-
Manga	3	-	7	-	2.333	-	1	-
Pimenta-do-reino	26	6	24	5	923	833	102	26
Urucum	63	-	70	-	1.111	-	175	-
Total	1.087	724	3.078	679	-	-	3.362	1.441

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Horticultura

De acordo com o censo agropecuário (2017), o município produziu 1.114 toneladas de produtos hortícolas, desses, 33% correspondeu a alface, 15% ao tomate, 14% ao coentro, 8% a cebolinha, 7% ao inhame e ao maxixe cada, 5% a couve, 2% ao jiló, ao pepino e ao pimentão cada, 1% a abobrinha, o milho verde, a pimenta e ao quiabo cada, e menos de 1% correspondeu aos demais produtos. Em relação a quantidade vendida, tem-se como mais importante a alface com 35%; coentro e tomate ambos com 15%, cebolinha e maxixe 8% cada, couve e inhame 6% cada, pimentão 3%, pepino 2%, jiló 1% e os demais produtos corresponderam a menos de 1%. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 3,839 milhões, a alface contribuiu com 25%, o coentro com 22%, a cebolinha com 17%, a couve com 13%, o maxixe e o tomate 8% cada, o inhame 2%, a pimenta, o pimentão e o quiabo ambos com 1% e menos de 1% os demais produtos (Tabela 6).

Tabela 6 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Abobrinha	7	6	11
Alface	367	364	956
Batata-doce	2	2	3
Berinjela	1	1	5
Cebolinha	89	88	637
Coentro	157	153	858
Couve	59	58	484
Inhame	76	59	87
Jiló	24	10	6
Maxixe	83	81	322
Milho verde (espiga)	6	6	12
Pepino	22	21	16
Pimenta	7	7	41
Pimentão	27	27	51
Quiabo	11	7	25
Rúcula	4	4	12
Salsa	1	1	6
Tomate (estaqueado)	171	157	307
Total	1.114	1.052	3.839

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Em trabalho de campo, foi constatado o cultivo de vários produtos da horticultura na área urbana do município, em pequenos e médios terrenos, como alface, agrião, cebolinha, cheiro verde, couve e outros, esses são destinados a venda local e para supermercados do município (**Figura 20**).

Figura 20 – Produtos da horticultura cultivados na área urbana



Fonte: IMESC (2019)

Pecuária

A pecuária se destaca por ser parte extensiva e intensiva, ocupando vastas áreas de pastagens plantadas e fazendas consolidadas ocupando grandes extensões no município. O rebanho que mais se destaca é o bovino, com expressiva produção de leite, e também destinado ao corte e abate, crescendo significativamente ao longo dos últimos anos.

Entre 2010 e 2019, o rebanho diminuiu 16%, apresentando as seguintes variações: bovino -23%, bubalino -24%, equino 38%, suíno 28%, caprino 7%, ovino 41% e galináceos -3%. O rebanho das codornas não foi calculado devido ser registrado apenas em 2010.

Em 2010, das 505.132 cabeças, 84% eram de bovinos, 11% de galináceos, 2% de suínos, 1% de equinos e ovinos cada e menos de 1% corresponderam ao bubalino, caprino e codornas. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 422.654 animais, com 80% de bovinos, 13% de galináceos, 3% suínos, 2% equino e ovino cada, 1% caprino e menos de 1% bubalino (**Tabela 7**).

Tabela 7 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	423.650	336.631
Bubalino	582	445
Equino	5.525	7.614
Suíno	8.440	10.830
Caprino	2.504	2.667
Ovino	6.755	9.504
Galináceos	55.876	54.963
Codorna	1.800	-
Total	505.132	422.654

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Com relação à produção de origem animal, em 2019, foram produzidos 39.864 milhões de litros de leite, 116 mil dúzias de ovos de galinha e 4.435 quilogramas de mel de abelha, os quais foram valorizados em R\$ 39,931 milhões, dos quais, 98% referem-se ao leite, 2% aos ovos de galinha e menos de 1% ao mel de abelha (**Tabela 8**).

Tabela 8 – Quantidade e valor da produção de origem animal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)
Leite (mil litros)	39.864	39.067
Ovos de Galinha (mil dúzias)	116	746
Mel de Abelha (quilograma)	4.435	118
Total	-	39.931

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Extrativismo e Silvicultura

No extrativismo vegetal, no ano de 2019, foram produzidas 427 toneladas de carvão vegetal e 445 metros cúbicos de lenha e de madeira em tora, correspondendo a 72% e 28% respectivamente. A renda obtida com referidos produtos foi de R\$ 225 mil, com as seguintes participações percentuais por produtos: carvão vegetal 89%, lenha 2% e madeira em tora 8% (**Tabela 9**).

Tabela 9 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Tonelada)	(Metros Cúbicos)	
Carvão Vegetal	427	-	201
Lenha	-	319	5
Madeira em tora	-	126	19
Total	427	445	225

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

A silvicultura é muito desenvolvida no município e se expande com grande velocidade, ocupando grandes áreas, impulsionada por grandes projetos ligados diretamente ao setor, principalmente decorrentes da atividade siderúrgica e indústria de papel e celulose. Na implantação da floresta têm sido utilizados híbridos de eucalipto, principalmente *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*, de alta produtividade (**Figura 21**), utilizada principalmente na produção de carvão vegetal (redutor) para a siderurgia e madeira em toras para fabricação de papel e celulose. Há também, a existência de grandes blocos florestais de seringueiras (*haevea brasiliensis*), paricá (*Shizolobium amazonicum*), teca (*Tectona grandis*) e mogno (*Swietenia macrophylla*) na região.

Em 2019, foram produzidas 949 toneladas de carvão vegetal de eucalipto e 571.327 m³ de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose. Esses produtos tiveram um valor de produção de R\$ 26,740 milhões, o carvão vegetal de eucalipto rendeu R\$ 665 mil, o que se refere a 2% desse valor e a madeira em tora de eucalipto foi avaliada em R\$ 26,075 milhões, o que equivale a 98% do total.

Figura 21 – Floresta de eucalipto



Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia (2006)

Pesca e Aquicultura

No município, a pesca é praticada artesanalmente em ambiente fluvial, principalmente no rio Pindaré. As principais espécies encontradas são: piau (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*) e branquinha (*Curimata cyprinoides*).

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques, produziu 52.130 quilogramas, das quais tambacu/tambatinga (*P. mesopotamicus* x *C. macropomum*) corresponderam a 86%, tilápia (*Oreochromis niloticus*) 11%, tambaqui (*Colossoma macropomum*) 3% e pirarucu (*Arapaima gigas*) menos de 1%. O valor de produção foi de R\$ 409 mil e teve como renda por espécie: tambacu/tambatinga 84%, tilápia 13%, tambaqui 2% e pirarucu menos de 1% (**Tabela 10**).

Tabela 10 – Produção e valor da aquicultura por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Pirarucu	120	2
Tambacu, tambatinga	45.080	343
Tambaqui	1.350	10
Tilápia	5.580	55
Total	52.130	409

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Atualmente, a indústria municipal se apoia, principalmente, em três segmentos: a indústria madeireira, a siderurgia de ferro gusa e a pecuária extensiva de corte e leite, com seus frigoríficos e laticínios.

A atividade industrial siderúrgica concentra-se no Distrito Industrial em Pequiá, distante 14 km do centro de Açailândia, e à margem direita da rodovia federal BR 222. Naquele distrito também estão localizadas as instalações para transferência modal, logística, estocagem, embarque e desembarque de derivados de petróleo. Essas operações são efetivadas por meio da operacionalização de um pool petroleiro (**Figura 22**). Conta ainda, com pátio da Estrada de Ferro Carajás com terminal de embarque e desembarque de mercadorias gerais e passageiros.

Figura 22 – Tanques de derivados de petróleo e oleoduto do Pool Petroleiro de Pequiá



Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia (2006)

O polo siderúrgico (**Figura 23**) é formado por cinco usinas para a produção de ferro gusa em lingotes, a partir da redução do minério de ferro proveniente da Província Mineral de Carajás (PA) e transportado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC).

O complexo é complementado também por uma estação de peneiramento de minério de ferro constante de pêra de evolução ferroviária para, desembarque do minério de ferro (MF), reembarque do fino de MF e embarque de lingotes de ferro gusa. Há ainda em operação uma planta para britagem de escória de alto-forno. As empresas siderúrgicas exportam 90% de sua

produção para mercados internacionais, entre eles Estados Unidos, Japão, China, Taiwan, Coreia, Itália, Espanha e Alemanha. A exportação é feita pelo Complexo Portuário do Itaqui / Ponta da Madeira.

Figura 23 – Plano geral do Polo Siderúrgico de Pequiá



Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia (2005)

Encontra-se no município um total de 1.582 indústrias, sendo: uma indústria extrativa de carvão mineral; três de extração de minério de ferro; cinco de extração de minerais não metálicos, nesse caso, extração de grafita e de outros minerais; uma de atividades de apoio à extração de minério de ferro; 162 indústrias de transformação, sendo: oito frigoríficos de abate de bovinos, um matadouro industrial, dois de abate de aves, 11 de fabricação de conservas de frutas, duas de sucos, três de óleos vegetais bruto e refinado, 20 de laticínios, seis de sorvete e outros gelados comestíveis, 16 de beneficiamento de arroz, uma de farinha de milho e derivados, duas de alimentos para animais, quatro de moagem e fabricação de produtos de origem vegetal, 68 de fabricação de produtos de panificação, uma de fabricação de biscoitos e bolachas, duas de produtos derivados de cacau, cinco de massas alimentícias, duas de especiarias, molhos, temperos e condimentos, duas de alimentos e pratos prontos, três de vinagres, duas de gelo comum e uma de fabricação de outros produtos alimentícios; uma de fabricação de refrigerantes; uma de fabricação de cigarros; 20 de fabricação e produtos têxteis; 118 de confecção de artigos do vestuário e acessórios; 21 de preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados; 248 de fabricação de produtos de madeira,

sendo: serrarias com desdobramento de madeira em bruto, fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada, fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção e fabricação de artefatos diversos de madeira; quatro de celulose, papel e produtos de papel; 29 para impressão e reprodução de gravações; uma de fabricação de produtos de refino de petróleo; 44 de fabricação de produtos químicos; 15 de fabricação de produtos de borracha e de material plásticos; 29 de fabricação de produtos de minerais não metálicos; 17 de metalurgia, abrangendo produção de ferro-gusa, laminados longos de aço, fundição de ferro e aço; 120 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; uma de fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo; três de fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos; 14 de fabricação de máquinas e equipamentos; 11 de fabricação e cabines, carrocerias e reboques, bancos e estofados e condicionamento e recuperação de motores para veículos automotores; 82 de fabricação de móveis; 24 de fabricação de produtos diversos; 66 de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; nove de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; uma de captação, tratamento e distribuição de água; nove de atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; 11 de coleta de resíduos sólidos e recuperação de materiais; 199 de construção de edifícios; 57 de obras de infraestrutura e 250 de serviços especializados para construção (BRASIL, 2019).

Comércio

O comércio é principalmente varejista e atacado, representado por quitandas, supermercados, feiras fixas e ambulantes e mercados, sendo a referência o Mercado Público Municipal.

A expansão dos serviços e do comércio é um reflexo do crescimento urbano que, por sua vez, proporciona a alavancagem de novas atividades terciárias. De acordo com Brasil (2019), há no município 5.527 estabelecimentos comerciais, sendo: 715 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; 419 de comércio atacadista e 4.393 de comércio varejista.

Turismo

Os potenciais turísticos que se destacam no município são:

- a) Balneários – São grandes atrativos turísticos e de lazer, localizados ao longo do rio Pequiá, que possuem águas límpidas e rasas em meio a vegetação de açazeiros. Possuem boa infraestrutura, com restaurantes e bares, barracas e pequenos chalés. Oferecem bebidas e comidas típicas. Os principais são: Walter Figueiredo (**Figura 24**), Vale dos Peixes, Águas Rasas, Pantanal, Chácara Paraíso, muitos cobram taxas de permanência no local.

Figura 24 – Balneário Walter Figueiredo



Fonte: IMESC (2019)

- b) Expo Açailândia – A Exposição Agropecuária de Açailândia, é um dos maiores eventos realizados no município, que ocorre no mês de julho ou agosto, no Parque Exposição Agropecuária José Egídio Quintal Filho. O evento, de caráter regional e nacional, visa mostrar as potencialidades para investimentos do município e buscar novas tecnologias e investimentos voltados para o desenvolvimento do agronegócio da Região de Açailândia. É um dos maiores eventos da cidade atualmente.

O início da exposição é marcado pela escolha da rainha e princesa Expo Açailândia. Após o evento, ocorre a cavalgada de cavaleiros e amazonas de Açailândia. A cavalgada sai pela manhã, com concentração dos participantes no bairro Getat (Caixa d'água), percorrendo um longo trajeto pelo centro da cidade, passando na BR-222 até o Parque de Exposição José Egídio Quintal Filho, onde o encerramento se dá com muita festa e churrasco.

Na Expo Açailândia, são montados estandes, praça de alimentação, mostruários de máquinas e diversos atrativos para todo o público açailandense e da região. Também são

realizados cursos, palestras e capacitações para produtores, ligados principalmente às cadeias produtivas locais, leilões e rodeio.

Na continuação, há diversas atrações que abrilhantam a exposição, com shows e apresentação de cantores locais, regionais e nacionais.

- c) Açaí Folia – Durante três noites, no mês de junho, ocorre a maior micareta da região no corredor da folia na Avenida Alexandre Costa. Os foliões são embalados com bandas de axé de renome nacional. Grande estrutura de camarotes, trios elétricos, barracas e arquibancada é montada no percurso da folia para proporcionar conforto, segurança e alegria para os brincantes. É o maior carnaval fora de época da região, e um dos maiores do estado. Atrai muitos turistas das regiões vizinhas e de outros estados (**Figura 25**).

Figura 25 – Açaí Folia



Fonte: Prefeitura Municipal de Açailândia

As comidas típicas que se destacam é a panelada e a carne de sol. Quanto ao ritmo mais popular tem-se o forró.

Para atender o turista, o município dispõe de 40 hotéis e 15 outros meios de hospedagem. Possui também 221 restaurantes e similares e 87 lanchonetes e bares.

Folclore e Lazer

A principal manifestação folclórica são as quadrilhas juninas. As juninas, como são conhecidas, atraem os olhares pelo brilho das vestimentas padronizadas, da animação e

coreografias impecáveis, apresentando a cada ano uma temática diferenciada. Cada uma ao seu estilo próprio, já conquistou uma gama de fies torcedores, principalmente a “Matutos do Rei” e a “Flor de Mandacaru” que há anos colecionam títulos (**Figura 26**).

Figura 26 – Junina Matutos do Rei



Fonte: Ponciano, Tharles (2019)

Quanto aos eventos destacam-se:

Carnaval – Durante três noites de fevereiro é realizado em Açailândia a festa oficial da cidade, intitulada "Carnalândia", os foliões lotam a Praça do Mercado Municipal, para prestigiarem as apresentações de bandas regionais e nacionais.

Feira de Artesanato – Ocorre na Praça da Bíblia, com exposição de tapetes, bonecas de pano, panos de prato, pinturas, arte com reciclagem, entre outros itens expostos em dezenas de barracas, artigos para todos os gostos, os mais variados e excêntricos possíveis e com os preços acessíveis e outros com valor de acordo com o poder aquisitivo.

Aniversário da Cidade - A festa do aniversário de emancipação política de Açailândia, conta com grandes shows de cantores regionais e nacionais, reunindo uma grande multidão na avenida Alexandre Costa.

Festas Juninas – O grande Arraial Municipal ocorre na Avenida Alexandre Costa, na Vila Ildemar. Durante três dias essa via urbana fica lotada de pessoas, que vão ao local para ver de perto o espetáculo apresentado pelas quadrilhas estilizadas e shows de bandas de forró.

É montada praça de alimentação, com barracas de comidas típicas, tradicionais da época, além de bebidas diversas. Outros grupos anônimos também se apresentam, como grupos juninos de escolas da rede municipal, de outros municípios, o bumba-boi apresentado pelos idosos do CRAS e escolas municipais. Na última noite do evento, ocorre a competição regional, com quadrilhas representando Açailândia e outros municípios concorrem ao título de campeão, vice e terceira colocada. Além dos troféus, há também a premiação em dinheiro.

Festejo de São Francisco de Assis – Padroeiro do município, os festejos em honra de São Francisco de Assis, ocorrem no final do mês de setembro e início de outubro, atraindo grande contingente populacional. A comemoração possui programação vasta, com várias missas durante o dia e espaço festivo com apresentação musical e comidas típicas. No último dia ocorre o encerramento com procissão.

O artesanato que se destaca é a confecção de tapetes, bonecas de pano, panos de prato, pinturas, arte com reciclagem.

Para o entretenimento conta com museu, bibliotecas, estádio de futebol e ginásios poliesportivos, clubes privados e associações recreativas, bandas de música, livrarias, cinema, além de outros.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade dois cartórios. Corresponde a 71^a e 98^a zona eleitoral, com registro de 70.328 eleitores e 18 vereadores (TSE, 2020).

Há no município duas delegacias, um batalhão de bombeiro militar e um batalhão da polícia militar. Os problemas principais ligados à segurança pública referem-se a drogas e roubos.

Religião

A religião católica possui aproximadamente 17 igrejas na área urbana, sendo o principal templo a Igreja Matriz de São Francisco de Assis (**Figura 27**) padroeiro do município; além desses templos, há outros espalhados pela zona rural. Além do padroeiro é festejado São João Batista, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia e outros.

Figura 27 – Igreja Matriz de São Francisco de Assis



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem muitos templos na sede e na área rural, representados principalmente pelas seguintes congregações: Testemunha de Jeová, Assembleia de Deus, Adventista, Batista, Reino da Graça e Universal do Reino de Deus.

De acordo com o IBGE (2010), dos 104.047 habitantes, 61% se declararam católicos, 29% evangélicos, 9% sem religião e 1% outras religiões; espíritas e não determinada a religião, representaram menos de 1% (**Tabela 11**).

Tabela 11 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	63.195
Evangélicos	30.538
Espírita	198
Outras Religiões	1.031
Sem religião	8.930
Não Determinada	155
Total	104.047

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água potável no município é feito por duas empresas: o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). O SAAE ocupa a maior parte do território do município tendo 29 poços tubulares, que atendem a 44 bairros, com 17.070 unidades consumidoras. A CAEMA em que pese ocupar menor parte do território atende à maior parte do centro urbano por meio de oito poços tubulares, atende a 10.296 unidades consumidoras.

A cidade de Açailândia não possui sistema público de esgotamento sanitário, apenas 1% do número de domicílios estão ligados à rede coletora de esgotos. Isso ocorre pelo fato de pequena parcela de domicílios ou lojas estarem situados em ruas onde passam galerias de águas pluviais, construídas sem aspectos técnicos de engenharia e além disso, suas instalações sanitárias estarem interligadas às mesmas. A grande maioria dos domicílios possui sistemas individuais de tratamento e/ou disposição de esgotos do tipo fossa e sumidouro. Na área rural o esgotamento se dá principalmente por meio de fossas sépticas.

A coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais compreende a coleta porta a porta nos logradouros públicos, três vezes por semana. Na zona rural, como em Novo Bacabal há coleta três vezes por semana e em Córrego Novo e 50 BIS duas vezes na semana. Esse serviço na zona urbana é realizado por três caminhões compactadores e seis equipes de quatro homens. Na zona rural são utilizadas três caçambas. A quantidade média diária coletada é de 140 toneladas. O serviço de limpeza não dispõe de instalações para a destinação adequada dos resíduos sólidos coletados. Existe um lixão principal, situado a 9 km da sede, nesse local é jogado a maioria dos resíduos da cidade. Além do lixão principal, existem mais dois na zona rural; um em Piquiá, que atende esse distrito, e outro em Novo Bacabal que atende também a Córrego Novo e a 50 BIS.

A fonte de energia é hidroelétrica com uma subestação local, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia foi de 134.425.386 Mwh, com os seguintes percentuais: 44% residencial, 18% industrial, 17% comercial, 8% iluminação pública, 6% rural, 4% serviço público, 3% poder público, e consumo próprio correspondeu a menos de 1% (**Tabela 12**).

De acordo com os dados apresentados, observa-se que além do consumo residencial, o consumo industrial é um dos mais representativos, reflexo da grande concentração de indústrias, principalmente, as usinas do Polo Siderúrgico que são eletrointensivas. O setor comercial

aparece como a terceira maior classe de consumo de energia, demonstrando o grande dinamismo de Açailândia e a sua importância no cenário regional.

Tabela 12 – Consumo de energia elétrica por classe

Classe	Consumo em Mwh
Residencial	59.011.337
Industrial	24.289.854
Comercial	23.312.053
Rural	7.440.409
Poder Público	3.578.975
Iluminação Pública	10.711.306
Serviço Público	5.985.516
Consumo Próprio	95.936
Total	134.425.386

Fonte: CEMAR;IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município é servido por várias agências bancárias, destacando-se: Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), lotéricas e agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura e internet da TIM, CLARO, VIVO e OI, esta última com linhas fixas.

Como meio de comunicação local, Açailândia conta com estações de rádio AM e FM, assim como geradoras de programação local de televisão e retransmissoras em rede nacional (afiliadas). Circulam com periodicidade semanal os jornais locais “O Folhã” e o “Açaí Folha”, com impressão a cores e no formato tabloide.

Transporte

Açailândia está situada a 553 km de São Luís, ligada pelas BRs 135 e 222 e interligada à BR 010. Encontra-se, também, a 72 km de Imperatriz. A posição estratégica de Açailândia lhe impõe uma agitada movimentação de transportes de variados modais. Juntamente com as rodovias estaduais, drenam as grandes correntes de tráfego intra e inter-regionais.

Além das rodovias já citadas, o município Açailândia conta com extensa rede de estradas vicinais (acima de 2 mil km), piçarradas, sob a responsabilidade integral da prefeitura, utilizadas

como meio de ligação dos núcleos urbanos às propriedades rurais e pequenas agrovilas e assentamentos para escoamento da produção.

A cidade possui uma rodoviária e dois terminais rodoviários de transporte alternativo da Cooperativa dos Condutores Autônomos do Transporte Público Alternativo de Passageiros, Escolar e Turismo de Açailândia (Cooperlândia), com ônibus e vans, que fazem viagens diárias para municípios localizados nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Goiás.

O transporte ferroviário também é importante no município. Açailândia é o que abriga a maior extensão de trilhos da Estradas de Ferro Carajás – EFC, com 123,6 quilômetros. No povoado de Pequiá, a ferrovia tem uma estação de grande importância regional (Estação Açailândia/ **Figura 28**), transportando grande número de passageiros e cargas (especialmente minério de ferro e grãos). Nesta parada, denominada Açailândia-Pequiá, fica o encontro da estrada de ferro da Vale com a Ferrovia Norte Sul, que conduz a produção do Centro-Oeste até o Porto de Itaqui, em São Luís. Nas segundas, quintas e sábados, o trem de passageiros sai de São Luís às 8h, chegando em Parauapebas (PA) às 23h50. Nas terças, sextas e domingos, ele sai de Parauapebas (PA) às 6h, com chegada em São Luís, às 22h.

Figura 28 – Estação ferroviária de Açailândia



Fonte: rodoferroviaria.com.br

Quanto ao sistema aeroviário, Açailândia não possui aeroporto público, entretanto há algumas pistas de pouso e aeródromo particulares que atendem, principalmente, a produtores rurais e industriais, encurtando distâncias e facilitando o acesso a todas as direções no território nacional.

O traslado urbano–rural é realizado, principalmente por vans e por veículos particulares.

Na área urbana, utiliza-se o transporte público, com ônibus que abrangem as seguintes linhas: Piquiá/ Centro, Vila Ildemar/ Centro, Vila São Francisco/ UEMA/ Capeloza/Centro – Nova Açailândia I/Centro – Bom Jardim, Nova Açailândia I e II/ SENAI/ CENTRO- Colina Park/Vila Maranhão/Jacú/Centro- Jardim de Alah/ Jardim Glória/ Centro. Além desse, há veículos particulares, moto taxis e taxis.

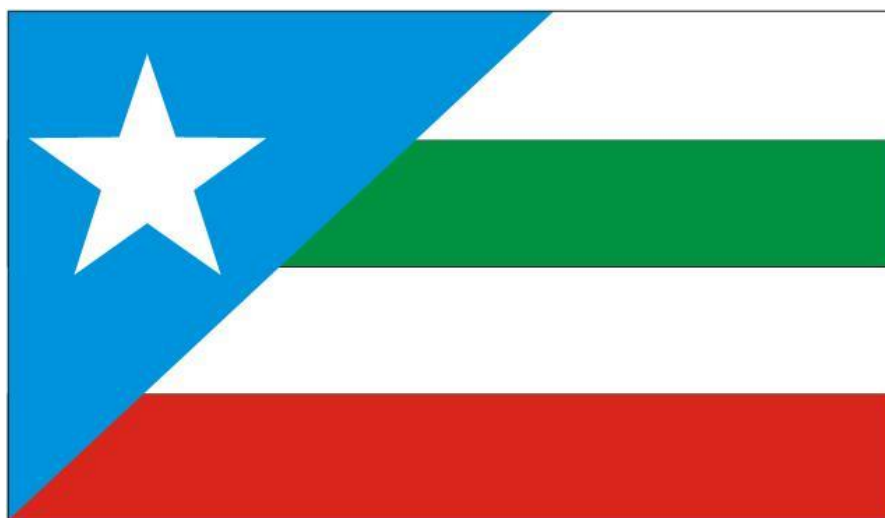
4 BOM JESUS DAS SELVAS

Símbolos Municipais



Brasão

As cores do brasão representam os significados contidos na bandeira. A onça-pintada, contida no brasão, é um animal felino que simboliza a fauna e representa a coragem e a força do povo bonjesuense. O livro, a sabedoria do povo ao escolher e decidir o seu futuro. A árvore, representa as matas, o verde que embelezam a paisagem natural. A estrela representa o município. Esse é ladeado com dois ramos e abaixo há uma faixa com três palavras: Fé, Desenvolvimento e Paz.



Bandeira

A bandeira foi criada em 21 de junho de 2002 trazendo as cores verde, vermelha, azul e branco.

O verde representa a esperança do povo e um alerta contra a agressão humana ao meio ambiente. O vermelho retrata a luta e o amor do povo pela sua terra. O azul simboliza a fé e os céus que garantem e admiração a todos que ali chegam. O branco representa a paz, a pureza de um povo simples, mas determinado pelo que almeja. A estrela significa o município unido e indivisível.

Hino

Meu Bom Jesus dos Humildes
de populares e ricos também
de grandes renomes
de homens sem nome
de feitores do bem.

Cidade de agricultores,
pedreiros e muito mais
que semeiam e colhem,
que criam e constroem
fazendo crescer a paz.

Salve, salve Bom Jesus das Selvas
cidade que Deus abençoou.
Teu vermelho não é guerra
mas sinal de muito amor
Salve, salves selvas vivas
resplandece com a luz
teu branco é sinal de pureza,
cidade do meu Bom Jesus.

Cidade de todos querida
Filha do nosso senhor
Embora não sejas tão rica
Pra nós imenso valor.

O verde das matas é belo
mais belo é o vermelho do amor
o roxo das lutas travadas
em branco de paz se tornou
de glória em glória caminha

o povo de Bom Jesus
São tantas conquistas
São belos os frutos
Riquezas que a terra produz.

Autor: Daniel dos Santos Pinto

Localização

O município Bom Jesus das Selvas localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo IMESC está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020).

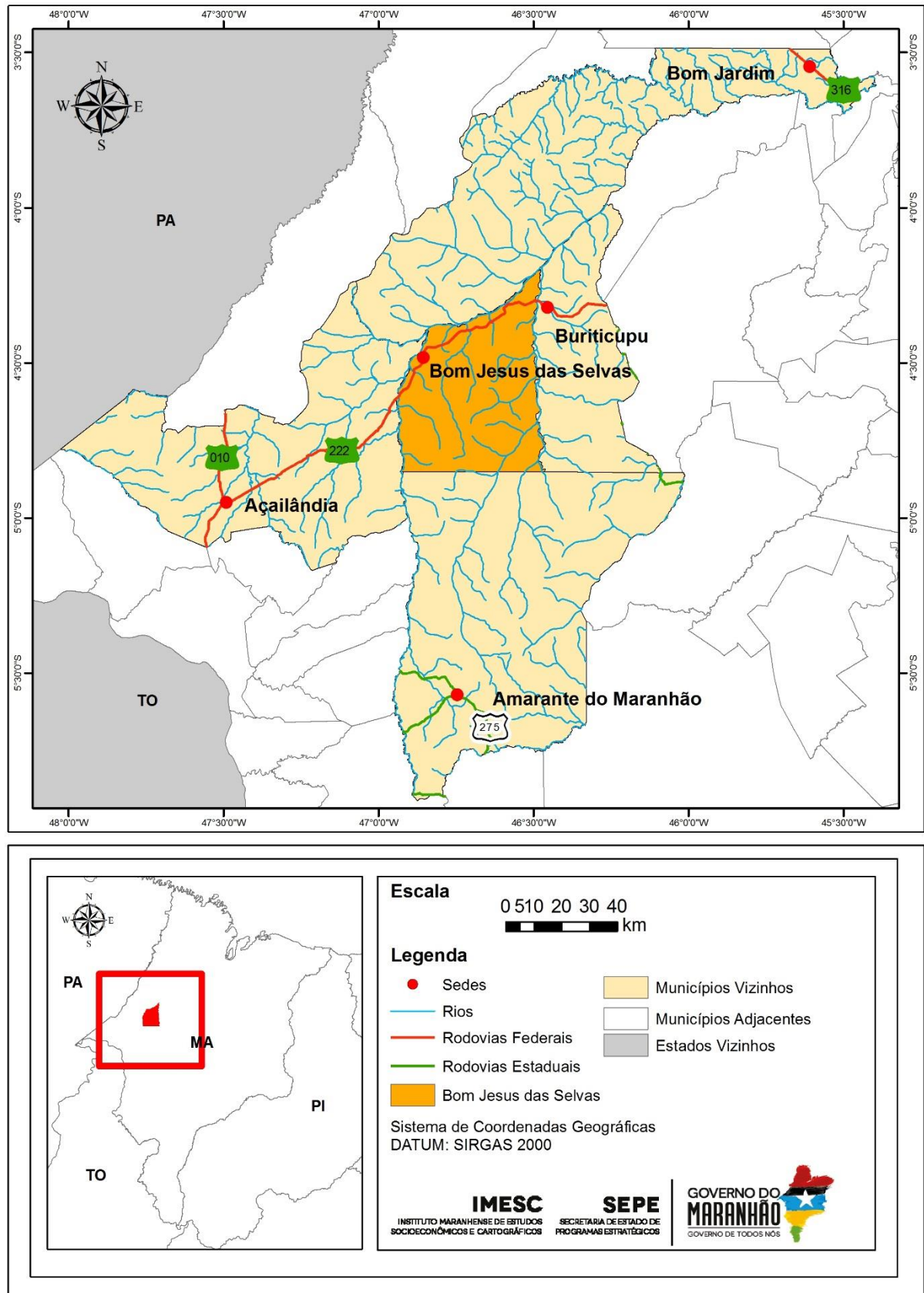
Limita-se ao Norte com o município de Bom Jardim; ao Oeste com Açailândia; ao Sul com Amarante do Maranhão; ao Leste com Buriticupu (**Figura 29**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -04°11' 40" de latitude e -46°28'49" de longitude; Oeste -46°56'30" de longitude e -04°37'57" de latitude; Sul -04°51'00" de latitude e -46°55'46" de longitude e Leste -46°27'36" de longitude e -04°45'31" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 28ª posição no *ranking* estadual em extensão com 2.676,980 km², representando 0,81% do território maranhense. Em relação à Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, ocupa a 3ª posição com 17,43%.

Figura 29 – Mapa de localização do município Bom Jesus das Selvas



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

Processo de Ocupação⁵

Os primórdios da ocupação do atual município de Bom Jesus das Selvas, datam da década de 1970, quando o então governo maranhense cria políticas estaduais de incentivos fiscais e estímulos para atrair capital para a região da Amazônia Maranhense.

O desenvolvimento do setor primário passou a ser a principal meta governamental considerando como programa prioritário, a distribuição racional de terras ociosas do estado e a implantação de projetos de colonização. Não obstante, tornou-se necessária a construção de estradas. Uma grande área de terra devoluta foi cortada pela rodovia MA 74, possibilitando a integração para os centros econômicos, favorecendo as migrações populacionais para as cidades já formadas, como para as áreas de aglomerados rurais em desenvolvimento, ligando o município de Santa Luzia ao então povoado de Açailândia. Essa rodovia foi iniciada em maio de 1968 e paralisada no ano seguinte. Em função de fortes e constantes chuvas que caíam na região, a conclusão da pavimentação da MA 74 prevista para o ano de 1973, só ocorreu em 15 de outubro de 1974, ocasião em que passou a ser chamada de BR 222.

Ainda no ano de 1970, na cidade de Imperatriz, reencontram-se Manoel dos Santos Gonçalves (Neco) e Vicente Bezerra, velhos amigos que se conheciam desde 1955 no município de São Luís Gonzaga onde moravam. Naquele período, Vicente Bezerra estava prestando serviço de topografia na construção da rodovia MA 74 no trecho que ligaria Açailândia à Santa Luzia.

Fazia três anos que o lavrador Manoel Neco havia mudado para Imperatriz, mas até então não havia adquirido um pedaço de terra para cultivar. A conquista de um pedaço de chão era um grande sonho. Sensível com a situação de seu Manoel, Vicente tentou ajuda-lo, relatando que durante o serviço de topografia na rodovia MA 74, conheceu uma região muito bonita e boa para a lavoura, além de ser as terras devolutas.

Demonstrando interesse em adquirir um pedaço de terra com aquelas características, Manoel Gonçalves perguntou a Vicente em que local estas se localizavam, e este respondeu que ficavam às margens do rio Pindaré nas proximidades do km 100 da futura MA 74 no sentido Açailândia/Santa Luzia.

Naquele momento acabava de ser batizado o nome do lugar. Vicente falou também das belezas existentes na região onde havia de passar a rodovia. Dessa forma, além de convidá-lo a

⁵ Histórico retirado de AGUIAR, Isaías Neres. **História e aspectos gerais:** do Povoado Km 100 ao Município de Bom Jesus das Selvas - MA, 2010.

conhecer o convidou a mudar-se para ali. Seu Vicente Bezerra queria mesmo era povoar e desenvolver aquela área verde, lugar completamente desocupado e nunca antes explorado, com considerável potencial em madeira, caça e pesca.

Neco, bastante curioso, não resistiu ao convite de mudar com sua família para explorar uma região repleta de matas virgens, boa para o cultivo. O lugar era apenas uma passagem de alguns silvícolas, e habitado por animais e pássaros diversos.

Em um velho jipe, na companhia de um amigo conhecido por Zé Vermelho que serviu de motorista, em maio de 1970, fez a primeira visita ao local, desacompanhado de sua família, visto que era uma viagem apenas para um ligeiro reconhecimento da região. Neco se encontrava viúvo, havia perdido sua esposa no dia 21 de abril daquele mesmo ano.

Dois meses depois, Neco resolveu fazer uma nova viagem, almejando cuidar de sua primeira roça. Assim, partiu com sua família numa extenuante viagem que teve início no dia 14 de julho de 1970. De jipe foi fácil chegar até o povoado Pequiá, local em que estava instalado o acampamento da construtora Mendes Jr. onde Manoel Neco e os demais companheiros pernотaram.

No dia seguinte, Neco procurou conversar com o Dr. Dario (engenheiro civil e diretor daquela construtora), ele queria apoio para chegar até o km 100. Porém, Dr. Dario, desconfiado fez algumas perguntas antes de qualquer decisão. A maior preocupação do diretor era que seu Neco estivesse a serviço de latifundiários. Depois de constatar que se tratava de um pequeno produtor rural à procura de terras para produzir, as portas se abriram para seu Neco. Dr. Dario garantiu apoio ao lavrador, não apenas para aquela viagem, mas, durante todo o período em que a construtora Mendes Jr. estivesse trabalhando na obra da rodovia. Para isso, ele elaborou um documento declarando apoio logístico ao seu Neco e família. A declaração foi fundamental para o pioneiro e sua família durante os três primeiros anos.

Para continuar a viagem, seu Manoel e família só tinham duas alternativas: ir caminhando ou em cima dos tratores da construtora. Qualquer que fosse a escolha, a viagem seria feita com bastante morosidade. No dia seguinte, após uma longa caminhada, mas ainda dentro do extenso município de Imperatriz, numa região onde hoje está localizado o povoado Córrego Novo, com o sol já escondido por trás das selvas e com as sombras da noite já envolvendo tudo, novamente eles tiraram um tempo para dormir.

A grande expectativa de chegar ao destino parecia superar o cansaço, e, no outro dia cedinho partiam novamente; agora já estavam mais perto, tinham que atravessar o rio Pindaré. Atravessaram com muita dificuldade por cima de pranchas de madeiras, mas depois de três dias

andando com seus pertences, no dia 16 de julho de 1970, às 16h chegaram ao km 100. O pequeno número de pessoas iniciava naquele momento uma colonização que mais tarde deu origem ao município de Bom Jesus das Selvas. Parte da família de seu Neco chegou à localidade, a mesma era composta por: Raimundo Soares (filho mais velho), Pedro Mariano (irmão) e José da Bêca (sobrinho). Pessoas simples atraídas pelo desejo de produzir; suas bagagens eram poucos pertences de uso pessoal.

Durante a viagem eles utilizaram apenas o pico da estrada feito pelos homens da linha de frente da construtora Mendes Jr., uma indicação de que em pouco tempo passaria por ali uma estrada para elevar o desenvolvimento daquela terra.

Tão logo chegaram utilizaram como abrigo, as sombras de duas frondosas copaíbas. Ali armaram suas redes para descansarem (hoje naquele local encontra-se a igreja matriz). Como a construção de habitação não foi de imediato uma prioridade do grupo, quando chovia, os pioneiros sofriam muito. Os pioneiros trataram de cuidar das suas roças e em pouco tempo realizaram os broques, derrubadas, coivaras e queima, e em seguida plantaram.

Em dezembro de 1970 viajaram para a cidade de Imperatriz onde foram se preparar para definitivamente retornar. Em março de 1971, retornaram e trataram de fazer seus barracos de lonas e, em seguida, de taipa coberta de palhas de anajá, escolhendo as proximidades do pico da estrada e do rio Pindaré para instalarem as primeiras habitações. Eles encontraram uma chapada coberta pela floresta amazônica, a qual oferecia uma bonita visão. Estava instalado o pequeno povoado km 100. A posse daquelas terras passou a ser do senhor Manoel Gonçalves dos Santos (Neco), num total de 95 alqueires (2,299 km²).

Em 1973, chegaram mais imigrantes, vindos principalmente do município de Caxias. Muitos deles eram parentes, e vieram por meio das informações do seu Neco. Os moradores que chegaram posteriormente foram: Antonio Lopes Bonfim Filho (Antonio Preto), José Luís da Silva (Zé Luzia), Geraldo Orlando dos Santos (Geraldo Juvenal), Raimundo Nonato Silva, Antonio Orlando dos Santos (Antonio Juvenal), Luís Orlando dos Santos (Luís Juvenal). Como na época ainda não existia a BR-222, esses trabalhadores utilizaram outro percurso saindo de Caxias passando pelo município de Barra do Corda com destino a cidade de Imperatriz. Todos eles com o mesmo objetivo, procurar terras para trabalhar. A ideia deles inicialmente era localizar o seu conterrâneo Manoel Neco e, em Imperatriz se estabeleceram. Quando souberam que Neco não morava mais em Imperatriz, nem bem desceram do ônibus, já apanharam outro, em direção à localidade km 100. Na mesma década também chegaram ao então povoado os seguintes moradores: João Gonçalves (João Mariano), João Vieira, Gilson fotógrafo, Domingos

Rocha, Mário Fogoió, Emídio Lima dos Santos, José Mendes, José Esmeraldo, Apolônio, José Ferreira da Silva (Zé Baú), José Rocha, Augusto Cantanhede (Sinôca), Toinho Preto, Raimundo Nonato Sousa Bezerra, Abidias, Antonio Biluca, Antonio Vieira da Silva (Pé de Curica) e Raimundo Beto.

O então povoado formado por apenas oito casas, se distribuía em uma única rua, atualmente denominada Sete de Setembro, localizada às margens da futura rodovia. Mais tarde foram criadas outras ruas, dentre as quais se podem citar: 21 de maio, 02 de abril e 13 de maio.

Vários desafios tiveram que ser enfrentados pelos pioneiros, dentre eles: falta de estradas, de energia elétrica e de água potável. A iluminação era através de velas, lamparinas e lâmpões. A água, era transportada do rio Pindaré em lombo de animais, numa distância de aproximadamente 1.300 metros. O senhor Valdemir Coelho Lobo, conhecido como Bombeiro, foi um dos pioneiros que sentiu na pele a dificuldade de adquirir água potável. A partir do ano de 1974, Valdemir (Bombeiro), além de transportar água para si mesmo e família, passou a ganhar o sustento utilizando a sua pequena tropa de jumentos no transporte de água para moradores da pequena vila.

Para suprimento dos moradores, na época existia apenas uma meia dúzia de poços, perfurados manualmente, os quais tinham em média 5 metros de profundidade. Aquela situação se estendeu por toda década de 1970. Os pioneiros passaram por muitos problemas para sobreviver, como fome, frio, animais selvagens, doenças e longas caminhadas para as roças e para as compras.

Nos dois primeiros anos não existiam estabelecimentos comerciais no povoado. Os destemidos pioneiros sofriam muito fazendo viagens demoradas e penosas, muitas vezes andavam dias a pé para realizarem suas compras. Por muitas vezes foram utilizadas tropas de animais para o transporte dessas mercadorias. Os tropeiros, como eram chamados, conduziam essas tropas, destacando-se dentre eles: Raimundo Cícero, Valdecir, Conceição, Antonio Carneiro e Antonio Vieira (Pé de Curica). Em 1972, o senhor Antonio Vieira (Pé de Curica), observando as dificuldades dos moradores para efetuarem suas compras, resolveu montar seu próprio estabelecimento comercial. Era uma pequena quitanda, que funcionava na sua própria residência, na Rua Sete de Setembro.

A venda de medicamentos também não demorou a chegar. Em 1972, a pequena comunidade já era atendida com a venda de remédio por meio do senhor Abidias da Silva Santos. Como não havia nenhum posto de saúde, os atendimentos mais simples eram feitos pelo próprio Abidias.

Buscando facilitar o acesso à compra de carne e melhorar a sua renda familiar, em 1973, Neco, o morador pioneiro, assumiu a profissão de açougueiro, tornando-se o primeiro do povoado. A partir de então, a carne passou a ser adquirida em Açailândia e vendida aos moradores do povoado km 100.

Quanto a distribuição dos lotes, tanto para as roças, como para construções de barracos, o próprio Neco era o responsável pela entrega. Os moradores da vila viviam de forma bastante comunitária, onde prevalecia a genuína relação de parentesco das famílias Gonçalves e Santos.

Posteriormente, devido a boa condição de tráfego da rodovia, houve uma aceleração na ocupação da região em áreas já desbravadas bem como em áreas novas.

As viagens passaram a ser em caminhões conhecidos como pau de arara, dentre os proprietários desses transportes, o mais conhecido era o senhor Pedro Caetano. Pouco tempo depois já se podia contar com os serviços das empresas de ônibus Estrela d'Alva, Braga, Nobre e Florêncio. A movimentação de embarques e desembarques geralmente era feito no hotel Central que ficava localizado na rua Sete de Setembro.

Em 1975, houve grande incidência de malária deixando graves consequências na população, inclusive com óbitos, já que não havia posto de saúde. Apenas no final da década de 1970 foi construído um posto de saúde na comunidade, que prestava serviços ambulatoriais.

Apenas em 1979, por iniciativa da própria comunidade iniciou-se a construção de um novo estabelecimento de ensino, pois anteriormente as aulas eram ministradas em uma pequena sala na residência do seu Manoel Gonçalves. Denominada de Escola Barão do Rio Branco, as aulas eram realizadas à noite com uso de lampiões e disponibilizava apenas até a 4ª série, posteriormente essa escola ganhou outro nome, passou a ser chamada de Escola Padre Ivo Nicolau. Só a partir de 1982 foi implantado o ensino fundamental completo. Em 1985, durante um motim realizado por populares, a Escola Ivo Nicolau foi completamente destruída. Como continuava a grande necessidade daquele espaço de aprendizado, em 1988 o município de Santa Luzia reconstruiu o prédio e o denominou de Escola Francisco Ximenes Aragão Filho.

Durante a década de 1980, aumentou assustadoramente os conflitos agrários em toda a região. A pistolagem e a grilagem de terras eram comuns e Km 100 era “terra de ninguém”, mandavam os mais fortes. A grilagem de terras, conseguida por intermédio de várias procurações falsas, facilitava a compra de várias propriedades que unidas formavam grandes latifúndios, com o intuito principal de explorar a madeira abundante na região.

Em setembro de 1985, ocorreu mais um conflito na região. Várias pessoas saíram feridas e mortas. Só neste ano, cerca de 60 assassinatos haviam sido registrados na região, encomendados por grandes latifundiários mediante pistoleiros sanguinários e cruéis.

O povoado Km 100 vivia momentos de fortes tensões. Existia um clima de desconfiança entre as pessoas, os recém-chegados eram recebidos com mais desconfiança ainda.

Os anos passavam e as madeireiras continuaram se instalando, empregando centenas de pessoas e distribuindo inúmeros metros cúbicos de madeira beneficiada para boa parte do Norte e Nordeste do país. Apesar de sofrerem com grave problema da escassez de água, muitos ainda se aventuravam a encarar os árduos desafios e lutar pela sobrevivência morando na região.

O extrativismo vegetal atraía muitos madeireiros e grileiros. O setor madeireiro e a abundância de terras agricultáveis impulsionavam grandes aglomerações de trabalhadores para a região, os quais se aventuravam sozinhos ou acompanhados da família. Quando chegavam, normalmente encontravam uma realidade totalmente adversa de suas expectativas. O papel da economia extrativista, sobretudo a extração da madeira contribuiu significativamente para o crescimento demográfico da localidade.

Por outro lado, a exploração agrícola do solo foi outro elemento que deu certo impulso à economia, dando bons resultados na produção de cereais.

Outro fator que impulsionou o desenvolvimento do Km 100, foi a construção do trecho da Estrada de Ferro Carajás. Em 1981, iniciou a construção da ferrovia, que passaria pelo povoado 100. A partir de então, o povoado passou a atrair muita gente, motivada não só pela indústria madeireira ou pela lavoura, mas também pela busca de emprego na construção da Estrada de Ferro Carajás. Essa construção absorveu grande parte da mão de obra de Km 100.

Ainda com grandes problemas agrários no então povoado e a obsolescência de determinados órgãos, foi criado o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins), que tinha por finalidade solucionar conflitos rurais. Como já era do conhecimento das autoridades que o povoado Km 100 integrava uma área de grandes conflitos, sendo a grilagem um dos problemas mais sérios, imediatamente o órgão designou o agrônomo Dr. Luiz Sabry Azar para a região. A missão foi árdua, mas com um conjunto de procedimentos como: vistoria de imóveis rurais e posse das terras, demarcação e parcelamento do solo em loteamentos e distribuições de lotes para construções de residências, variados problemas foram sanados no povoado.

Após 25 anos de fundação o povoado onde antes havia densas florestas já se encontrava num estágio avançado de desmatamento com as selvas substituídas por pastos. A indústria

madeireira que aparentemente alicerçava sua economia não tinha raízes na localidade. A maior parte do capital gerado pela atividade madeireira era voltada para outros centros abastecedores. As dificuldades de sobrevivência eram grandes, porque a atividade agrícola era feita de forma desorganizada sem apresentar resultados satisfatórios em termos de contribuição para retirar o povoado da estagnação. A falta de infraestrutura e de saneamento básico, principalmente o abastecimento de água ainda eram problemas graves que afetavam a população.

Visando a promoção do bem-estar social da comunidade, os moradores liderados por Luiz Sabry, resolveram criar uma associação que foi denominada de Associação Pró-Progresso de Bom Jesus das Selvas. Por meio dessa associação, vários benefícios foram conseguidos para o povoado como: distribuição de filtros para os mais carentes, creches foram construídas e consultas e medicamentos distribuídos à população.

A mudança do nome do povoado de Km 100, para Bom Jesus das Selvas se deu mais precisamente em setembro de 1975, quando o padre Ivo Ritle veio celebrar a primeira missa no povoado e ficou intrigado com o nome da localidade e sugeriu, com o apoio do Sr. Neco mudar o nome da localidade para Bom Jesus, nome do padroeiro local. Durante a missa a população foi consultada e aceitaram que o nome fosse mudado. Quanto ao termo “das Selvas” o próprio Padre sugeriu, por a região naquela época ser cercada de muitas matas.

O processo de emancipação política só começou a ser discutido a partir do início da década de 1990, mediante o plebiscito. A maioria da população local almejava ver o povoado tornar-se cidade, no entanto, ficava com certo receio devido às manobras de políticos e até mesmo de moradores que queriam adiar a criação do município. Apesar disso, a maioria da população votou a favor da emancipação, ocorrida em junho de 1994. Então, pela Lei Estadual nº 6.166, de 10 de novembro de 1994, foi elevado à categoria de município com a denominação de Bom Jesus das Selvas, desmembrado de Santa Luzia e instalado em 01 de janeiro de 1997.

A vida política do novo município iniciou-se em 1996 com as primeiras eleições, tornando o primeiro prefeito municipal o Sr. José de Ribamar Silva Moraes Filho (1997-21/05/1998). Cassado por improbidade administrativa, o vice-prefeito Pedro Fernandes Silva, assumiu no período de 21 de maio de 1998 a abril de 2000, quando este é também cassado, assume o Marcos Davi Gomes de Oliveira, presidente da Câmara Municipal, para o período de abril a dezembro de 2000. Posteriormente foram eleitos: Luiz Sabry Azar (2001-2004), Maria de Sousa Lira (2005-2008), Luiz Sabry Azar (2009-2012), Cristiane Campos Damião Daher (2013-2016) e atualmente Luís Fernando Lopes Coelho (2017-2020).

Ambiente Físico

Inserida na Província Parnaíba, o município Bom Jesus das Selvas faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú), folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al., 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (2012), corresponde a três unidades principais: Aluviões Holocênicos, Cobertura Laterítica Matura, Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

Os Aluviões Holocênicos são formados por depósitos grossos a conglomeráticos, constituídos por sedimentos arenosos, pelíticos e cascalhos distribuídos ao longo do leito do rio Pindaré.

As coberturas Lateríticas Maturas são caracterizadas por apresentarem um perfil laterítico completo, constituído da base para o topo pelos horizontes pálido ou transicional, argiloso, bauxítico e/ou fosfático e crosta ferruginosa, relacionada à Superfície de Aplainamento Sul-Americana, do Cretáceo Superior ao Terciário Inferior. Geralmente define um relevo tabular, fortemente dissecado. Existem dois tipos de perfis lateríticos dominantes separados por uma inconformidade maior. A sequência mais antiga (Paleógeno) abrange as topografias mais altas e é profundamente dissecada por amplos vales e a sequência mais jovem (Neógeno) está numa superfície 70m abaixo da superfície mais antiga.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é formada por camadas compostas, essencialmente, por argilas e arenitos caulínicos com estratificação

cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 m. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

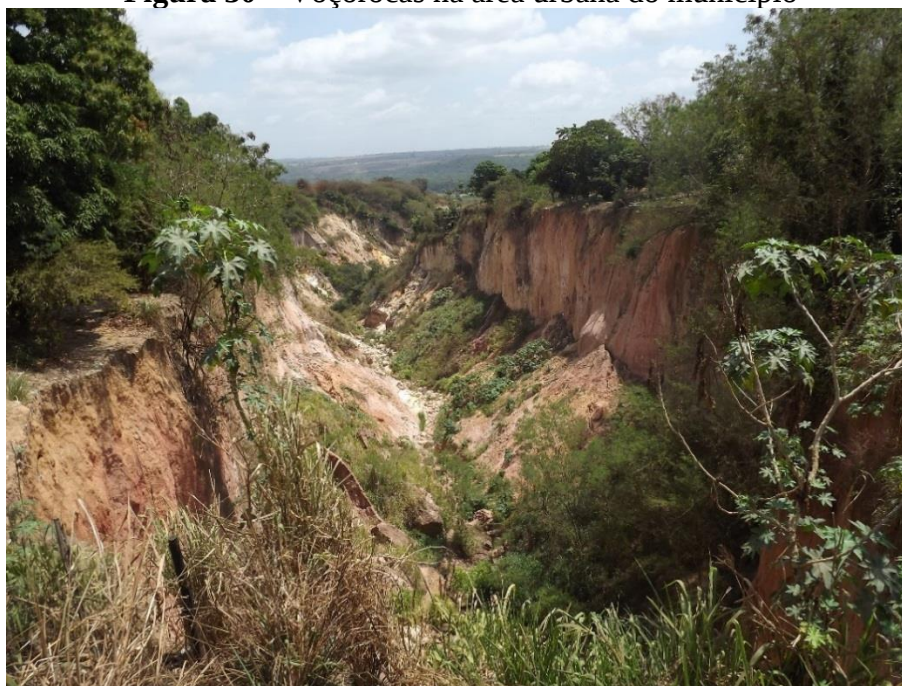
Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutiua, Buriticupu, Pindaré, Açailândia e Gurupi são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico à treliça.

Esse relevo movimentado, caracterizado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais, posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espraia pelos fundos de vales.

A fragilidade geotécnica dos mantos de intemperismo dos arenitos das formações Itapecuru e Ipixuna, quando esses regolitos estão situados em relevo acidentado de colinas e morros dissecados, provocam processos erosivos intensos, formando ravinamentos e voçorocamentos. Esses processos erosivos são encontrados, principalmente, na área urbana do município, acarretando sérios problemas erosivos e desabamento de residências (**Figura 30**).

Figura 30 – Voçorocas na área urbana do município



Fonte: IMESC (2019)

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, gleissolos e neossolos (SANTOS et al., 2018). Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os latossolos amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais, a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos e eutróficos e argissolos vermelhos eutróficos

Os gleissolos são hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

Os neossolos são pouco evoluídos constituídos por material mineral, ou por material orgânico com menos de 20cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Esses dois últimos tipos de solos são encontrados principalmente no fundo de vales do médio curso do rio Pindaré.

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Pindaré, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município o riacho Buritirana; o córrego Ferrugem; o riacho Sonho, com o afluente o riacho Nove; e o Rio Buriticupu, com os afluentes o riacho Água Limpa, o rio Bonito, a Grota da Água Limpa e o rio Taruparu, com o afluente o rio Serozal.

A vegetação faz parte da Floresta Amazônica, composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas dos vales onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planaltos com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, alguns ultrapassando 50 m. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*). Esta se encontra bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com este tipo de vegetação (IBGE, 2012).

Há também no município, um mosaico de vegetação secundária, entremeada com pastagem, agricultura e reflorestamento e/ou florestamento, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas, principalmente, para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá

principalmente pela silvicultura, com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

O município tem parte de seu território inserido na Terra Indígena Arariboia.

Espaço Urbano

O núcleo urbano de Bom Jesus das Selvas (**Figura 31**), começa a se delinear a partir da década de 1970, com a construção da BR-222. Situada em uma área plana próximo ao rio Pindaré, várias residências começaram a surgir ao longo da BR e a se aglomerar no primeiro logradouro da cidade, a Avenida Sete de Setembro. A partir disso, a cidade começa a se delinear na direção Oeste da rodovia conformando outras ruas como a Quinze de Novembro, Primeiro de Maio, 21 de Abril, Dois de Abril e outras, núcleo mais antigo e onde se localiza a igreja Matriz. Posteriormente, o núcleo se expandiu em direção Leste da rodovia, onde se localiza o centro administrativo municipal, conformando o Centro da cidade.

Até o ano 2000, o espaço urbano continuou inalterado. A partir desse ano, surgiram vários bairros como as vilas Davi, Roseana e Sabry e do Loteamento Jardim Imperial, todos formados ao longo da BR-222, expandindo-se no sentido Leste e Oeste. Em 2010, começou a se configurar o Bairro Nova Bom Jesus e o Loteamento Nestor Lemes e a partir de 2014 o Loteamento JK.

Figura 31 – Vista aérea da cidade de Bom Jesus das Selvas



Fonte: Câmara Municipal de Bom Jesus das Selvas

A área urbana estende-se entre as margens esquerda e direita da BR 222, com extensão de 3 km. O início e o fim da referida BR na cidade, demarca-se com dois arcos (**Figura 32**), um na entrada e outro na saída, delimitando atualmente, no sentido Leste-Oeste o começo e o fim da área urbana.

Figura 32 – Portal de Bom Jesus das Selvas



Fonte: IMESC (2019)

A BR 222 (**Figura 33**) é ladeada pela Avenida JK. Essa avenida é separada da BR por canteiros centrais com grama, ajardinados e com pergolados, muitas vezes com a presença de bougainville. Nela estão vários comércios, borracharias, oficinas mecânicas, hotéis, restaurantes, posto de combustíveis, terminal rodoviário, batalhão da polícia militar, delegacia, a praça Luiz da Silva Fabricante (**Figura 34**) e o Monumento a Bom Jesus, padroeiro do município.

Figura 33 – Vista parcial da BR 222 na cidade de Bom Jesus das Selvas



Fonte: IMESC (2019)

Figura 34 – Praça Luiz da Silva Fabricante

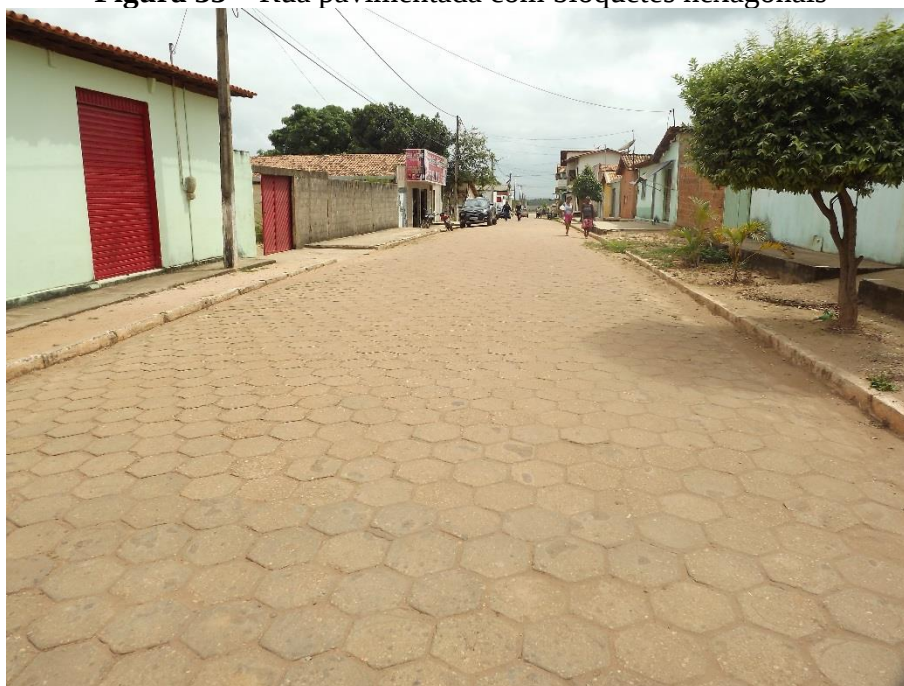


Fonte: IMESC (2019)

Além da Avenida JK, a Rua dos Jambeiros é uma das principais ruas comerciais da cidade, composta por comércios geminados, e com dois pavimentos, nela se concentram lojas de eletrodomésticos, móveis, farmácias, supermercados e outros estabelecimentos.

As residências possuem bom padrão construtivo, em alvenaria e telhado aparente, em sua maioria térreas, muitas são geminadas, principalmente, no Centro da cidade. As ruas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes hexagonais (**Figura 35**). Nos bairros Nova Bom Jesus, Loteamento Nestor Lemes e Residencial JK, as ruas são quase em sua totalidade piçarradas ou de chão batido.

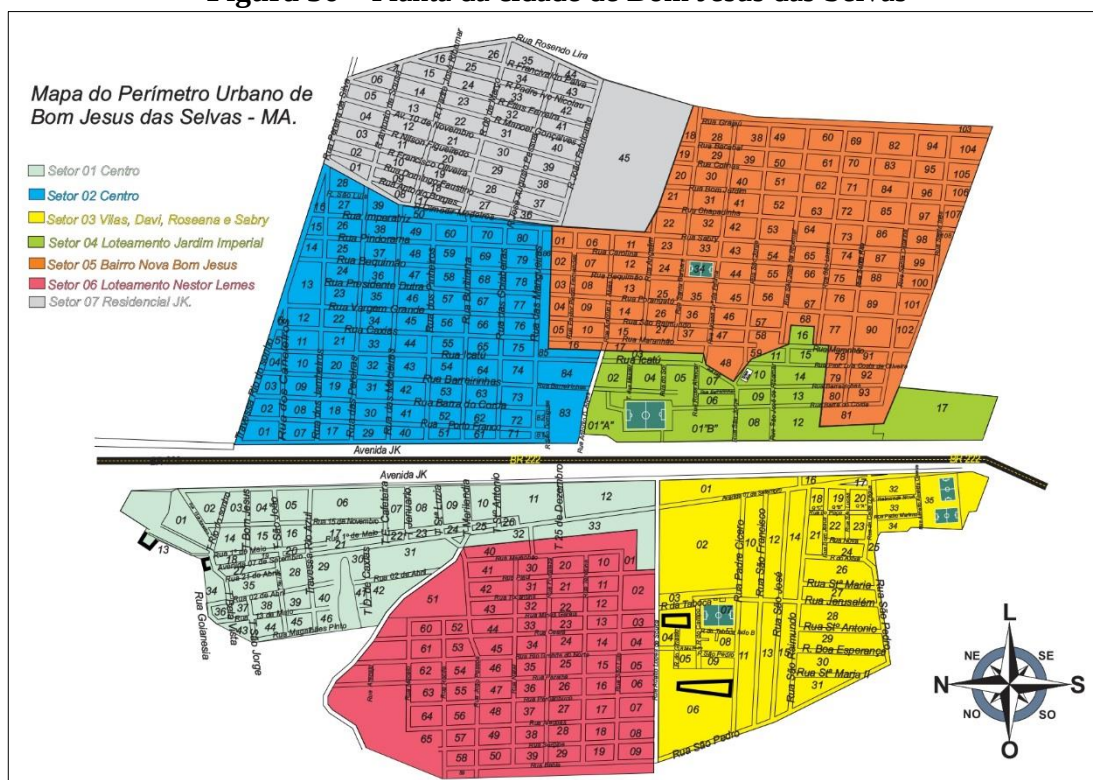
Figura 35 – Rua pavimentada com bloquetes hexagonais



Fonte: IMESC (2019)

Os principais bairros são: Centro, Vila Davi, Vila Roseana, Vila Sabry, Jardim Imperial, Nova Bom Jesus, Nestor Lemes e Residencial JK (**Figura 36**).

Figura 36 – Planta da cidade de Bom Jesus das Selvas



Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se em povoados, assentamentos e aldeias, descritos a seguir.

Povoados: Vila Boa Esperança (Vilosbaldo), Poços, Bela Vista/Dorme Sujo, Vila Goiana, Vila do Alto Bonito, Vila Serra do Mel, Centro do Adão, Rio Nove dos Baianos, Vila Lagoa do Ouro, Vila Renascer, Vila Tancredo Neves, Lago Verde e Cocal, Vila Boa Esperança (Expedito), Vila Água Amarela I, Vila Água Amarela II, Vila Brasil Progresso, Vila Camponês, Vila Brasilândia, Vila Tropical, Vila São José, Vila do Túnel, Rio dos Sonhos Batuta, Brejinho Batuta, Vila Redonda, São Rafael, Baixão do Boca Rica, Vila Santa Fé, Vila Santa Clara, Vila Canadá, Vila Santo Antônio/Simasa, Vila São Sebastião, Vila São José (Vila Nova), Vila São Benedito, Buritirana, Km 88, Nova Vida, Vila Estação, Água limpa, Vila do Chapéu, Bredão, Saranzal, Posto Pindaré, Baixão da Ciama.

Assentamentos: PAs Chico Mendes/ Bananeiras, Rosely Nunes/ Bananeiras, Nossa Senhora Aparecida/ Bananeiras, São Raimundo, Agropor Vila Bom Jesus, Alta Floresta, Planada Boa Vista, Internacional, Presidente Lula, PA Buriti/Rio Bonito, Alencarina, Batuta, PA Barra Limpa, Ciama, São Francisco/ Boa Viagem, São Francisco, Verona, 11 de Junho, Raimundo Panelada/ Simasa, Mapisa, São Bartolomeu/ Ciama e PE Ciama.

Aldeias Indígenas: Jenipapo e Placas.

Utilização das Terras

Pelas informações do censo agropecuário (IBGE, 2017), das atividades desenvolvidas no espaço rural de Bom Jesus das Selvas, depreende-se que as pastagens, principalmente as em boas condições e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis são as que mais contemplam estabelecimentos; entretanto, não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Em se tratando da área, dos 139.486 hectares, 40% são pastagens plantadas em boas condições; 28% com matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 9% matas e florestas plantadas; 6% com agricultura temporárias e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; 5% pastagens plantadas em más condições; 3% com sistemas agroflorestais e pastagens naturais, cada. As lavouras permanentes representaram menos de 1% (**Tabela 13**).

Tabela 13 – Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (ha)
Lavouras permanentes	43	131
Lavouras temporárias	246	7.879
Pastagens naturais	127	3.625
Pastagens plantadas em boas condições	639	55.802
Pastagens plantadas em más condições	292	7.000
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	505	38.457
Matas ou florestas naturais	32	510
Matas ou florestas plantadas	5	13.003
Sistemas agroflorestais – área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	132	4.540
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	719	8.539
Total	-	139.486

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto a condição do produtor, esses ocuparam 781 estabelecimentos. Desses, 56% eram de proprietários, 43% de concessionários ou assentados aguardando a titulação definitiva, 1% arrendadas; comandatário e ocupante representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 137. 976 hectares, o proprietário possuía 84% da área, 14% estavam com os concessionários ou assentados aguardando a titulação definitiva e 2% com os arrendatários. Não foram contabilizados os hectares dos comandatários e dos ocupantes (Tabela 14).

Tabela 14 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação à terra	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	437	115.192
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	332	19.515
Arrendatário	8	3.269
Comandatário	2	-
Ocupante	2	-
Total	781	137.976

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 28.459 habitantes no ano de 2010 (IBGE), Bom Jesus das Selvas ocupava a 55ª posição no *ranking* populacional do Maranhão, representando 0,43% da população do estado. Em termos regionais, situava-se na 3ª posição em relação a Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, correspondendo a 12,22%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM foi de 0,558 ocupando a 139ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população era de 34.567 habitantes. Sua densidade demográfica é de 12,91 hab./km²; quem nasce no município é denominado bom-jesuense.

No decênio de 2000 a 2010 a população de Bom Jesus das Selvas obteve uma taxa de crescimento de 72%. A população urbana e rural do município, também, tivera crescimento positivo de 69% e 75%, respectivamente. Naquele intervalo, a população masculina aumentou 71% e a feminina 73%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representava 53% e a feminina 47%. Em 2010, os percentuais mantiveram-se estáveis, correspondendo ao sexo masculino 52% e ao feminino 48%. Quanto a área, no ano 2000, a população urbana equivaleu a 48% e a rural a 52%. Em 2010, a população rural continua maior representando 53% e a urbana 47% (**Tabela 15**).

Tabela 15 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	7.967	13.431
Rural	8.578	15.028
Masculina	8.701	14.872
Feminina	7.844	13.587
Absoluta	16.545	28.459

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 53 escolas, 15 estão na cidade e 38 na zona rural, distribuídas em pré-escola e ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino. Possui um total de 7.960 alunos, com 4.933 na área urbana e 3.027 na área rural. Em relação aos professores, são 396, divididos em 243 na cidade e 153 no campo. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

Em relação a rede estadual, há uma escola, dividida em três extensões, com 28 salas e dois anexos na área rural, nessas há oito salas, com funcionamento no período noturno. Há 1.331 alunos matriculados, sendo 1.179 na escola estadual urbana e 152 na área rural e um total de 65 professores, dispostos 52 na cidade e 13 no rural, desses todos possuíam pós-graduação e apenas um morava fora do município.

O município ainda dispõe de duas bibliotecas, 53 salas de leitura, distribuição de material escolar e merenda escolar, utilizando produtos locais. Há também transporte escolar, com cinco ônibus próprios e 18 locados.

Há ainda uma escola técnica comunitária particular (Casa Familiar “Padre Josino Tavares”), oferecendo médio técnico em duas turmas e 55 alunos.

No município há um polo da Universidade Aberta do Brasil, com os seguintes cursos: Pedagogia, Geografia, Química e Computação e ensino superior à distância representado pelo Instituto Educacional Superior e Profissional - IESP e pelo Uniasselvi, esse último oferece vários cursos em nível de graduação e pós-graduação, nas áreas de educação, administração e ciências contábeis.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal Bom Jesus das Selvas (**Figura 37**) que disponibiliza 20 leitos no setor de internação e onde são realizadas consultas, partos e atendimentos em urgência e emergência, além de exames laboratoriais, conveniado com algumas clínicas. Dentre as doenças as respiratórias, indisposição estomacais, diabetes e hipertensão são as mais frequentemente atendidas. Há distribuição de medicamentos pela Farmácia Básica hospitalar. Além desse hospital, o município conta com 11 postos de saúde, sendo cinco na sede e seis na área rural.

Figura 37 – Hospital Municipal de Bom Jesus das Selvas



Fonte: IMESC (2019)

Duas ambulâncias estão disponíveis e em casos mais graves, os pacientes, são transferidos para as cidades de Açailândia ou Imperatriz, com todos os custos de transportes de responsabilidade da prefeitura. Na equipe de saúde, estão oito médicos, esses, possuem especialidade em cardiologista, obstetrícia e radiologista; há sete enfermeiros e 25 técnicos de enfermagem.

O programa Estratégia da Saúde da Família – ESF tem 11 equipes, com 11 médicos, 11 enfermeiros e 11 técnicos de enfermagem, cobrindo a totalidade do município. Faz parte também do ESF, cinco equipes de saúde bucal, sendo quatro na sede e uma na área rural, composta por cinco dentistas.

O município dispõe de um Núcleo de Assistência à Saúde da Família – NASF, com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista e psicólogo. As doenças mais frequentes são as mesmas atendidas pelo hospital municipal. Para distribuição de medicamentos funciona a Farmácia Básica.

O município conta com 94 agentes comunitários de saúde, desses 50 trabalham na área urbana e 44 na zona rural. Além desses, há 24 agentes de vigilância epidemiológica e cinco agentes de vigilância sanitária.

Há um Conselho Tutelar, um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), com 18 atendimentos mensais e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Nesse centro são desenvolvidos os seguintes programas: Serviço de Proteção e

Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF), atendendo 170 crianças, 18 jovens e 65 idosos; Programa Criança Feliz, assistindo 150 famílias e cinco visitadoras que acompanham gestantes e crianças de 0 a 6 anos. Ainda há o Programa Saúde na Escola (PSE), com palestras nas escolas relacionada a temáticas de cada mês.

Economia

O PIB municipal em 2017 foi 56º no *ranking* estadual, correspondendo a 0,29% do PIB do Maranhão com o valor de R\$ 262,621 milhões. Para este valor, o setor de serviços participou com R\$ 182,994 milhões, o agropecuário R\$ 57,013 milhões, o industrial com R\$ 9,817 milhões e os R\$ 12,798 milhões restantes referem-se a cobrança de impostos. Em 2010, o IPEA registrou uma renda per capita de R\$ 226,09 reais.

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante, voltada a subsistência e autoconsumo, com excedente voltado à comercialização, principalmente no que se refere ao arroz, feijão e mandioca, para a produção de farinha, principalmente nas Vilas Canadá, Santo Antônio e São José. Também há a agricultura mecanizada, voltada principalmente para a comercialização interna e exportada para outros estados. Os principais produtos são: soja, milho e abóbora, sendo destaque os povoados de São Raimundo, Alto Floresta, Vila Redonda, Mapisa, Barra Limpa e Verona. De acordo com o Sindicato de Trabalhadores Rurais há no município 13.000 associados, destes apenas 250 contribuem.

Agricultura temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida, a quantidade produzida tiveram redução de 45%, 120% respectivamente e o valor da produção aumentou 17%. No período mencionado, a área colhida de todos os produtos diminuiu, o arroz em 96%, o feijão em 88%, a mandioca em 99%, a melancia em 83% e o milho em 22%. Referente a quantidade produzida, apenas o milho, teve crescimento positivo de 196%; os demais produtos tiveram queda na produção, o arroz em 95%, o feijão em 91%, a mandioca em 99% e a melancia em 80%. No rendimento médio os produtos

que aumentaram, foram: o arroz 7%, a melancia 22% e o milho 278%; o feijão e a mandioca diminuíram 25% e 2% respectivamente. Quanto ao valor da produção o arroz, o feijão, a mandioca e a melancia diminuíram 96%, 88%, 98% e 72% respectivamente; o milho aumentou 214% (**Tabela 16**). A taxa de crescimento da soja e do tomate não foram analisados, pois esses, são representativos apenas no ano de 2019.

Em 2010, dos 16.468 hectares de área colhida, 44% foram de arroz, 39% de milho, 13% de mandioca, 4% de feijão e a melancia menos de 1%. Das 30.905 toneladas produzidas, 56% eram de mandioca, 24% de arroz, 19% de milho e 1% para o feijão e a melancia juntos. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 16**. No valor da produção, dos R\$ 13.002 milhões, arroz participou com 38%, a mandioca com 37%, o milho com 21%, o feijão com 4% e a melancia menos de 1% (**Tabela 16**).

Em 2019, dos 9.028 hectares, o milho ocupou 56% de área colhida, a soja 39%, o arroz 3%, o feijão 1%, a mandioca, a melancia e o tomate representaram menos de 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 24.713 toneladas, o milho contribuiu com 70%, a soja com 27%, o arroz e a mandioca com 1% cada e o feijão, melancia e tomate com menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 16**. Quanto ao valor da produção, dos R\$ 15.160 milhões, o milho contribuiu com 57%, a soja com 39%, o tomate com 2%, o arroz com 1%, a mandioca, o feijão e a melancia representaram menos de 1% cada (**Tabela 16**).

Pelos dados, observa-se que, nos últimos anos há grande produção de soja no município, acarretando na diminuição de outras culturas temporárias, apenas o milho continua estável e com boa produção, já que esse é cultivado em consórcio com a soja.

Tabela 16 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	7.200	311	7.423	342	1.030	1.100	4.936	204
Feijão	600	75	276	24	424	320	469	56
Mandioca	2.156	30	17.248	235	8.000	7.833	4.794	75
Melancia	12	2	108	22	9.000	11.000	54	15
Milho	6.500	5.085	5.850	17.289	900	3.400	2.749	8.638
Soja	-	3.520	-	6.688	-	1.900	-	5.944
Tomate	-	5	-	113	-	22.600	-	228
Total	16.468	9.028	30.905	24.713	-	-	13.002	15.160

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2018, a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção obtiveram crescimento negativo de 26%, 92% e 91% respectivamente. Na quantidade produzida não foi adicionada o coco-da-baía, pois sua produção é dada em mil frutos, enquanto os demais produtos são em toneladas.

No aludido intervalo à área colhida e valor da produção da castanha de caju aumentaram em 31% e 23% respectivamente, enquanto a quantidade produzida ficou estável e o rendimento médio diminuiu 24%. Não foram analisados a banana, coco-da-baía e a laranja, pois esses produtos se destacam apenas no ano 2010.

Em 2010, dos 62 hectares, 56% foram ocupados com castanha de caju, 29% com banana, 10% com coco-da-baía e 5% com laranja. Das 172 toneladas produzidas (excluindo-se o coco-da-baía, pois é dado em frutos por hectares, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 84%, a laranja com 9% e a castanha de caju com 7%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 17**. Dos R\$ 184 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 82%, a castanha de caju e a laranja 7% cada e o coco-da-baía 4% (**Tabela 17**).

Em 2019, apenas um produto se destaca, a castanha de caju, a área colhida foi de 46 hectares, 13 toneladas de quantidade produzida, rendimento médio de 283 kg/ha e R\$ 16 mil de valor da produção (**Tabela 17**).

Inferese-se que a diminuição da lavoura permanente no município esteja ligada a maior exploração de vastas áreas para a monocultura da soja e do eucalipto, que nos últimos anos começaram a se destacar.

Tabela 17 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	18	-	144	-	8.000	-	151	-
Castanha de caju	35	46	13	13	371	283	13	16
Coco-da-baía*	6	-	15	-	2.500	-	7	-
Laranja	3	-	15	-	5.000	-	13	-
Total	62	46	-	13	-	-	184	16

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil por frutos

Horticultura

De acordo com o Censo Agropecuário (2017), os principais produtos da horticultura cultivados no município de Bom Jesus das Selvas, são: batata-doce, maxixe, pepino, pimenta e quiabo. Em 2017 foram produzidas 17 toneladas, das quais 16 toneladas foram vendidas, perfazendo um montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em relação ao valor da produção. As quantificações por produtos não foram disponibilizadas, pois o valor foi inibido para não identificar o informante.

Em trabalho de campo foi identificado grande produção de tomate estaqueado, produzido nos povoados São Francisco, Rio 9 e Vila Santo Antônio, a produção é comercializada no próprio município e nas cidades de Buriticupu, Açailândia e Imperatriz.

Pecuária

A pecuária se caracteriza por ser extensiva e intensiva, utilizando pastos plantados, sendo o rebanho bovino o mais importante, voltado para o corte e abate e produção de leite.

Entre 2010 e 2019, o rebanho diminuiu 18%. Nesse mesmo período, todos os rebanhos tiveram perdas significativas, com exceção do equino que aumentou 2%. As taxas de queda, foram: bovino 11%, suíno 44%, caprino 23%, ovino 25% e galináceos 44%. Em 2010, das 194.987 cabeças, 77% eram de bovinos, 19% de galináceos, 2% de suínos; os 4% restantes, estavam divididos entre os equinos, caprinos, ovinos e bubalinos. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 160.564 animais, com 83% de bovinos, 13% de galináceos e 1% para equinos, suínos, caprinos e ovinos cada (**Tabela 18**).

Tabela 18 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	149.957	133.838
Bubalino	78	-
Equino	2.099	2.133
Suíno	3.393	1.895
Caprino	1.260	961
Ovino	2.004	1.507
Galináceos	36.196	20.230
Total	194.987	160.564

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Os subprodutos representativos na produção de origem animal, foram o leite e ovos de galinha. Em 2019 foram produzidos 5,049 milhões de litros de leite que renderam R\$ 8,533 milhões e 29 mil dúzias de ovos, valorizados em R\$ 156 mil. Somados, contribuíram com R\$ 8,689 milhões dos quais, 98% referente ao leite e 2% aos ovos de galinha.

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, apenas um produto se destaca no extrativismo, o carvão vegetal. Nesse ano, foram produzidas 140 toneladas, que renderam R\$ 139 mil.

Em relação a silvicultura, há no município grandes áreas plantadas com eucalipto (**Figura 38**). Em 2019, foram produzidas 510 toneladas de carvão vegetal de eucalipto, que renderam R\$ 357 mil e 153.564 m³ de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, no valor de R\$ 22,727 milhões. Somados, o valor da produção foi de R\$ 23,084 milhões, dos quais, 2% referem-se ao carvão vegetal de eucalipto e 98% à madeira em tora.

Embora não informado oficialmente, foi observado em trabalho de campo a extração de areia na Vila São José.

Figura 38 – Plantação de eucalipto



Fonte: IMESC (2019)

Pesca e Aquicultura

No município, a pesca é praticada artesanalmente em ambiente fluvial, principalmente no rio Pindaré. Reflexo disso é a presença de um sindicato e uma associação de pescadores no município, com aproximadamente 700 cadastrados.

Na pescaria são utilizados principalmente canoas, e os utensílios mais utilizados são o anzol, linha e pequenas redes. As principais espécies são: piauí (*Leporinus friderici*), mandi (*Pimelodus blochii*), branquinha (*Curimata cyprinoides*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), curimatá (*Prochilodus* sp.) e outros. Estes são comercializados na feira do município. Foram relatados alguns problemas que prejudicam a pesca, como desmatamento nas margens dos rios e conflitos entre pescadores e proprietários de terras às margens do rio Pindaré, pois estes proíbem a entrada em determinadas áreas.

Quanto a aquicultura, há 30 tanques para produção de peixes, com destaque para o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a tilápia (*Oreochromis niloticus*), sendo a produção consumida no próprio município e exportada para municípios vizinhos e para outros estados.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 162.070 quilogramas, dos quais, curimatã/curimatá (*Prochilodus lineatus*) correspondeu a 17%; pacu/patinga (*Piaractus mesopotamicus*) 14%; piauí, piapara, piaçu e piava (*Megaleporinus obtusidens*) 25%; (*Colossoma macropomum*) 33% e tilápia (*Oreochromis niloticus*) 12%.

O valor de produção foi de R\$ 1,093 milhão, com as seguintes contribuições por espécie: curimatã/curimatá 18%; pacu/patinga 14%; piauí, piapara, piaçu e piava 26%; tambaqui 29% e tilápia 12% (**Tabela 19**).

Tabela 19 – Produção e valor da aquicultura por tipo de produto

Espécies	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatã, curimatá	27.895	199
Pacu e patinga	22.698	158
Piauí, piapara, piaçu, piava	40.126	281
Tambaqui	52.698	321
Tilápia	18.653	135
Total	162.070	1.093

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontra-se no município um total de 107 indústrias. Tratam-se de, 12 de fabricação de produtos alimentícios: uma de abate e fabricação de produtos de carne, uma de conserva de frutas, uma de beneficiamento de arroz, duas de fabricação de farinha de mandioca e derivados, duas de alimentos para animais e cinco de produtos de panificação, Além disso, há uma de fabricação de aguardente de cana; três de fabricação de produtos têxteis; cinco de confecção de peças de vestuários, exceto roupas íntimas; três de calçados; 29 de fabricação de produtos de madeira: serrarias com desdobramento de madeira, fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalação industriais e comerciais e fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis.

Há ainda, uma de fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado; três de impressão de materiais para uso publicitário e serviços de acabamento gráficos, exceto encadernação e plastificação; três de produtos químicos; duas de fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; seis de fabricação de metal, exceto máquinas e equipamentos; três de fabricação de móveis; três de fabricação de produtos diversos; três de manutenção, recuperação e instalação de máquinas e equipamentos; uma de distribuição de energia; uma com atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão das redes; uma de coleta de resíduos sólidos não perigosos; 16 de construção de edifícios; dois de obras de infraestrutura; e 9 de serviços de especializados para construção (BRASIL, 2019).

Comércio

A principal área comercial se concentra na Avenida JK e a rua dos Jambeiros (**Figura 39**). O comércio é principalmente varejista, distribuído em quitandas, supermercados e mercado, tendo como polo abastecedor o município de Imperatriz. De acordo com Brasil (2019), há no município 608 estabelecimentos comerciais, sendo: 80 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; 20 de comércio atacadista e 508 de comércio varejista.

Figura 39 – Rua dos Jambeiros



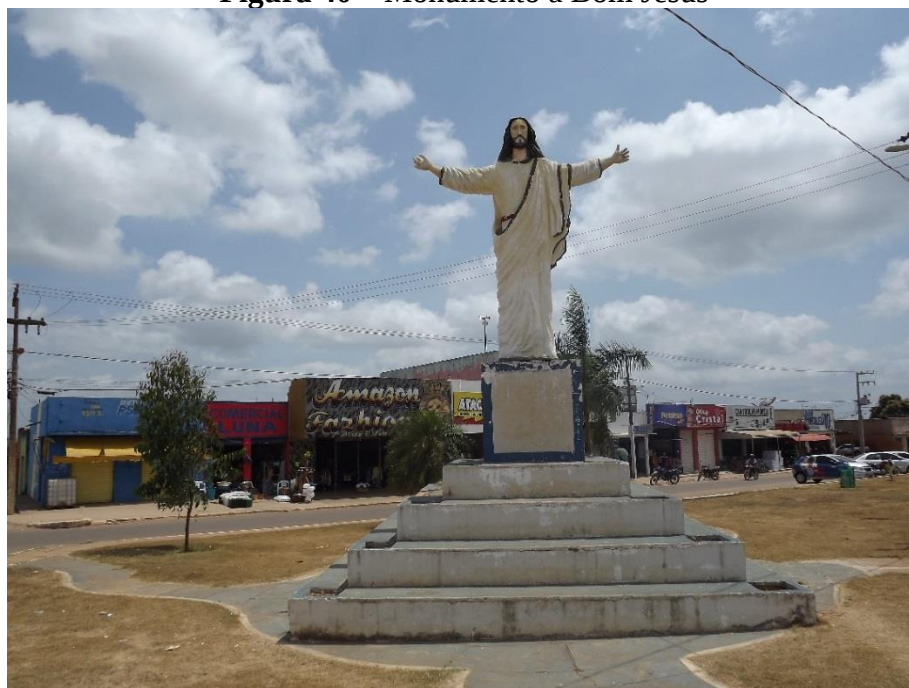
Fonte: IMESC (2019)

Turismo

Como potencialidades turísticas podem se destacar o rio Pindaré e as lagoas Verde, Ouro, 90, Escondido e Bredão, além dos vários morros. Outro atrativo é o monumento dedicado a Bom Jesus (**Figura 40**), que se localiza às margens da BR-222, que atrai curiosos e viajantes, que param para contemplar e fotografar a imagem.

A culinária tem como pratos principais, o sarapatel e a panelada. O município dispõe de seis hotéis e duas pousadas e aproximadamente 52 restaurantes e outros serviços de alimentação e bebida.

Figura 40 – Monumento a Bom Jesus



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

A principal manifestação folclórica são as quadrilhas juninas, com seus figurinos luxuosos e dança coreografada.

Quanto aos eventos se destacam: festas juninas – que ocorrem na Praça João Fabricante, com montagem de barracas e palco, onde são realizados shows de cantores regionais e apresentações folclóricas; Carnaval – São três dias de festa, principalmente na Praça dos Fabricantes, com shows e atrações regionais; 7 de Setembro; Dia do Evangélico; Aniversário da cidade em 10 de novembro; festejo do padroeiro, Bom Jesus, em 6 de agosto; Vaquejada e cavalgada.

Para o entretenimento há duas bibliotecas, uma banda de música (Prof. Raimundo Laurentino), um estádio de futebol, quatro ginásios esportivos, quatro restaurantes, 20 lanchonetes, 20 bancas de comida, dispostas no mercado em praças, duas casas de show e vários bares.

O artesanato que se destaca no município é o crochê, principalmente no povoado Nova Vida. Os ritmos mais apreciados são o forró e o sertanejo.

Lendas

A lenda do Boi-Onça, relatada pelos mais velhos, conta que em noites de São João o boi se transforma em uma onça.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município faz parte entrância do município de Buriticupu, funcionando na cidade um cartório. Corresponde a 95ª zona eleitoral com registro de 18.784 eleitores e 13 vereadores (TSE, 2020).

Há no município uma delegacia e uma base da companhia de polícia militar, sendo os furtos os principais problemas de segurança.

Religião

O principal templo católico é a Igreja Matriz de Bom Jesus, ainda em construção, padroeiro do município; além desse templo há mais cinco na sede e aproximadamente 60 outras igrejas espalhadas pela zona rural. Os principais festejos realizados são o do padroeiro no dia 6 de agosto, São Francisco no dia 4 de outubro e a romaria das comunidades, realizada no último sábado de maio, saindo do km 88 até a sede municipal.

Os evangélicos possuem variados templos espalhados na sede e na zona rural, são representados, principalmente, pelas seguintes congregações: Assembleia de Deus, Adventista, Batista, Testemunha de Jeová, Congregação Cristã no Brasil e outras.

No município há dois terreiros de matriz africana, realizando festas principalmente para Santa Bárbara.

Dos 28.459 moradores entrevistados pelo IBGE em 2010, 64% se declararam católicos, 21% evangélicos e 13% sem religião; espíritas e umbanda e candomblé, representaram menos de 1% (**Tabela 20**).

Tabela 20 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	18.328
Evangélicos	6.004
Espírita	11
Outras Religiões	226
Umbanda e Candomblé	144
Sem religião	3.747
Total	28.459

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade municipal, mediante o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), possuindo poços artesianos como fonte de abastecimentos. Quanto ao esgotamento há tubulações apenas ao longo da BR 222 que abrange a cidade, grande parte da população utiliza fossas sépticas. A coleta e destinação final dos resíduos sólidos, ocorre seis vezes por semana, apenas na sede municipal, utilizando caçambas e depositados em um lixão a céu aberto a cerca de 2 km de distância.

A fonte de energia é hidroelétrica com uma subestação local, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, atendendo 100% da área urbana e aproximadamente 85% na zona rural. Em 2018, o consumo de energia foi de 16.519.999 Mwh, com os seguintes percentuais: 59% residencial, 11% poder público, 10% comercial, 9% iluminação pública, 8% rural, 2% industrial e menos de 1% para serviço público e consumo próprio (**Tabela 21**).

Tabela 21 – Consumo de energia elétrica por classe

Classe	Consumo em Mwh
Residencial	9.701.703
Industrial	340.225
Comercial	1.653.354
Rural	1.391.375
Poder Público	1.890.559
Iluminação Pública	1.518.040
Serviço Público	16.784
Consumo Próprio	7.959
Total	16.519.999

Fonte: CEMAR; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária possui uma agência do Bradesco, uma lotérica e uma agência dos Correios. Na área da telefonia, há cobertura e internet da TIM, CLARO e OI, esta última com linhas fixas.

Como meio de comunicação local, encontram-se três rádios.

Transporte

A cidade de Bom Jesus das Selvas localiza-se a 466 km da capital São Luís podendo ser alcançada através das BRs 135 e 402, utilizando diariamente ônibus das empresas RA, Açailândia, Aparecida, Satélite e outras. Outros veículos que fazem o percurso intermunicipal são as vans, com saídas normalmente da rodoviária municipal (**Figura 41**).

O traslado urbano – rural é realizado por veículos particulares, principalmente motos e d-20 ou pau de arara. Quanto ao deslocamento na sede, se dá por intermédio de veículos particulares, moto táxis e táxis.

Figura 41 – Terminal rodoviário de Bom Jesus das Selvas



Fonte: IMESC (2019)

5 BURITICUPU

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão foi instituído pela lei municipal nº 14 de 23 de abril de 1997. Possui um círculo entre ramas de arroz, principal produto naquela época do município, e na parte inferior uma faixa com o nome do município com a data de sua criação. Nos quadrantes do círculo na parte superior à esquerda, tem-se a bandeira do Maranhão e à direita uma enxada que representa o trabalhador rural. Nos quadrantes inferiores, há um buritizeiro, uma das árvores que dá o nome ao município, e à direita a bandeira municipal (AGUIAR, 2015).



Bandeira

Instituída pela lei municipal nº 13 de abril de 1997 a bandeira possui formato retangular com faixas nas cores verde, branca, amarela e azul simbolizando respectivamente as matas, a paz, as riquezas do solo e o céu. O triângulo vermelho significa o sangue dos buriticupuenses derramado pela conquista da terra e o ciclo com a enxada ao centro representa o trabalho do agricultor (AGUIAR, 2015).

Hino

De acordo com Aguiar (2015) o hino municipal é fruto de um concurso público realizado no dia 12 de maio de 2001 e possui a seguinte letra:

Adiante Buriticupu,
Viva a memória do que aconteceu,
Em honra da instauração,
Pelo grande talento dos defensores teus.

Tua caminhada realizou na história,
Liberdade e glória pelos filhos lutadores,
Com o progresso da Nação
Devemos gratidão aos teus instituidores.

REFRÃO

Cidade amada, abençoada,
Terra adorada por ti sentimos paixão.
Tu és o fruto da experiência,
O teu princípio foi a colonização.

Gente intemente que luta com vigor,
Animo e fervor, para vê – te florir,
No labor seguro da população
Tem intensidade pra te fazer progredir.

Da resistência nasceu tua glória,
Brilha como aurora, berço amigo de heróis,
Fecundador de amor verdadeiro,
Município altaneiro, teu protetor somos nós.

És uma estrela que no Nordeste brilhou,
Intenso resplendor aqui no Maranhão,
Da Amazônia é porta principal,
Seio de liberdade és minha terra Natal!

Honras e glória, lutas entrelaçadas,
Reinou a paz humorada, agraciada foste tu.
Somos guerreiros marchando em fileiras,
És Nação Brasileira, avante Buriticupu!

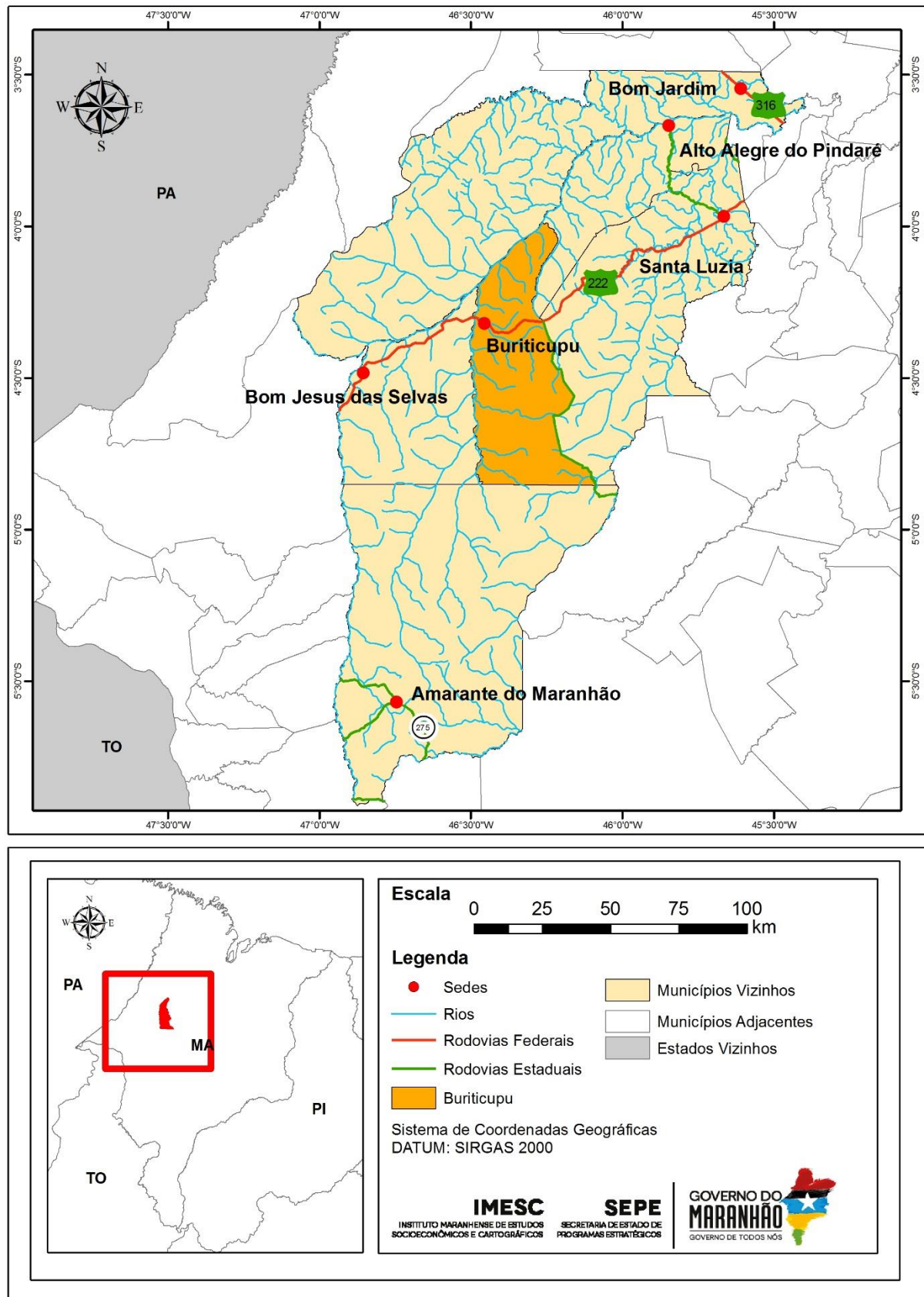
Letra e música: Tereza Rodrigues Braga

Localização

O município Buriticupu localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020).

Limita-se com os seguintes municípios: ao Norte Bom Jardim, ao Oeste Bom Jesus das Selvas, ao Sul Amarante do Maranhão e ao Leste Alto Alegre do Maranhão e Santa Luzia (**Figura 42**).

Figura 42 – Mapa de localização do município Buriticupu



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 05°21'08" de latitude e -46°55'06" de longitude, Oeste -47°16'47" de longitude e -05°32'22" de latitude, Sul -05°40'19" de latitude e -47°05'08" de longitude e Leste -46°53'54" de longitude e -05°23'10" de latitude.

Extensão

O município possui uma área de 2.544,857 km² (IBGE, 2019), ocupando a 30ª posição no *ranking* estadual, representando 0,77% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento Tocantins Maranhense está na 4ª posição com 17% deste território regional.

Processo de Ocupação⁶

Antes do município possuir o nome atual e mesmo antes de se ter concebido a ideia de implantar um projeto de colonização, a região já era habitada por tribos indígenas.

O território de Buriticupu já tinha sido visitado por povos indígenas, os primeiros foram os Tupi-Guarani e Guajá que saíram do litoral para a região central do estado após a chegada dos portugueses na costa maranhense. No ano de 1941, chegam os índios Guajajaras, trazidos pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio –SPI, os quais foram habitar uma área à beira do rio Zutuia. Parte da tribo permaneceu de um lado do rio e a outra, atravessou o rio, instalando suas habitações no local que mais tarde viria a se transformar no município de Arame.

O início do processo de ocupação do município de Buriticupu inicia-se na década de 1970, estando vinculado a expansão da fronteira agrícola no Maranhão, quando o governo estadual instalou o projeto de colonização para assentamento de trabalhadores rurais.

Com a necessidade de imprimir velocidade e dinamização no processo de ocupação ordenada das terras devolutas do Maranhão, o governador Pedro Neiva de Santana (1971-1974) cria pela lei 3.230 de 06 de dezembro de 1971, a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO. No entanto, o projeto de colonização a ser implantado pela COMARCO ocuparia apenas uma área localizada no município de Santa Luzia entre os municípios de Grajaú, Imperatriz e Amarante do Maranhão.

⁶ AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu-MA: sua história, geografia, e características gerais** – 42 anos de fundação, 21 de emancipação. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

Após concluir os estudos do solo da região destinada ao Projeto de colonização, a COMARCO constatou a aptidão daquelas terras para a agricultura. Os engenheiros agrônomos e técnicos da Companhia que visitaram a região levaram boas informações da área ao governador. Segundo eles, a área global era de bons ares, de terras fortes e agricultáveis, de boas águas e formada por matas virgens e com acesso rodoviário por meio da rodovia estadual MA 74 (BR 222).

Até o ano de 1972, o lugar onde seria implantado o empreendimento de colonização não tinha um nome definido, o que levou a equipe técnica do projeto a buscar um nome adequado. O rio mais próximo, até então era conhecido por alguns caçadores por Barra da Jurema (era na verdade o Rio Buriticupu), o qual havia sido denominado pelos índios Guajajaras da Terra Indígena Arariboia, que passavam com frequência nas margens do rio, e constataavam a existência de muitas palmeiras de buriti no leito e abundância de árvores de cupuaçu nas matas circundantes. A equipe técnica acabou utilizando o nome do rio para denominar o nome do projeto e passou-se a designá-lo como “Programa Pioneiro de Colonização de Buriticupu”. Esse seria o primeiro projeto de colonização executado pelo governo do Estado do Maranhão, com uma área de 300.000 hectares.

Nessa época, já existia uma pista de pouso, que mais tarde foi melhorada, tendo sido construída para atender dois projetos: o de construção da Rodovia MA 74 e o de colonização, que aconteceria a partir de 1973.

Para administrar o projeto, o governo do Estado, escolheu com muito critério para o grande desafio o Sr. Boileau Dantas Vanderley Filho, tornando-se o representante máximo da COMARCO. Este deu importantes passos para o desenvolvimento do projeto, com autonomia para administrar os negócios, propor modificações ou reduções, de acordo com as necessidades do projeto.

Depois de ter recebido a missão, o Dr. Boileau voou para Buriticupu, para visitar, pela primeira vez, o local previsto para a implantação do projeto. Sabia-se da existência de uma pista de pouso que havia sido construída no meio da floresta. Assim, usando um pequeno avião, desceram naquela pista de pouso o Dr. Boileau, o piloto e Luiz Lílio, jornalista de O Imparcial. Tão logo chegaram, dirigiram-se ao rio Buriticupu e foi iniciada o reconhecimento da área do projeto.

Em ritmo bastante acelerado e usando dos abundantes recursos vegetais, o gerente geral determinou a construção da primeira casa da localidade, que seria feita de madeira e palhas de anajá. A edificação foi feita para abrigar as equipes técnicas que posteriormente viriam a

Buritcupu realizar os preparativos para a recepção dos colonos. Nela, Boileau morou por oito meses.

A princípio, a intenção era implantar a agrovila às margens do rio Buritcupu (atualmente povoado de Buritizinho), a começar pela construção da casa do próprio Boileau. Essa ideia foi concebida, naturalmente, em razão da proximidade de água. No entanto, com a realização dos trabalhos de topográficos da área, os quais, depois de concluídos, evidenciaram a inviabilidade da implantação naquela área, em razão de ser bastante acidentada. Imediatamente Boileau sugeriu que a implantação da agrovila fosse numa área maior e mais plana. Com a ideia acatada o administrador foi a procura da área ideal, bastou subir numa trilha no sentido da cidade de Santa Luzia e lá no alto, encontrou uma chapada coberta pela floresta pré-amazônica, a qual oferecia uma bonita visão para todos os lados. Ali se instalaria o I Núcleo de povoamento, que viria a ser posteriormente a cidade de Buritcupu.

Enquanto uma equipe preparava o terreno, construindo as devidas instalações, outra percorria o interior maranhense, cadastrando trabalhadores rurais que se encontravam sem terras para produzir.

No ano de 1972, chegava, juntamente com os funcionários da COMARCO, o Sr. Satilo Paulo Rodrigues, primeiro colono a chegar no projeto de assentamento, selecionado para trabalhar na derrubada das árvores utilizando uma motosserra. Ele foi, o responsável pela derrubada das primeiras árvores utilizadas nas construções das casas dos primeiros colonos. Outros operadores de motosserra que trabalhavam com o pioneiro foram Francisco J. da Silva (Peteca), Raimundo Oliveira Pinto e José de Castro (Gavião).

Em 23 de julho de 1973 chegam os primeiros colonos, vindos de Imperatriz, criando e habitando a rua de Toro. Foram eles: Donato Uchôa Prado (Didi), Luís Alves Freitas, Manoel dos Santos Pereira Cunha (Manoel Paciência) e Jovelino Freitas. Posteriormente chegam outros colonos vindos de Açailândia (povoado na época), São Luís e de Santa Luzia, dos povoados de Maguary e Floresta.

Até dezembro de 1973 chegaram, aproximadamente, nove levas de colonos que escolhiam a região de Buritcupu para morar e sobretudo, por saberem dos incalculáveis recursos florestais existentes na área. Por outro lado, toda essa abundância de recursos naturais despertou o interesse de grandes grupos capitalistas, que tiveram a oportunidade de adquirir grandes áreas de terras por preços simbólicos. Esses especuladores foram responsáveis por desenvolver a pecuária na região.

O processo de expansão econômica da região de Buritcupu, especificamente as atividades baseadas na produção primária, foi marcado por choques entre especuladores de terra/ fazendeiros

latifundiários com trabalhadores rurais, praticantes de agricultura familiar. A violência compôs o cenário social e político local em que três agrupamentos se entrecrocaram: indígenas, trabalhadores rurais praticantes da agricultura familiar e negociantes de terras e madeireiros.

Apesar dos conflitos e das dificuldades enfrentadas após a instalação do assentamento como escassez de água, energia elétrica, segurança pública, saúde e educação de baixa qualidades o povoado crescia economicamente e em número de habitantes, decorrente da exploração agrícola que produzia muitas toneladas de cereais, das numerosas indústrias madeireiras que se instalaram e empregavam centenas de pessoas e por sua excepcional vocação comercial, que atraía uma enorme massa de pessoas. O desenvolvimento do povoado motivou a primeira tentativa de emancipação política de Buriticupu em 1983, desencadeada por Yedo Flamararion Lobão, deputado estadual na época, mas esta ação só foi concluída posteriormente com um novo requerimento solicitados na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão pelos ex-deputados estaduais Antônio Carlos Braide e Oséias Rodrigues.

Por meio da Lei Estadual nº 6.162, de 10 de novembro de 1994, Buriticupu foi elevado à condição de município, desmembrado de Santa Luzia e instalado em 01 de janeiro de 1997. O primeiro prefeito eleito foi Antonio Gildan Medeiro (1996/2000 – 2001/2004), seguido por Antonio Marcos de Oliveira denominado Primo (2005/2008 - 2009/2012) e José Gomes Rodrigues (2013/2016 a 2017/2020).

Ambiente Físico

Inserida na Província Parnaíba, o município Buriticupu faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que seria regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al., 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (2012), corresponde a três unidades principais: Aluviões Holocênicos, Cobertura Laterítica Matura, Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

Os Aluviões Holocênicos são formados por depósitos grossos a conglomeráticos, constituídos por sedimentos arenosos, pelíticos e cascalhos distribuídos ao longo do leito do rio Pindaré.

As coberturas Lateríticas Maturas são caracterizadas por apresentarem um perfil laterítico completo, constituído da base para o topo pelos horizontes pálido ou transicional, argiloso, bauxítico e/ou fosfático e crosta ferruginosa. É relacionada à Superfície de Aplainamento Sul-Americana, do Cretáceo Superior ao Terciário Inferior. Geralmente define um relevo tabular, fortemente dissecado. Existem dois tipos de perfis lateríticos dominantes separados por uma inconformidade maior. A sequência mais antiga (Paleógeno) abrange as topografias mais altas e é profundamente dissecada por amplos vales e a sequência mais jovem (Neógeno) está numa superfície 70m abaixo da superfície mais antiga.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 m. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutuia, Buriticupu, Pindaré, Açailândia e Gurupi são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico a treliça.

Esse relevo movimentado, caracterizado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais, posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espraiam pelos fundos de vales.

A fragilidade geotécnica dos mantos de intemperismo dos arenitos das formações Itapecuru e Ipixuna, quando esses regolitos estão situados em relevo acidentado de colinas e morros dissecados, provoca processos erosivos intensos, formando ravinamentos e voçorocamentos. Processos erosivos, como voçorocas são encontradas principalmente na área urbana do município, acarretando sérios problemas e desabamento de residências.

Os solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, gleissolos e neossolos (SANTOS et al., 2018). Os latossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os latossolos amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos e eutróficos e argissolos vermelhos eutróficos

Os gleissolos são hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

Os neossolos são pouco evoluídos constituídos por material mineral, ou por material orgânico com menos de 20cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Esses dois últimos tipos de solos são encontrados principalmente no fundo do vale do médio curso do rio Pindaré.

O município faz parte da bacia hidrográfica do rio Pindaré, sendo seu território cortado pelo referido rio, tendo como afluentes no município os rios Buriticupu, Dente de Porco e Córrego Açaizal. Outros rios encontrados no município são os córregos Jambu, Brejinho e Brejão.

A vegetação faz parte da Floresta Amazônica, composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas dos vales onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo tipo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planalto com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 m. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*). Essa vegetação encontra-se bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com este tipo (IBGE, 2012).

Há também no município um mosaico de vegetação secundária, entremeada com pastagem, agricultura e reflorestamento e/ou florestamento, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens são, em sua maioria, representada por gramíneas, utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura, com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Parte da Reserva Indígena Araribóia encontra-se no sul do município.

Espaço Urbano

A cidade de Buriticupu (**Figura 43**) desenvolveu-se em um topo de uma chapada com as escarpas delimitando-a ao Norte e Sul a referida sede municipal, tal fator fez com que a área urbana crescesse no sentido sudeste acompanhando a BR 222.

A BR 222 divide a cidade em duas partes, sendo o ponto de partida de ruas no sentido Norte/Sul, seccionadas por outras na direção Leste/Oeste configurando em determinadas áreas da cidade, especialmente na central, o formato de tabuleiro de xadrez. Tal formato com delineamento das quadras bem retangulares refere-se ao processo histórico da sede, que na sua origem foi um processo de colonização que demarcou a área em lotes distribuídos para os colonos.

Figura 43 – Vista da cidade de Buriticupu



Fonte: Prefeitura Municipal de Buriticupu (2015)

Entre a rodovia BR 222 e a Avenida Castelo Branco (**Figura 44**) encontram-se os principais estabelecimentos comerciais, bancários e hoteleiros da cidade, além do mercado municipal, bares, lanchonetes e o prédio da Prefeitura e outros prédios públicos, o que faz esta parte da cidade ser bastante movimentada.

Figura 44 – Vista parcial da Av. Castelo Branco



Fonte: IMESC (2019)

O espaço urbano além da avenida citada é estruturado em diversas ruas e travessas, estando a maioria das vias pavimentadas principalmente com bloquetes (parte mais antiga da cidade), asfalto e piçarra. Com relação às praças existem quatro: João Castelo, Castelo Branco, Santa Helena e Assembleia de Deus.

Uma peculiaridade da cidade é o Bosque Maracajá (**Figura 45**) um resquício da floresta tropical amazônica localizado próximo a prefeitura municipal. A aludida mata foi preservada com o intuito de lembrar a vegetação nativa local que havia antes do processo de ocupação.

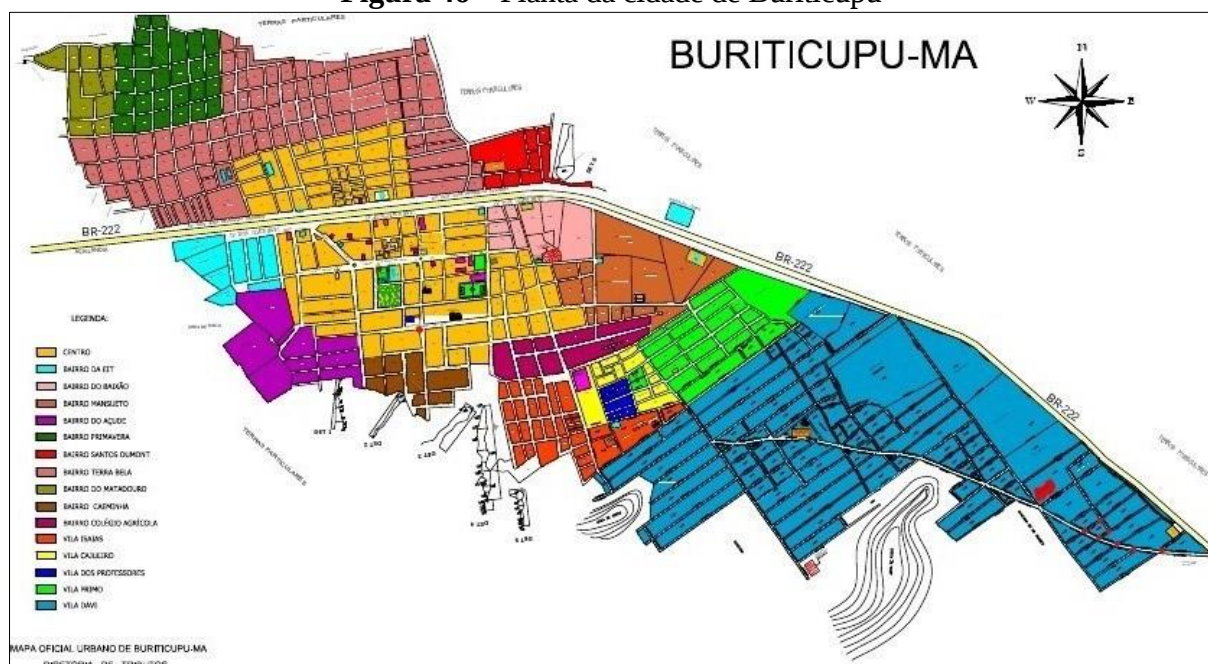
Figura 45 – Vista parcial do Bosque Maracajá



Fonte: IMESC (2019)

Os bairros (**Figura 46**) são: Centro, Cemitério, EIT, Baixão, Mansueto, Açude, Primavera, Santos Dumont, Terra Bela, Matadouro, Caeminha, Colégio Agrícola, Vila Isaias, Vila Cajueiro, Vila dos Professores, Vila Primo, Vila Davi, ECO I, ECO II, Serraria do Jorge, Novo Horizonte, Dr. André, Sousalândia, Flor do Ipê e Nova Buriticupu.

Figura 46 – Planta da cidade de Buriticupu



Fonte: Prefeitura Municipal de Buriticupu (2019)

Espaço Rural

Compõem o espaço rural de Buriticupu as seguintes localidades: Alto Bonito, Alto Bonito I, Antônio das Almas, Buritizinho, Baixão do Cajá, Brejinho, Baixão do Cara Ruim, Barro Branco, Beira Rio, Beira Rio I, Bela Vista, Boa Esperança, Brejão, Brejo Velho, Brejinho Cajueiro, Califórnia, Casa Redonda, Centro do Ananias, Centro do Domingos Lobo, Centro do Meio, Centro do Pemba, Centro do Renato, Centro do Zé Branco, Centros dos Farias, Chapada do Seringal I, Chapada do Seringal II, Copo Cheio, Curva da Manteiga, Eucalipto, Entroncamento do Arame, Estrada da Tucumã, Floresta Rio Doce, Forquilha da Loura, Fundão, Igarapé do Tucum, Lagoa Azul, Lago Branco, Lagoas, Lagoa Bela, Lagoa da Onça, Lagoa da Areia, Lagoa do Capelão, Lagoa do Hosano, Lagoa do Jenipapo, Ourinhos, Pau Ferrado, Pau Ferrado I, Piçarreira, Portão da Cikel, Presa de Porco, Presinha, P1 V3, P1 V4, P1 V5, P1 V6, P2 V4, P3 V4, Quadra I, Sombra Verde, Quentinha, Sagrima, Serra Quebrada, Sol Nascente, Sossego, Segundo Núcleo, Segundinho, Serra da Onça, Três Irmãos, Três Lagoas, Triângulo de Prata, Trilha 405, Trilha 410, Trilha Aeroporto, Vila São Francisco, Vila 11 de Julho, Vila Boa Esperança I, Vila Bom Jesus, Vila Bom Querer, Vila Parafuso, Vila com Deus, Vila Guarita, Vila Ipiranga, Vila Nova, Vila Padre Cícero, Vila Planalto, Vila 21 de Maio, Vila Santa Izabel, Vila Santo Antônio, Vila São João, Vila São José, Vila 7 de Maio, Vila União, Vila São Raimundo, Casa Redonda, Vila Santa Maria, Vila Sampaio, Vila Concórdia, Vila São João da Cikel, Vila São Raimundo da Cikel e Vila São Francisco da Cikel.

Utilização das Terras

O espaço rural do município de Buriticupu, de acordo com a utilização das terras é dividido em número de estabelecimentos e área. Todavia, sabe-se que em um único estabelecimento podem ocorrer inúmeras atividades, portanto, torna-se inviável uma análise em percentual dos mesmos. Apesar desse cenário, evidenciaram-se que os estabelecimentos estão ocupados principalmente por lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; pastagens plantadas em boas condições; pastagens plantadas em más condições; lavouras temporárias; pastagens naturais e matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal (**Tabela 22**).

Dos 98.977 hectares, em 2017, 35% eram de pastagens em boas condições, 23% lavoura temporária, 13% pastagens plantadas em más condições e pastagens naturais cada, 9% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 4% lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; matas ou florestas naturais e lavouras permanentes com 1% cada. Não foram disponibilizados dados da área das florestas plantadas e sistemas agroflorestais (**Tabela 22**).

Observando os dados estatísticos de 2017, a pecuária era a principal atividade econômica desenvolvida no espaço rural do município, pois 61% da área destinavam-se às práticas pecuaristas.

Tabela 22 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	123	544
Lavouras temporárias	377	23.253
Pastagens naturais	288	12.722
Pastagens plantadas em boas condições	500	34.817
Pastagens plantadas em más condições	384	13.200
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	215	9.391
Matas ou florestas naturais	59	1.217
Matas ou florestas plantadas	2	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	58	-
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	802	3.833
Total	-	98.977

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação à condição do produtor, dos 837 estabelecimentos, 80% estavam na responsabilidade de proprietários, 18% concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, produtor sem área com 1% e parceiros e ocupantes com menos de 1% cada.

Relacionado à área, dos 100.734 hectares, 90% eram dos proprietários e 10% do concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva. Não foram disponibilizados dados dos hectares dos parceiros e ocupantes (**Tabela 23**).

Tabela 23 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	670	90.978
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	152	9.756
Parceiro	1	-
Ocupante	4	-
Produtor sem área	10	-
Total	837	100.734

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município de Buriticupu classificou-se, em 2010, no 16º lugar no *ranking* populacional maranhense correspondendo a 0,99% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, o referido município ocupou a 2ª colocação com 28% dos habitantes regionais. Em 2013, o município situava-se na 145ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado do Maranhão com o valor de 0,556. Em 2020, a estimativa da população era de 72.983 habitantes. Sua densidade demográfica é de 28,67 hab./km²; os que nascem no município são denominados de buriticupuense.

Entre 2000 e 2010 a população aumentou 28%, com o crescimento populacional principalmente na área urbana com 38%, enquanto os habitantes da zona rural cresceram 18%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 25% e a feminina 31%.

Em 2000 a população rural correspondia a 49%, a urbana 51%, a masculina 52% e a feminina 48%. No ano de 2010, a população urbana foi equivalente a 55% dos habitantes, a rural a 45%, a masculina 51% e a feminina a 49% (**Tabela 24**).

Tabela 24 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Masculina	26.694	33.316
Feminina	24.365	31.921
Urbana	26.017	35.789
Rural	25.042	29.448
Absoluta	51.059	65.237

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2018 a rede municipal de ensino de Buriticupu matriculou 15.584 alunos, distribuídos em duas creches, cinco pré-escolas e 62 escolas de ensino fundamental, que totalizaram 69 escolas. Destas 14 estavam na área urbana, 55 na área rural e 12 eram equipas com sala de leitura. Naquelas unidades de ensino há o programa EJA, com 89 turmas.

Relacionado aos docentes, o município tinha vínculo com 895 professores dos quais 60% com curso superior. O município disponibiliza 37 veículos escolares, distribui fardamentos escolar, livros e alguns complementos para os alunos e merenda escolar com produtos da agricultura familiar.

O Estado é responsável pela Unidade Integrada Padre Edmilson de Sousa Freire localizada no Centro da cidade que possui três anexos na área rural.

Em 2018, estavam matriculados na rede estadual de ensino 3.000 alunos, atendidos por 65 professores, todos com curso superior completo.

Na rede particular encontram-se as escolas Arco Iris (educação básica), Professor Ariel (do 1º ao 9º ano) e a Escola Betel (maternal ao 9º ano).

Os cursos técnicos são ofertados pelo Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Escola São Francisco (que também oferece o ensino médio e magistério) e a escola Getúlio Vargas com os cursos de enfermagem e segurança do trabalho.

O IFMA oferece qualificação para o magistério nas áreas de Geografia, Pedagogia, Matemática, Biologia e Gestão Pública.

O ensino superior é representado pela Faculdade Adelina Moura (FADEMA), a qual oferece os cursos de serviço social e pedagogia, Faculdade Cândido Mendes (FACAM) com o curso de Letras e Pedagogia, Faculdade Brasil e Unita Faculdade (UNITA).

Há município pós-graduação nas áreas de educação e saúde ofertadas pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESFMA) e pela Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco (FAPAF).

Saúde e Assistência Social

A referência ao atendimento à saúde no município Buriticupu é o Hospital Municipal Pedro Neiva de Santana (**Figura 47**) que possui 74 leitos e disponibiliza atendimentos de consultas ambulatoriais, atendimentos de urgência/emergência, realiza cirurgias de pequena e média complexidade, exames de ultrassonografia, exames laboratoriais, raio X, endoscopia e eletrocardiograma.

Figura 47 – Hospital Municipal Pedro Neiva de Santana



Fonte: IMESC (2019)

Os casos de atendimentos mais frequentes no hospital são os traumas decorridos de acidentes de trânsito, para estes atendimentos e outros, há nessa unidade de saúde cinco médicos, mesma quantidade de enfermeiros e 50 técnicos de enfermagem.

Quando há necessidade de transferência dos pacientes, existe no município seis ambulâncias (metade da rede municipal de saúde e a outra do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência – SAMU) que encaminham os pacientes para as cidades de Açailândia ou Imperatriz.

Encontra-se dando assistência em todo território municipal 25 equipes do ESF, compostas por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, com 25 profissionais em cada área mencionada. Na parte odontológica, existem oito equipes de saúde bucal com um dentista e um auxiliar odontológico em cada uma.

Dando suporte a rede de saúde municipal há 21 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que distribuem medicamentos por meio da Farmácia Básica. Compõem ainda a equipe de saúde 175 agentes comunitários de saúde, distribuídos 105 na área urbana e 50 na rural, 22 agentes da vigilância epidemiológica e quatro da vigilância sanitária.

O município dispõe de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um centro de reabilitação e um centro de parto normal.

Os programas que mais se destacam na rede municipal são: o Programa Saúde na Escola com campanhas de prevenções para os alunos dos municípios; Melhor em Casa, que tem o objetivo de acompanhar os doentes em casa.

A Secretaria de Assistência Social do município desenvolve os programas de SCFV com cerca de 569 usuários, sendo 15 em situação prioritária, o PAIF atendendo 63 famílias e o AEPETI com duas pessoas cadastradas.

Há também um CRAS, um Conselho Tutelar e CREAS que até julho de 2019 acompanhava 104 famílias.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o número foi de 1.113 famílias cadastradas. No BPC escola há 246 beneficiários, sendo que 143 estão inseridos na escola.

Economia

Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 497,781 milhões, situando-se na 24ª posição no *ranking* estadual, correspondendo a 0,57%. O setor de serviços correspondeu a R\$ 375,783 milhões; o agropecuário a R\$ 73,681 milhões; o industrial a R\$ 20,632 milhões e R\$ 27,686 mil foram da arrecadação de impostos (IMESC, 2019). A renda per capita no ano de 2010 foi de R\$ 336,91 colocando-o em 19º no *ranking* estadual (IPEA, 2013).

Agricultura

Existe no município dois tipos de agricultura: a itinerante e a mecanizada. A primeira é voltada para o consumo das famílias dos produtores locais e tem como seus principais produtos o milho, o arroz e a mandioca, sendo as principais localidades agrícolas os PAs Vila Pindaré, Guarida e 410; na segunda, destacam-se as áreas dos povoados Boia Fria e Faísa com plantações de soja e milho voltados para a exportação.

Há também a castanha de caju, vendida para os estados do Ceará e Pernambuco.

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Buriticupu possui 13.438 associados, estando com apenas 1.038 contribuintes.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019 a área colhida da lavoura temporária aumentou 46%, a quantidade produzida 177% e o valor da produção 421%. Referente aos hectares colhidos, o arroz diminuiu 90%, feijão 60%, mandioca 94%, melancia 78% e o milho 72%, enquanto o tomate aumentou 160%. Nas toneladas produzidas, o arroz decresceu 89%, o feijão 69%, a mandioca 94%, a melancia 73% e o milho 14%; o tomate cresceu 34%. No rendimento médio, feijão e tomate oscilaram negativamente 23% e 48% respectivamente; oscilou positivamente o arroz 6%, a melancia 22% e o milho 206% e a mandioca permaneceu estável. No valor da produção, os produtos que tiveram variação negativa foram o arroz 90%, o feijão 58%, a mandioca 93%, a melancia 70% e o milho 2%; valorizou-se o tomate com 73%. A cana-de-açúcar e a soja não foram analisadas devido ao fato de o primeiro ser quantificado somente no ano de 2010 e o segundo só em 2019.

Em 2010, dos 24.264 hectares colhidos, 26% eram destinados ao arroz, 60% ao milho 9% de mandioca, 5% de feijão e menos de 1% para a cana-de-açúcar, melancia e tomate. Das 51.375 toneladas, o milho participou com 51%, mandioca com 34%, o arroz 12% e a cana-de-açúcar, o feijão e o tomate 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 25**. O valor da produção foi de R\$ 22,222 milhões, o milho contribuiu com 52%, a da mandioca 22%, a do arroz 17%, a do feijão e tomate 4% cada e menos de 1% para a cana-de-açúcar e melancia (**Tabela 25**).

Em 2019, dos 35.401 hectares colhidos, 85% estavam com a soja, 12% com o milho, 2% com o arroz, 1% com o feijão e menos de 1% para a mandioca, a melancia e o tomate. Das 142.267 toneladas, 82% foram de soja, 16% de milho, 1% de mandioca e o arroz, a mandioca e o tomate menos de 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 25**. Dos R\$ 115.666 milhões, a soja cooperou com 88%, o milho com 10%, o tomate 1% e a mandioca, o feijão, o arroz e a melancia menos de 1% cada (**Tabela 25**).

Tabela 25 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Arroz	6.300	631	6.300	670	1.000	1.062	3.855	399
Cana-de-açúcar	20	-	400	-	20.000	-	40	-
Feijão	1.250	499	519	160	415	321	882	369
Mandioca	2.170	130	17.360	1.041	8.000	8.008	4.947	330
Melancia	9	2	81	22	9.000	11.000	40	12
Milho	14.500	4.100	26.100	22.550	1.800	5.500	11.536	11.289
Soja	-	30.000	-	117.000	-	3.900	-	101.777
Tomate	15	39	615	824	41.000	21.128	922	1.500
Total	24.264	35.401	51.375	142.267	-	-	22.222	115.666

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

No intervalo entre 2010 e 2019, a área colhida da lavoura permanente diminuiu 31%, a quantidade produzida 78% e o valor da produção 66%. Os hectares da castanha de caju caíram 27%, a quantidade produzida aumentou 50% e o valor da produção subiu 42%. Os demais produtos não puderam ser analisados, pois a banana, o coco-da-baía e laranja foram quantificados apenas em 2010 e a pimenta-do-reino somente no ano de 2019.

Em 2010, dos 541 hectares colhidos, 92% estavam direcionados a castanha de caju, 4% para a banana, 3% coco-da-baía e 1% laranja. Das 462 toneladas produzidas (excluindo-se o coco-da-baía, pois é quantificado em mil furtos e os demais produtos em toneladas), 52% foram de banana, 43% de castanha de caju e 4% de laranja. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 26**. No valor da produção, dos R\$ 513 mil, a banana participou com 52%, a castanha de caju 41%, o coco-da-baía e a laranja 4% cada (**Tabela 26**).

Em 2019, dos 373 hectares colhidos, 98% foram relacionados com a castanha de caju e 2% com a pimenta-do-reino. Das 111 toneladas produzidas, 91% foram de castanha de caju e 9% de pimenta-do-reino. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 26**. No valor da produção, dos R\$ 175 mil, 69% foi a contribuição da castanha de caju e 31% a da pimenta-do-reino (**Tabela 26**).

Tabela 26 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectare)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	22	-	242	-	11.000	-	266	-
Castanha de caju	500	366	200	101	400	276	210	121
Coco-da-baía*	15	-	38	-	2.533	-	19	-
Laranja	4	-	20	-	5.000	-	18	-
Pimenta-do-reino	-	7	-	10	-	1.429	-	54
Total	541	373	-	111	-	-	513	175

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019) * mil frutos

Horticultura

Em 2017, a horticultura do município registrou uma produção de 145 toneladas. Dessas, 20% foram de maxixe, 19% de pepino, 12% de alface, pimenta e pimentão 10% cada, 9% de quiabo, 8% de cebolinha, 6% de coentro, 3% de couve, 2% de outros produtos e 1% de milho verde. A quantidade vendida foi de 154 toneladas, sendo a mesma quantidade produzida e vendida. A exceção é a cebolinha que apresentou uma diferença de 1 tonelada em relação à quantidade produzida e vendida (**Tabela 27**).

O valor da produção obtido foi de R\$ 584 mil, sendo a pimenta responsável por 17%, cebolinha 15%, coentro e maxixe 14% cada, alface 13%, quiabo 10%, pimentão 6%, pepino 5%, couve 4%, outros produtos 3% e o milho verde menos de 1% (**Tabela 27**).

Tabela 27 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção, por produtos da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	17	17	73
Cebolinha	11	10	86
Coentro	9	9	82
Couve	5	5	22
Maxixe	29	29	80
Milho verde (espiga)	2	2	2
Pepino	28	28	30
Pimenta	14	14	102
Pimentão	14	14	34
Quiabo	13	13	57
Outros produtos	3	3	16
Total	145	154	584

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é a principal atividade econômica no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação semi-intensiva em pastos plantados. Esse é quase voltado para o corte, abate e produção leiteira.

Entre 2010 e 2019 o rebanho no município aumentou 24%. O referido crescimento só aconteceu com o bovino que no intervalo de tempo mencionado aumentou 55% enquanto que o bubalino diminui 40%, equino 27%, suíno 43%, ovino 18%, caprino 17% e galináceos 30% (**Tabela 28**).

Em 2010, das 140.606 cabeças, 64% eram de bovino, 29% de galináceos, 3% de suíno, 1% de equino, caprino e ovino cada, menos de 1% para o bubalino. No ano de 2019, dos 174.944 animais, o bovino correspondeu a 80%, os galináceos 16%, o suíno 2%, o equino, caprino e ovino ambos com 1% e menos de 1% para o bubalino (**Tabela 28**).

Tabela 28 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	90.424	140.017
Bubalino	206	124
Equino	1.390	1.011
Suíno	4.752	2.689
Caprino	1.486	1.230
Ovino	1.348	1.108
Aves	41.000	28.765
Total	140.606	174.944

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Na produção de origem animal, o IBGE (2019) registrou 3,877 milhões de litros de leite com o valor de R\$ 6,396 milhões e 41 mil dúzias de ovos de galinha que valiam R\$ 221 mil.

Extrativismo e Silvicultura

No extrativismo vegetal, os únicos produtos quantificados em 2019 pelo IBGE foram o carvão vegetal, com uma produção de 368 toneladas e valor de R\$ 309 mil, e a lenha com produção de 500 metros cúbicos e o valor de R\$ 18 mil.

Não foram identificados produtos oriundos da silvicultura.

No extrativismo mineral há a extração de areia, argila e pedra bruta para produzir piçarra.

Pesca e Aquicultura

A pesca é praticada de forma artesanal no rio Pindaré, nas áreas dos povoados Presinha, Presa de Porco, Vila União, Vila Concórdia, Miriu, Cristalândia, Centro dos Farias, Vila Labote e Casa Azul. Nas pescarias são utilizados barcos do tipo casco e os utensílios principais são o anzol e linha e a tarrafa. As principais espécies são: curimatá (*Prochilodus spp*), piaú (*Leporinus friderici*), branquinha (*Curimata cyprinoides*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) pescada (*Plagioscion squamosissimus*) e tucunaré (*Cichla spp.*).

No Sindicato dos Pescadores de Buriticupu estão cadastrados 428 associados, com 200 recebendo o seguro defeso.

Quanto à aquicultura, dos 261.297 quilogramas produzidos, o tambaqui (*Colossoma macropomum*) correspondeu a 35%; curimatã/curimbatá (*Prochilodus lineatus*) 21%; pacu/patinga (*Piaractus mesopotamicus*) e tilápia (*Oreochromis niloticus*) 15% cada, 14% piaú, piapara, piaçu e piava (*Megaleporinus obtusidens*). Os R\$ 1,811 milhão do valor da produção estão assim distribuídos: 31% tambaqui; 23% curimatã e curimbatá; 16% tilápia, mesmo quantitativo para o piaú, piapara, piaçu, piava; 15% pacu e patinga (**Tabela 29**).

Tabela 29 – Produção e valor da aquicultura, por tipo de produto

Espécies	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Curimatã, curimbatá	53.896	412
Pacu e patinga	40.057	271
Piaú, piapara, piaçu, piava	37.123	281
Tambaqui	90.456	554
Tilápia	39.765	293
Total	261.297	1.811

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontram-se no município um total de 327 indústrias, 40 de fabricação de produtos alimentícios; duas de produtos têxteis; seis de confecção, artigos do vestuário e acessórios; uma de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; 151 de fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis; sete de

serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos; nove de fabricação de produtos de minerais não metálicos; 11 de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; duas de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; 14 de fabricação de móveis; duas de fabricação de produtos diversos; três de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; duas de distribuição de energia elétrica; uma de captação, tratamento e distribuição de água; uma de distribuição de água por caminhão; uma de gestão de redes de esgoto; três de coleta de resíduos não perigosos, uma de recuperação de materiais plásticos, 27 de construção de edifícios; 12 de obras de infraestrutura e 31 de serviços especializados para construção (BRASIL, 2019).

Comércio

O comércio é principalmente varejista, representado por quitandas, supermercados, feiras e mercados abastecidos com produtos importados de São Luís e dos estados do Ceará e Pernambuco. De acordo com a Brasil (2019), há no município 1.836 estabelecimentos comerciais, sendo: 223 comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 104 comércios por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e, além disso, 1.509 comércio varejista.

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são as paisagens com vários morros, a cultura, os requisitos da Floresta Amazônia, os rios Pindaré e Buriticupu (**Figura 48**), o Lago Branco e as trilhas para prática de rali entre os municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação, encontra-se no município 15 hotéis, quatro pousadas, 15 restaurantes e várias lanchonetes.

Os pratos típicos registrados foram o bode, feijoada e a panelada.

Figura 48 – Rio Buriticupu



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por 10 quadrilhas juninas. Esses grupos, apresentam-se no arraial da cidade durante uma semana no período junino na Avenida Castelo Branco com instalação das barracas que servem comidas típicas e de um palco para as atrações e bandas apresentarem-se.

Outros eventos realizados no município são: o desfile da Independência do Brasil no dia 7 de setembro, aniversário da cidade em novembro, concurso de beleza, sete gincanas escolares, uma vaquejada na fazenda Vila São José, Aniversário da Fundação da Assembleia de Deus no dia 1º de maio, festivais do Caju e da Abóbora no povoado Faísa, uma cavalgada no dia 1º de maio com o percurso sede municipal Fazenda Vila São José e o carnaval que tem o bloco Arrastão da Cachaça.

Para o entretenimento, o município dispõe de uma biblioteca pública, sete bandas escolares de músicas com destaque para a Teresa Rodrigues Braga que é a banda oficial do Município, uma escola de arte marcial, um Parque de Vaquejada denominado de Bom Menino, sete quadras poliesportiva, três ginásios esportivos com capacidade aproximada de 5.000 pessoas, três campos de futebol, duas casas de shows onde pode escutar o forró – ritmo musical mais apreciado pelos habitantes locais, e vários bares espalhados pelo território municipal.

O artesanato é representado por objetos feitos em palha (quibano), tapetes, vassouras, potes e jarros.

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, possui cartório e delegacia. Faz parte da 95ª zona eleitoral, possuindo 41.119 eleitores e 15 vereadores (BRASIL, 2020).

Religião

Predomina no município os católicos que possuem 64 igrejas, distribuídas quatro na zona urbana e 60 na rural, com destaque para a Igreja de São Francisco de Assis e Santa Rita de Cássia (**Figura 49**) padroeiros do município; o primeiro festejado no dia 4 de outubro e a segunda no dia 22 de maio.

Figura 49 – Igreja Matriz de Buriticupu



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem, aproximadamente, 48 templos na área urbana e 60 na área rural, totalizando 108. As principais congregações são: Assembleia de Deus, Adventista, Batista, Pentecostal e Mundial da Graça de Deus.

As religiões de matriz africana estão presentes em algumas casas da zona rural municipal.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi 67 %, o de evangélicos 25%, sem religião 7%, outras religiões 1% e menos de 1% não souberam responder a qual religião pertencia (**Tabela 30**).

Tabela 30 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	43.393
Evangélicos	16.551
Outras Religiões	571
Sem religião	4.713
Não sabe	10
Total	65.238

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é realizado mediante os poços artesianos cuja a responsabilidade na sede municipal é da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). Com relação ao esgotamento não há coleta dos efluentes.

A coleta do lixo é realizada somente na sede municipal, utilizando caçambas e carro basculante que depositam os resíduos sólidos em um lixão a céu aberto a 15 km da cidade de Buriticupu.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, com ligações em 100% do território municipal e uma subestação denominada Buriticupu. Em 2018, foi registrado o consumo de 44.029.705,32 Mwh, dos quais 52% foi residencial, 13% comercial, 12% serviço público, 8% rural, 7% de iluminação pública, 5% poder público, 2% industrial e menos de 1% consumido pela própria empresa (**Tabela 31**).

Tabela 31 – Consumo de energia elétrica por classe

Classe	Consumo Mwh
Residencial	22.833.367
Industrial	917.293
Comercial	5.534.683
Rural	3.706.125
Poder Público	2.409.601
Iluminação Pública	3.255.447
Serviço Público	5.327.512
Próprio	45.678
Total	44.029.705

Fonte: CEMAR; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco e outra do Banco do Brasil, duas lotéricas e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel no município há a OI, VIVO, TIM e CLARO, que também oferecem sinais de acesso à Internet, assim como as empresas TEX e Danlei.

Referente aos meios de comunicação há a TV Buriticupu (canal 13), Jornal hora do Povo, impresso com circulação mensal e uma rádio local.

Transporte

A distância da cidade de Buriticupu para a cidade de São Luís é de aproximadamente 410 km, seguindo pelas rodovias: BR 135 e BR 222. Outra maneira de chegar à capital do estado é por meio da ferrovia Estrada de Ferro Carajás que possui um terminal ferroviário na localidade Presa de Porco, zona rural do município de Buriticupu distante aproximadamente a 58 km da sede municipal, ou desloca-se até a estação ferroviária de Nova Vida (zona rural do município de Bom Jesus das Selvas) aproximadamente 8 km de distância da sede municipal buriticupoense. As viagens de trem ocorrem todas as terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados.

Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por micro-ônibus, táxis, vans (duas cooperativas municipais: Cooversal e Cooperlândia) e ônibus das empresas Transbrasiliana, Progresso, Aparecida, Açailândia e Guanabara que fazem a rota São Luís/Imperatriz passando pelo território municipal. O traslado do espaço urbano para o rural é por intermédio de d-20, mais conhecidos como pau de arara e táxis. Na sede municipal, utiliza-se mais os táxis, mototáxis e motos.

Há no município, próximo ao povoado Buritizinho e a 8 km da sede municipal, uma pista de pouso denominada Boileau Dantas (**Figura 50**). O referido nome é uma homenagem ao técnico que elaborou o projeto de assentamento que deu origem a cidade de Buriticupu.

Figura 50 – Pista de pouso de Buriticupu



Fonte: IMESC (2019)

6 ITINGA DO MARANHÃO

Símbolos Municipais⁷



Brasão

O brasão foi criado por Rui Fernando da Costa e oficializado pela Lei Municipal nº 35 de 22 de abril de 1998, com o seguinte significado: a moldura quadrangular na cor marrom representa a madeira industrializada no município, o contorno e os retângulos amarelos representam o município, envolto por açazais. A estrela ao centro, significa que este é um município maranhense e na base uma faixa com a data de emancipação do município (BARROS, s/d).

⁷ Prefeitura municipal de Itinga do Maranhão. Disponível em: <http://itinga.ma.gov.br/simbolos>



Bandeira

Criada e oficializada pela Lei Municipal nº 36 de 22 de abril de 1998 a bandeira de Itinga do Maranhão possui as dimensões de 1,20 m no sentido horizontal e 0,80 cm no sentido vertical. A cor verde simboliza a primeira eleição do município; dentro do círculo na parte central está a representação da BR 010, que faz referência à formação de Itinga do Maranhão; as três engrenagens representam a festa junina do Coqueiral; a estrela simboliza a cidade; a parte verde as margens da BR 010 representa a pecuária; a letra “T”, a inicial do nome Itinga (BARROS, s/d).

Hino

Itinga, cidade ativa, cidade amiga e hospitaleira
Recebeu de braços abertos
Seus imigrantes com muito amor

Os pioneiros quando aqui chegaram
se admiraram de sua beleza
Instituíram novos caminhos
depararam se com sua riqueza

Itinga, cidade de paz
Que tem um coração de mãe
Cidade de um orgulho imenso
Que abraçará futuras gerações

Cidade de esplendor imenso
De brava gente, de um sonho intenso
Cidade de um grande progresso
O teu futuro espelha uma grande proeza

Itinga tua flora e tua fauna
Traz a beleza que resplandece
Preserve para sempre essa grandeza
Para teus filhos que precisam respirar

Itinga, cidade de paz
Que tem o coração de mãe
Cidade de um orgulho imenso
Que abraçará futuras gerações.

Letra e música: Hélio Amaral e Anylton Billie Jean

O hino municipal de Itinga do Maranhão foi criado e oficializado pela lei nº 037 de 22 de abril de 1998.

Localização

O município Itinga do Maranhão, localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo IMESC, está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020).

Limita-se ao Norte com o estado do Pará e o município Centro Novo do Maranhão; ao Oeste com o estado do Pará; ao Sul com o município Açailândia; ao Leste com os municípios Centro Novo do Maranhão, Bom Jardim e Açailândia (**Figura 51**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte - 03°36'13" de latitude e -47°01'57" de longitude, Oeste -47°42'04" de longitude e -04°42'58" de latitude, Sul -04°43'36" de latitude e -47°38'44" de longitude e Leste -46°54'42" de longitude - 04°03'33" de latitude.

Extensão

O município possui uma área de 3.581,723 km², ocupando a 19ª posição no *ranking* estadual, representando 1,09% do Maranhão. Na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense está na 2ª posição com 23%.

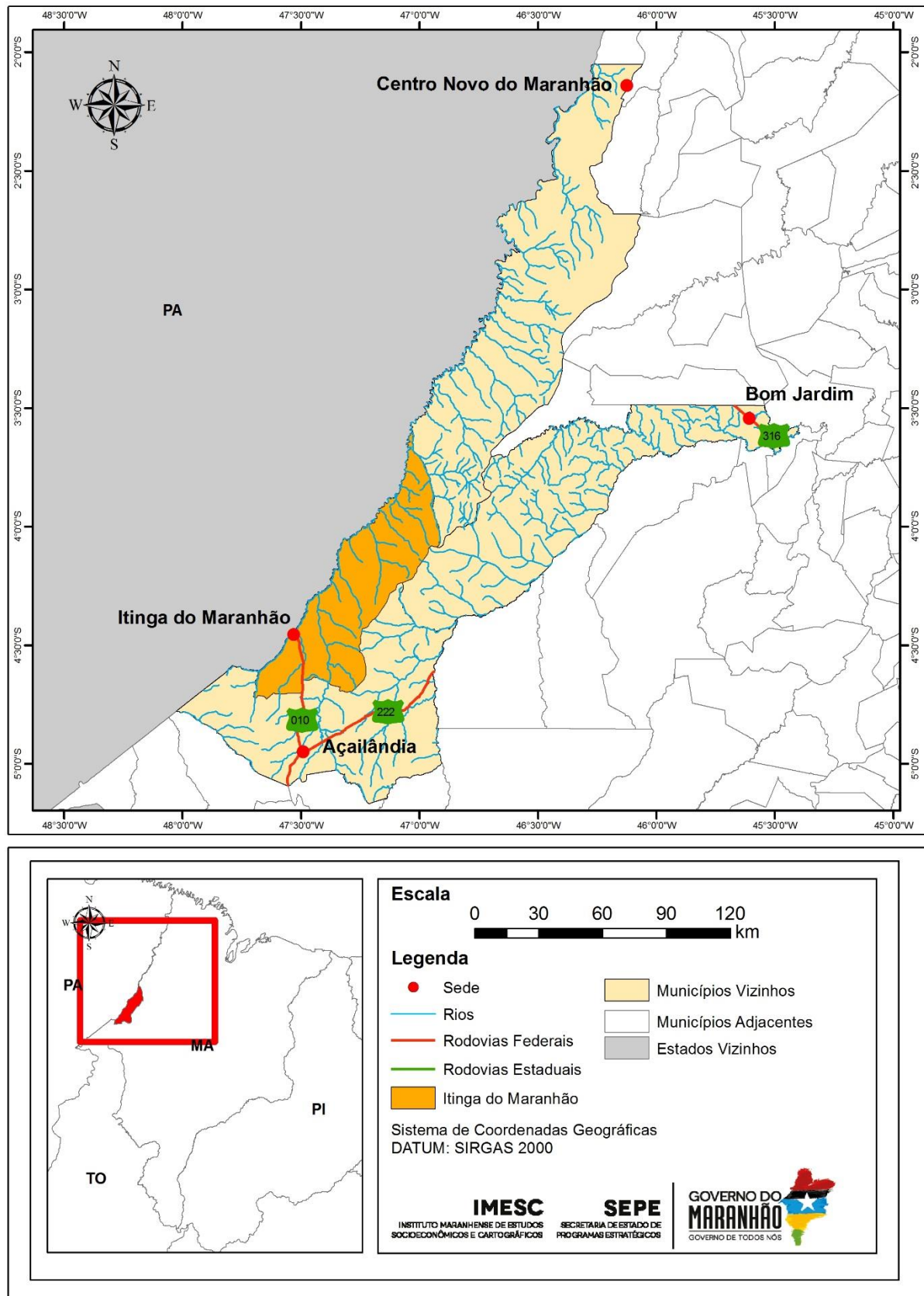
Processo de Ocupação⁸

Os pioneiros no processo de ocupação da atual cidade de Itinga do Maranhão foram atraídos pela construção da rodovia BR 010, também conhecida como Belém-Brasília (por interligar a capital do Pará a cidade de Brasília) ou Bernardo Sayão (homenagem a um dos engenheiros-chefe que faleceu durante a construção da estrada). Aludida via enquadrava-se no plano de metas do governo de Juscelino Kubistchek de 1956 a 1961 que tinha o objetivo de interligar as regiões do Brasil a futura capital, Brasília.

Atraídos pelas ofertas de serviços da BR 010 os primeiros moradores de Itinga foram Manuel Rodrigues da Silva, conhecido como “Manuel Baixinho”, oriundo da cidade de Elesbão Veloso – PI, Manuel Pereira de Carvalho, vulgo “Manuel Ventinha” que nasceu em Mirador-MA, e Manuel Barros, conhecido como “Manoel Tratorista”.

⁸ Histórico retirado de BARROS, Frank. **Itinga sua história, sua gente**. Imperatriz: Editora Ética, 2003.

Figura 51 – Mapa de localização do município Itinga do Maranhão



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

A caravana seguiu para Belém, porém, em julho de 1960 voltam para Itinga, onde fixaram residência os senhores Manuel Ventinha e Manuel Baixinho, com seus respectivos familiares. Posteriormente, chegou Manoel Tratorista e sua família atraídos por um pedaço de terra e a vantagem de o lugar ter água disponível. No começo, esses habitantes viviam do escambo com os indígenas da região trocando alguns produtos por farinha, frutas, caça e pesca, além da produção de mandioca, arroz, feijão e criação de pequenos animais como porcos e galinhas.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, originou-se um pequeno povoado às margens do Rio Itinga, rio este que mais tarde daria nome ao povoado. Em 1961, é implantado um Posto Fiscal, no limite entre os estados do Maranhão e Pará, o que estimulou o crescimento do povoado. Nessa época, chegou a família do Sr. João Barbosa Botelho, cuja esposa, Luíza Botelho da Costa, foi a primeira professora na localidade, na Escola Catulo da Paixão Cearense.

Com vistas ao crescimento da localidade, instalou-se a igreja católica, tendo como primeiro padre o Frei Noé. Em seguida, seu primeiro hospital, Cristo Rei, tendo como médico o Dr. José dos Santos.

O nome Itinga é de origem indígena e na sua tradução significa fome, ou seja, rio da fome. Entretanto, o nome dado ao povoado tem outras explicações. De acordo com o relato de uns do pioneiro do local, Manuel Baixinho, quando chegou ao povoado encontraram taperas abandonadas pelos índios urubus, dos quais alguns possuíam contatos com os desbravadores do lugar que os ajudavam a se alimentar e saciar sua fome. A estes indígenas “amigos” os pioneiros denominaram urubutinga. Em homenagens a estes, Bernardo Sayão intitulou o nome do rio de Itinga.

Outra hipótese para o significado do topônimo Itinga diz que quando os construtores da linha de frente da rodovia BR 010 ao chegarem nas ribanceiras do rio Itinga no mês de setembro de 1958 avistaram uma ave denominada urubutinga esquentando-se ao sol em cima de uma árvore de cachimbeiro, no meio do leito daquele rio e resolveram batizar o rio de Itinga.

Entre a década de 1980 e os primeiros anos de 1990, ocorreu uma expansão no povoado com abertura de novas vias e a criação de loteamentos. Devido ao crescimento econômico e populacional do lugar com a chegada de novos comerciantes e indústrias, levou as lideranças locais a reivindicar a criação do município.

O povoado foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual Nº 6.147, de 10 de novembro de 1994, com o nome de Itinga do Maranhão, desmembrado do município de Açailândia e instalado em 01 de janeiro de 1997.

O primeiro prefeito foi Raimundo Pimentel Filho (1997-2000/2001-2004), seguido por Francisco Valbert Ferreira de Queiroz (2005-2008), Luzivete Botelho da Silva (2009-2016) e Lúcio Flávio Araújo Oliveira (2017-2020).

Ambiente Físico

Inserida na Província Parnaíba, o município Itinga do Maranhão faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que foi regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al., 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (2012), corresponde a três unidades principais: Aluviões Holocênicos, Cobertura Detrito-Laterítica Paleogênica, Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

Os Aluviões Holocênicos são formados por depósitos grossos a conglomeráticos, constituídos por sedimentos arenosos, pelíticos e cascalhos distribuídos ao longo do leito do rio Gurupi e Açailândia.

As Coberturas Detrito-Laterítica Paleogênica são caracterizadas por se constituir da base para o topo de: zona argilosa calinítica; zona bauxítica com concreções e lentes gibsíticas; zona ferruginosa concrecionária; zona pisolítica nodular, capeamento argiloso, no topo.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa a amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém, com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A

e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é formada por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, sendo representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes, superiores a 100 m. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutuia, Buriticupu, Pindaré, Açailândia e Gurupi são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico à treliça.

Esse relevo movimentado, caracterizado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais, posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espriam pelos fundos de vales.

Uma pequena parte, ao norte do município, se insere no domínio geomorfológico Superfícies Aplainadas do Noroeste do Maranhão, sendo sustentado tanto pelo embasamento ígneo-metamórfico do Cráton São Luís quanto por coberturas sedimentares de idade cretácica da Formação Itapecuru. Esse domínio é delimitado, e a sul, pelo front entalhado do Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú. É representado por extensa superfície arrasada por processos de erosão generalizados do relevo.

Destaca-se no município a Serra do Tiracambu, constituída por perfis lateríticos, muito antigos e desenvolvidos, registrados sobre os diversos topos aplainados e posicionados em cotas

que variam entre 270 e 400 m, constitui-se no principal divisor de águas da bacia do rio Gurupi, estabelecendo o limite com a bacia do rio Pindaré.

Os principais solos encontrados no município estão representados pelos latossolos, argissolos, plintossolos e gleissolos (SANTOS et al., 2018). Os latossolos são constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os Latossolos Amarelos distróficos.

Os argissolos são constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente caulíníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os Argissolos Vermelho-Amarelos distróficos e eutróficos e Argissolos Vermelhos eutróficos.

Os plintossolos compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, e se caracterizam fundamentalmente por apresentar expressiva plintitização com ou sem petroplintita. No município há uma pequena área desses solos, sendo representados pelos plintossolos pétricos concrecionários.

Os gleissolos compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em

materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

O município faz parte da bacia do rio Gurupi, cujo rio hormônio banha o território municipal ao Norte. Referido rio possui como afluentes os rios Itinga, com o tributário rio Cajuapara; Açailândia (tendo como afluentes dos córregos Jatobá, Codó, Ferrugem, Tiradentes, Água Branca e Oitenta); Guaramandi; Nova Descoberta (afluente rio das Flores); Ipuí; Ipanema e os córregos Ferrugem, Três, Água Azul, Água Fria. Ao Norte corre o rio Ararandeuá com os afluentes os córregos da Prata e Jabuti.

A vegetação faz parte da Floresta Amazônica, composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas dos vales onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas do relevo de planalto com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 m. Entre as espécies mais comuns, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa guianensis*). Essa vegetação encontra-se bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com esse tipo de vegetação (IBGE, 2012).

Há também no município um mosaico de vegetação secundária, entremeada com pastagem, agricultura, reflorestamento e/ou florestamento, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. As pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, são utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite. A agricultura, é caracterizada por culturas temporárias e permanentes e o reflorestamento e/ ou florestamento se dá principalmente pela silvicultura, com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73% e 79% e totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

A cidade de Itinga do Maranhão (**Figura 52**) desenvolve-se em uma das chapadas da Serra do Tiracambu, cercada pelo rio Itinga (Norte), o rio Cajuapara Pequeno (Leste) e uma gruta (Oeste).

Figura 52 – Vista da Cidade de Itinga do Maranhão



Fonte: Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão

A BR 010 atravessa a sede municipal no sentido norte/sul em aproximadamente 3,4km de comprimento recebendo nesse trecho a denominação de Avenida Presidente Médici (**Figura 53**). Nota-se que a cidade acompanhou o traçado curvo da rodovia federal e que dali saem ruas nos sentindo Leste/Oeste que se somam as outras no sentido Norte/Sul ou Nordeste/Sudeste formando em alguns casos quadras.

Figura 53 – Vista Parcial da Avenida Presidente Médici



Fonte: IMESC (2019)

Além da estrada mencionada, compõem a malhava viária da sede as avenidas Maron Ramos e Elias Feitosa, todas arborizadas. As ruas e travessas, são pavimentadas principalmente com bloquetes hexagonais e asfalto. Somam-se a esses logradouros as praças Ana da Penha, Vereador Gedeon e João Barbosa, sendo todas arborizadas e ajardinada (**Figura 54**).

Figura 54 – Praça em Itinga do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

Os bairros da cidade são: Centro I, Centro II, Coquiral, Vila Emanuela, Vila Samuel, Jardim Planalto, Parque Primavera, São Sebastião, Paraíso, São João e Vila Marccone.

Espaço Rural

O espaço rural é composto pelos seguintes povoados e assentamentos:

Povoados: Açáizal, Alto Alegre do Ipuí, Arara Azul, Bom Sossego, Cajuapara, Carote, Chapadão, Horizonte Azul, Ipanema, João Paulo, Km 60, Maranhão do Sul, Nova Vitória, Paulistão, Santa Luzia, Santa Luzia, Vale do Ipê, Vavalândia e Zé do Bila.

Assentamentos: Água Fria, Bandeirantes, Boa Esperança, Boa Vista, Casa Branca, Corginho das Flores, Igrejinha, Novo Mundo Rural, Santa Helena, Santa Isabel e Vila Veneza.

Utilização das Terras

O espaço rural do município, quanto à utilização das terras, é composto pelo número de estabelecimentos e pela área em hectares. Salienta-se que em um estabelecimento podem ocorrer inúmeras atividades, portanto, torna-se inviável uma análise em percentuais dos mesmos. Apesar desse cenário, evidencia-se que os estabelecimentos estão ocupados principalmente por lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, construções, benfeitorias ou caminhos, terras degradadas e terras inaproveitáveis; pastagens plantadas em boas condições; lavoura temporária; pastagens plantadas em más condições; mata ou florestas naturais destinadas à preservação ou reserva legal; sistema agroflorestais; lavoura permanente (**Tabela 32**).

Dos 200.528 hectares dos estabelecimentos no espaço rural, em 2017, 49% correspondia as pastagens plantadas em boas condições; 20% matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal; 9% para a lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis; 8% sistemas agroflorestais e lavouras temporárias cada; 6% pastagens plantadas em más condições; 1% para as lavouras permanentes e matas ou florestas naturais cada. Não foram disponibilizados os dados dos hectares da lavoura para cultivo de flores, pastagens naturais e florestas plantadas (**Tabela 32**).

Tabela 32 – Número de estabelecimentos e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidade)	Área (Hectares)
Lavouras permanentes	124	1.121
Lavouras temporárias	364	15.703
Lavouras para cultivo de flores	2	-
Pastagens naturais	2	-
Pastagens plantadas em boas condições	495	97.797
Pastagens plantadas em más condições	254	11.116
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	217	39.323
Matas ou florestas naturais	13	1.558
Matas ou florestas plantadas	3	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	219	16.557
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	585	17.353
Total	-	200.528

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Com relação à condição do produtor, dos 655 estabelecimentos do município, 60% eram de responsabilidade dos proprietários, 34% dos concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva, 2% dos produtores sem área, comandatários e ocupantes com 1% cada. Arrendatários e parceiros juntos têm 1% dos estabelecimentos sob sua responsabilidade, entretanto, como arrendamento e parceria são feitos diretamente com os proprietários, a participação do mesmo eleva-se para 61% (**Tabela 33**).

Dos 216.014 hectares, 96% estavam com os proprietários, 4% com concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, comandatários e ocupantes com menos de 1% cada. Não foram disponibilizados dados sobre os hectares dos arrendatários e comandatários (**Tabela 33**).

Tabela 33 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação à terra	Estabelecimentos (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	395	207.531
Concessionário, ou assentado aguardando titulação definitiva	224	8.269
Arrendatário	3	-
Parceiro	1	-
Comandatário	9	60
Ocupante	8	154
Produtor sem área	15	-
Total	655	216.014

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

O município Itinga do Maranhão classificou-se, em 2010, no 65º lugar no *ranking* populacional maranhense correspondendo a 0,38% da população estadual. Na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, o referido município ocupou a 4ª colocação com 10,68% dos habitantes regionais. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM foi de 0,630 ocupando a 22ª posição no Estado. A população estimada em 2020 foi de 26.068 pessoas. Sua densidade demográfica é de 7,27 hab./km²; quem nasce no município é denominado de itinguense.

Entre 2000 e 2010, a população aumentou 8%, principalmente na área rural com 26%, enquanto na área urbana cresceu 1%. Quando se observa a variação por gênero, a população masculina aumentou 7% e a feminina 8%.

Em 2000, a população rural correspondia a 25%, a urbana 75%, a masculina 51% e a feminina 49%. No ano de 2010, a população urbana foi equivalente a 71%, a rural a 29%, a masculina 51% e a feminina a 49% (**Tabela 34**).

Tabela 34 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	17.401	17.640
Rural	5.727	7.223
Masculina	11.760	12.588
Feminina	11.368	12.275
Absoluta	23.128	24.863

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

Em 2018, a rede municipal de ensino registrou 5.809 alunos matriculados distribuídos em 44 escolas, 16 na área urbana e 28 na área rural, sendo duas com laboratório de informática. Na etapa da educação básica estão uma creche, seis pré-escolas e 34 com o ensino fundamental. Referente ao EJA há 18 salas de aulas com essa modalidade de ensino. Quanto aos docentes, há aproximadamente 313 professores.

No ano de 2018, estavam matriculados na rede estadual 1.067 alunos distribuídos 835 na zona urbana e 232 na rural. A aludida rede de ensino é representada por uma escola (**Figura 55**) com dois anexos na zona rural (povoado Cajuapara e Assentamento Vavalândia) todos voltados para o ensino médio. Referidas escolas perfazem 29 salas (21 na sede municipal, cinco em Vavalândia e três em Cajuapara) e 51 professores todos com ensino superior completos; destes, três possuem mestrado.

O município disponibiliza dez veículos para transporte escolar, material e merenda escolar.

Figura 55 – Vista parcial da Escola estadual em Itinga do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

O ensino superior é oferecido pela faculdade Instituto de Desenvolvimento Educacional Aliança (IDEA) e Faculdade Norte e Nordeste do Brasil (FANOR) na modalidade semipresencial com aulas nos fins de semana e feriados, oferecidos pela primeira os cursos de Pedagogia,

Administração, Letras, Biologia e pós-graduação em Educação, enquanto a segunda tem os cursos de Pedagogia e Serviço Social.

Quanto ao ensino técnico, funciona o curso de enfermagem oferecido pela Escola de Qualificação Técnica de Enfermagem de Imperatriz (EQTEI).

Na rede de educação privada estão as escolas Concordia, Juscelino Kubitschek (ambas de ensino fundamental) e a creche Cantinho do Saber.

Saúde e Assistência Social

A rede hospitalar do município está representada pelo Hospital Municipal de Itinga do Maranhão (**Figura 56**), que possui 76 leitos, realizando atendimentos de urgência/emergência, consultas ambulatoriais, cirurgias de grau médio, ultrassonografias e exames laboratoriais.

Os atendimentos com maior número de casos são: hipertensão, traumas decorrentes de acidentes de motocicletas e ferimentos ocasionados por armas brancas.

Em casos mais graves o município dispõe de seis ambulâncias que transferem os pacientes para os municípios de Açailândia, Imperatriz e São Luís. Para atendimento do público há quatro médicos (obstetra, ginecologistas e clínicos gerais), quatro enfermeiros e 20 técnicos de enfermagem.

Figura 56 – Hospital Municipal de Itinga do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

Há no municipal oito equipes do ESF, composta por oito médicos, dez enfermeiros e 14 técnicos de enfermagem e na parte odontológica, existe cinco equipes do Saúde Bucal com um dentista em cada uma.

Os casos de enfermidades mais tratados pelos profissionais do ESF são: hipertensão, diabetes, dengue e chikungunya.

Dando suporte a rede de saúde municipal há sete unidades básicas de saúde com as farmácias básicas populares para distribuição de medicamentos para a população e um posto de saúde. Conta com 84 agentes comunitários de saúde, distribuídos 45 na área urbana e 39 na rural, 12 agentes de vigilância epidemiológica e dois agentes da vigilância sanitária.

Funciona no município um NASF que conta com um assistente social, um nutricionista, um fonoaudiólogo e um psicólogo.

Outras atividades realizadas na rede municipal de saúde são os programas Saúde na Escola, campanhas de imunização e prevenção do calendário das redes federal e estadual, campanha de combate ao glaucoma e o Levantamento Rápido de Índices de Infestação por *Aedes Aegypti* (LIRAA).

A Secretaria de Assistência Social do município desenvolve os seguintes programas: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, com cerca de 102 idosos e 180 crianças/adolescentes; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que em média atende 195 famílias mensal; Programa Criança Feliz, que acompanha aproximadamente 150 crianças entre 0 a 6 anos e 20 gestantes e Benefício de Prestação Continuada – BPC, atendendo idosos e deficientes.

Encontra-se ainda um CRAS, um Conselho Tutelar e um CREAS que por mês atende entre 25 a 30 pessoas aproximadamente.

Economia

Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 284,222 milhões, situando-se na 48ª posição no *ranking* estadual, correspondendo a 0,32%. O setor de serviços correspondeu a R\$ 178,983 milhões; o agropecuário R\$ 72,190 milhões; o industrial R\$ 15,680 milhões e R\$ 17,370 mil foram da arrecadação de impostos (IMESC, 2016). A renda per capita no ano de 2010 foi de R\$ 336,91 colocando-o em 19º no *ranking* estadual (IPEA, 2013).

A economia do município estrutura-se principalmente na agropecuária e no setor de serviços.

Agricultura

A agricultura é itinerante e mecanizada com destaque para a produção de soja, milho, banana e mandioca. Os dois primeiros produtos são plantados em grandes extensões de terras, mecanizadas, sendo a soja voltada para o mercado internacional e o milho para o nacional.

A banana é plantada no Sítio Barreiras, povoado Cajuapara, cultivando-se as espécies prata, nanica e outras, voltadas para a venda da muda e fabricação de doces. Nessa fazenda, empregam-se mais de 400 trabalhadores e o destino da produção é o mercado local e o estado do Pará.

A produção da mandioca tem como principal subproduto a farinha que tem como destino o mercado local e os estados do Pará, Amazonas e São Paulo, produzida principalmente no povoado Alto da Boa Vista.

Na sede municipal, plantam hortaliças como alface, couve, pimentão, cheiro verde e pimentinha, alguns produtos são comercializados para o município de Açailândia.

Há no Sindicato de Trabalhadores Rurais 3.300 sócios, sendo apenas 200 ativos.

Agricultura Temporária

Entre 2010 e 2019, a área colhida da agricultura temporária cresceu 242%, a quantidade produzida 689% e o valor da produção 1.427%. Nesse intervalo os hectares colhidos do arroz diminuíram 97%, do feijão 51% e do milho 33%, enquanto a área da mandioca aumentou 14%. A quantidade produzida do milho aumentou 118% e a mandioca 5%, o arroz diminuiu 97% e o feijão 43%. O rendimento médio do arroz decresceu 15% e o da mandioca 8%; o feijão aumentou 16% e o milho 225%. No valor da produção o arroz caiu 96%; o feijão, a mandioca e o milho aumentaram 34%, 136% e 182% respectivamente. O amendoim, a fava, a melancia e a soja não foram analisadas, pois aparecem em anos distintos (**Tabela 35**).

Em 2010, dos 6.230 hectares colhidos, 46% eram de arroz, 3% de mandioca, 1% de feijão e 50% de milho. Das 12.099 toneladas, o arroz correspondeu a 46%, o feijão a 1%, mandioca 3% e o milho 50%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 35**. Referente ao valor da produção, dos R\$ 5,676 milhões, o arroz contribuiu com 51%, o feijão com 3%, a mandioca 1% e o milho 45% (**Tabela 35**).

Em 2019, dos 21.323 hectares colhidos, a soja equivaleu a 89%, o milho 10% e o amendoim, o arroz, a fava, o feijão e mandioca menos de 1% cada. Na quantidade produzida, das

81.936 toneladas, 83% foram de soja, 16 % de milho e menos de 1% para o amendoim, arroz, fava, feijão, mandioca e melancia. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 35**. No valor da produção, dos R\$ 86,650 milhões, a soja cooperou com 91%, o milho com 8% e os demais produtos (amendoim, arroz, feijão, fava, mandioca e melancia) com menos de 1% (**Tabela 35**).

Tabela 35 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	-	7	-	11	-	1.571		24
Arroz	2.811	90	5.622	153	2.000	1.700	2.923	125
Fava	-	2	-	1	-	500		7
Feijão	185	91	84	48	454	527	142	190
Mandioca	35	40	315	332	9.000	8.300	59	139
Melancia	-	4	-	140	-	35.000		63
Milho	3.199	2.147	6.078	13.268	1.899	6.180	2.552	7.208
Soja	-	18.942	-	67.983	-	3.589	-	78.894
Total	6.230	21.323	12.099	81.936	-	-	5.676	86.650

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

No intervalo de 2010 a 2019, a área colhida da lavoura permanente diminuiu 1%, a quantidade produzida aumentou 778% e o valor da produção cresceu 473%. Os hectares colhidos com bananas cresceram 410%, enquanto os que eram destinados a borracha e pimenta-do-reino diminuíram 37% e 79% respectivamente. Nas toneladas produzidas, a banana aumentou 1.544%, a borracha e a pimenta-do-reino diminuíram 79% e 85% consecutivamente. O rendimento médio da banana obteve crescimento de 222%; borracha diminuiu 67% e a pimenta-do-reino 31%. No valor da produção, a banana oscilou positivamente 1.700%, ao mesmo tempo que oscilaram negativamente a borracha 72% e a pimenta-do-reino 82%.

Em 2010, dos 1.211 hectares colhidos, 89% estavam direcionados a borracha, 8% para a banana, 2% para a pimenta-do-reino e 1% castanha de caju. Das 2.936 toneladas, 53% eram de banana, 46% de borracha, 1% de pimenta-do-reino e menos de 1% castanha de caju. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 36**. Referente ao valor da produção, dos R\$ 3,272 milhões, 31% foi a contribuição da banana, 65% a da borracha, 4% a da pimenta-do-reino e menos de 1% a castanha de caju (**Tabela 36**).

Em 2019, dos 1.196 hectares colhidos da lavoura permanente, 57% eram destinados a borracha, 43% para a banana, 1% pimenta-do-reino. Das 25.764 toneladas produzidas, 99% eram de banana, 1% de borracha e menos de 1% para a pimenta-do-reino. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 36**. No valor da produção, dos R\$ 18,741 milhões, a banana participou com 97%, a borracha 3% e a pimenta-do-reino menos de 1% e menos (**Tabela 36**).

Tabela 36 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da lavoura permanente

Produto	Área Colhida (Hectare)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	100	510	1.550	25.480	15.500	49.961	1.107	18.129
Borracha (látex coagulado)	1.077	680	1.350	279	1.253	4.010	2.119	586
Castanha de caju	6	-	2	-	333	-	2	-
Pimenta-do-reino	28	6	34	5	1.214	833	144	26
Total	1.211	1.196	2.936	25.764	-	-	3.272	18.741

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Horticultura

No ano de 2017, a horticultura de Itinga do Maranhão produziu 90 toneladas, das quais 29% foram de alface, cebolinha e coentro 23% cada, 14% de quiabo, 7% de couve, maxixe, pepino e pimenta 1% cada. A quantidade vendida foi de 87 toneladas, sendo que 26% foram de alface, cebolinha e coentro 24% cada, 15% de quiabo, 7% de couve, maxixe, pepino e pimenta 1% cada. O valor total da produção foi de R\$ 217 mil. Desses, 38% foram de participação da alface, cebolinha e coentro 18% cada, 13% do quiabo, 9% da couve, maxixe e pepino 2% cada, pimenta menos de 1% (**Tabela 37**).

Verifica-se que, somente a alface apresentou diferentes quantidades produzidas e vendidas, as demais apresentaram uma igualdade entre produção e comercialização. Isso pode ser explicado pelo fato dessas hortaliças, além de serem comercializadas, também servirem para o consumo próprio dos produtores.

A abobrinha, o milho verde e o tomate (estaqueado) também são produtos cultivados no município.

Tabela 37 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura

Produtos	Quantidade Produzida (Toneladas)	Quantidade Vendida (Toneladas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	26	23	82
Cebolinha	21	21	39
Coentro	21	21	39
Couve	6	6	19
Maxixe	1	1	4
Pepino	1	1	5
Pimenta	1	1	1
Quiabo	13	13	28
Total	90	87	217

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Pecuária

A pecuária é praticada de forma extensiva voltada especialmente para o abate de animais e produção de leite, utilizando-se pastos plantados.

Entre 2010 e 2019, o número do rebanho diminuiu 8%. Referida queda, esteve ligada a diminuição do bovino 11%, equino 7% e caprino 51%; os demais produtos cresceram: 5% bubalino, 20% suíno, 9% ovino e 7% galináceos.

Em 2010, dos 154.143 animais, 81% eram bovinos, 15% galináceos, 2% suíno, 1% equino e ovino cada e menos de 1% para bubalino e caprino. Em 2019, das 142.442 cabeças, 78% corresponderam ao bovino, 18% aos galináceos, 2% ao suíno, 1% tanto para o equino e ovino, menos de 1% para o bubalino e caprino (**Tabela 38**).

Tabela 38 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Nº de cabeças (Unidades)	Nº de cabeças (Unidades)
Bovino	124.115	110.568
Bubalino	91	96
Equino	1.861	1.732
Suíno	2.449	2.944
Caprino	496	242
Ovino	1.398	1.529
Galináceos	23.733	25.331
Total	154.143	142.442

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Aos produtos de origem animal, de acordo com o IBGE (2019), registrou-se uma produção de 9,194 milhões de litros de leite no valor de R\$ 8,735 milhões e 48 mil dúzias de ovos de galinha no valor de R\$ 316 mil.

Extrativismo e Silvicultura

Dos produtos quantificados pelo IBGE em 2019, foram produzidas 164 toneladas, das quais 95% eram de carvão vegetal e 5% de juçara. Dos 803 metros cúbicos, obteve-se as seguintes participações: lenha 66% e madeira em tora 24%. Dos R\$ 148 mil, do valor da produção, o carvão vegetal participou com 62%, a madeira em tora 23%, o açaí 9% e a lenha com 6% (**Tabela 39**).

Tabela 39 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	Toneladas	Metros Cúbicos	
Juçara (Açaí)	8	-	13
Carvão vegetal	156	-	92
Lenha	-	612	9
Madeira em tora	-	191	34
Total	164	803	135

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Relacionado à silvicultura, identificou-se dois produtos: o carvão vegetal de eucalipto e a madeira em tora para papel e celulose. O primeiro obteve uma produção de 947 toneladas com o valor de R\$ 663 mil, enquanto o segundo atingiu uma produção de 90,807 milhões de metros cúbicos valorizada em R\$ 4,845 milhões. O somatório total da produção foi R\$ 5,508 milhões, sendo a contribuição do carvão vegetal de eucalipto 12% e a da madeira em tora 88% (IBGE, 2019).

O único registro de extração mineral é a exploração de areia.

Pesca e Aquicultura

A pesca é realizada nos rios Gurupi, Açailândia e Itinga, principalmente nos povoados Rio do Ouro, Santa Isabel e Bom Jardim. Utilizam principalmente a tarrafa, linha, anzol e malhadeira, sendo voltada para o autoconsumo da família do pescador. Caso haja excedentes, é comercializado no próprio local de residência ou levado para o mercado municipal localizado na sede. As principais espécies são: pacu (*Mylossoma* sp.), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), piaui

(*Leporinus friderici*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), mandi (*Pimelodus blochii*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e tilápia (*Tilapia rendali*).

Na Colônia de Pescadores estão cadastrados 500 associados dos quais menos de 400 recebem o seguro defeso.

Na aquicultura registrou-se, de acordo com o IBGE (2019), apenas duas espécies em cativeiro: Tambacu/tambatinga (*P. mesopotamicus* x *C. macropomum*) e Tambaqui (*Colossoma macropomum*). A primeira teve uma produção de 55.980 quilogramas com o valor de R\$ 406 mil, enquanto a segunda obteve uma produção de 6.609 quilogramas valorizados em R\$ 51 mil.

Indústria

De acordo com Brasil (2019) encontrava-se no município 209 estabelecimentos industriais. Desses, 16 eram ligados a produtos alimentícios; 15 de confecção de artigos do vestuário e acessórios; um de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; 37 de fabricação de produtos de madeira; uma de fabricação de embalagens de papel; três de impressão e reprodução de gravações; duas de fabricação de produtos químicos; uma de reforma de pneumáticos usados; 26 de produtos de minerais não metálicos; dois de fabricação de esquadrias de metal; dois de serviços de usinagem, tornearia e solda; dois de fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias; 38 de fabricação de móveis; uma de fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos; dois de fabricação de produtos diversos; cinco de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; um de distribuição de energia elétrica; dois de atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; um de coleta de resíduos não perigosos; um de recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio; 15 de construção; um de construção de rodovias e ferrovias; um de obras de montagem industrial e 32 de serviços especializados para construção.

Comércio

O comércio é varejista possuindo como polo abastecedor a cidade de Imperatriz. É composto por quitandas, supermercados, feiras e um mercado. Os estabelecimentos comerciais concentram-se na Rua Açailândia (**Figura 57**).

De acordo com Brasil (2019), existiam 920 estabelecimentos comerciais divididos em: 73 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 52 de comércio por atacado e 795 comércios varejistas.

Figura 57 – Rua Açailândia



Fonte: IMESC (2019)

Turismo

Os principais potenciais turísticos no município são os rios Açailândia, Cajuapara e Itinga (**Figura 58**) que possuem ao longo dos seus cursos balneários, os quais existem em algumas localidades de infraestrutura para o visitante, possuindo bares e restaurantes.

Outros atrativos são o festejo do padroeiro do município Bom Jesus da Lapa e a procissão de Nossa Senhora Aparecida. Está última sai da sede municipal até o povoado Cajuapara.

Com relação aos serviços de hospedagem e alimentação encontra-se no município dois hotéis, dez pousadas, e entre restaurantes e lanchonetes aproximadamente 15 estabelecimentos.

Os pratos típicos registrados foram a galinha caipira e a panelada.

Figura 58 – Rio Itinga



Fonte: IMESC (2019)

Folclore e Lazer

Os grupos folclóricos estão representados por quadrilhas juninas que se apresentam principalmente no arraial da cidade durante o período junino, quando são instaladas as tradicionais barracas de palhas que servem comidas típicas da região, e com palco para as atrações locais e shows musicais. Referidas estruturas são montadas no pátio da prefeitura ou na Avenida Presidente Médici.

Outros eventos realizados no município são: desfile de comemoração da Independência do Brasil no dia 7 de setembro; aniversário da cidade em 10 de novembro; dia do evangélico comemorado na segunda terça-feira de agosto; gincanas; vaquejada no povoado Cajuapara e cavalgadas do povoado Cajuapara e da sede municipal; Baile Sonho de Menina, de responsabilidade da prefeitura municipal voltado para 30 meninas carentes com estrutura, festa e bolo.

Para o entretenimento o município dispõe de biblioteca pública, escola de músicas Fanfaima, escola de arte marcial, Parque de Vaquejada denominado de Will Brito, quadras poliesportivas, estádio de futebol denominado Murição (**Figura 59**), a boate Calamazu onde se pode escutar o forró, ritmo musical mais apreciado pelos habitantes locais e vários bares espalhados pelo território municipal.

Figura 59 – Gramado do Estádio “Muriçocão”



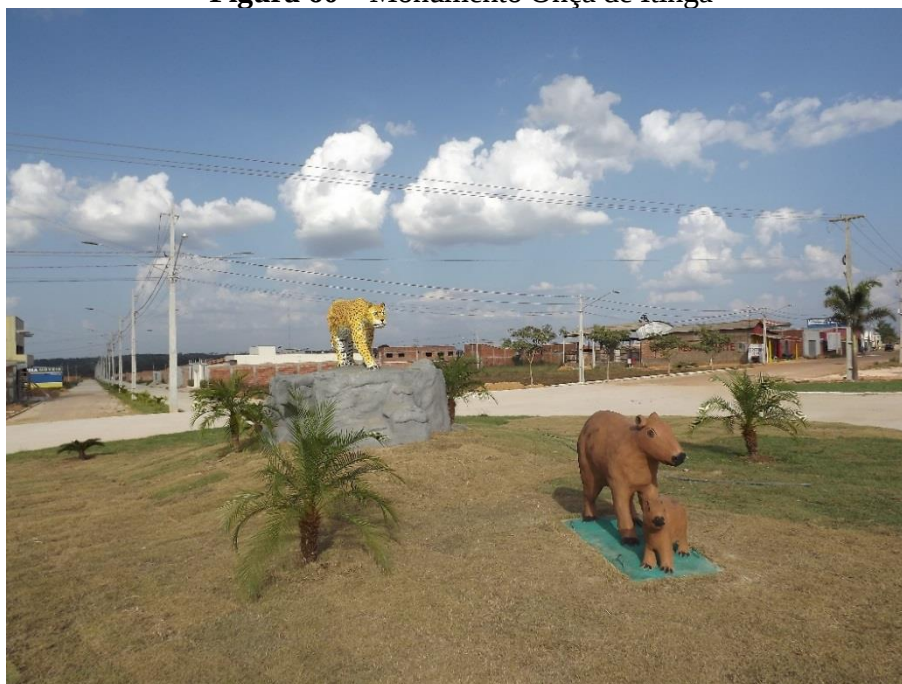
Fonte: IMESC (2019)

Itinga do Maranhão ficou conhecida por muitos como a Terra da Onça. Isso ocorreu devido José Patrício de Carvalho, fotógrafo local, ter domesticado uma onça, conseguindo com índios que viviam nas proximidades do Jenipapo dos Vieiras na década de 1970, um filhote de onça que levou para Itinga do Maranhão.

O fotógrafo levava aquele animal para beira da estrada o que despertava a curiosidade de quem por ali passava, especialmente dos caminhoneiros, que ao ver o felino manso paravam para tirar fotos, geralmente dando leite numa mamadeira. Isso na época, gerou um lema para os caminhoneiros que por ali passavam: caminhoneiro que circulava na região e não tirasse uma foto com “A onça de Itinga” não era bem visto pelos colegas de profissão, pois a simples foto daquele animal era motivo para um início de conversa que poderia tornar-se uma sólida amizade.

José Patrício faleceu em 1999 e seu “bicho” de estimação dois anos antes (1997). Mas até hoje, a onça de Itinga é lembrada na cidade por meio de um monumento construído por um particular (**Figura 60**).

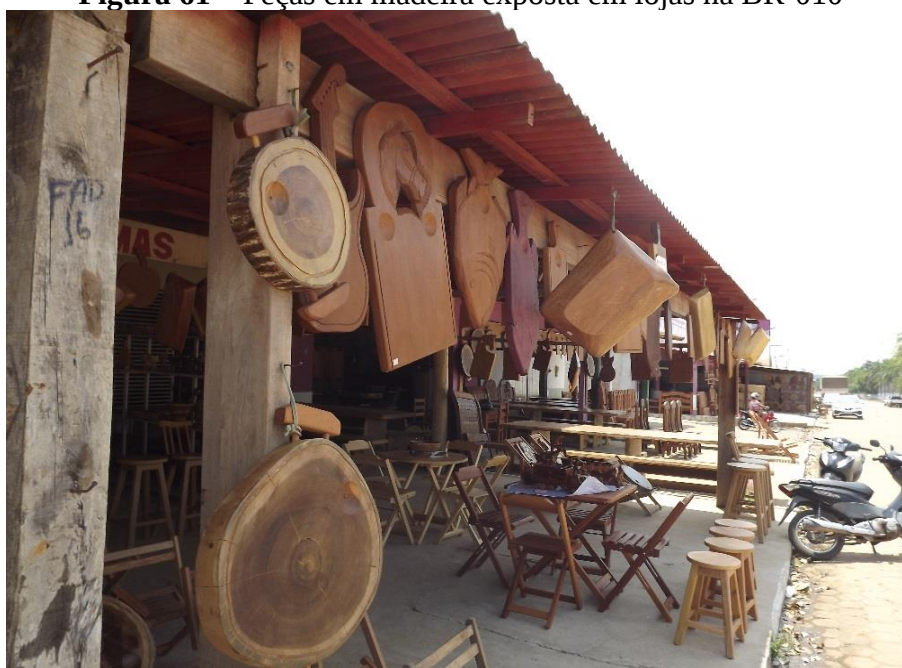
Figura 60 – Monumento Onça de Itinga



Fonte: IMESC (2019)

O artesanato que se destaca são os produtos oriundos da modelagem da madeira. Produzidos pelo Polo Moveleiro de Itinga, estes são representados por móveis rústicos e artesanais (mesas, cadeiras, bancos, camas e outros), brinquedos, lembranças, tábuas de carne em diversos formatos, cabideiros, pilões, colheres, pratos e diversos outros produtos. Estes são comercializados em uma série de pequenas lojas localizadas às margens da BR-010 (**Figura 61**).

Figura 61 – Peças em madeira exposta em lojas na BR-010



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é comarca, funcionando na cidade um cartório, uma delegacia e posto do SAMU. Faz parte da 98ª zona eleitoral, possui 14.705 eleitores e 11 vereadores (BRASIL, 2019).

Religião

Predomina no município os católicos que possuem 31 igrejas distribuídas quatro na zona urbana e dezoito na rural, com destaque para a igreja de Bom Jesus da Lapa (**Figura 62**) padroeiros do município festejado entre 28 de julho a 06 de agosto. As outras festas católicas são a de *Corpus Christi*, Nossa Senhora Aparecida e São João Batista.

Figura 62 – Igreja Matriz de Itinga do Maranhão



Fonte: IMESC (2019)

Os evangélicos possuem vários templos espalhados especialmente na sede municipal, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista e Missionária.

Em 2010, de acordo com o Censo do IBGE, o percentual de católicos foi 71%, o de evangélicos 22%, sem religião 6% e outras religiões 1% (**Tabela 40**).

Tabela 40 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	17.728
Evangélicos	5.405
Outras Religiões	222
Sem religião	1.508
Total	24.863

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento e tratamento de água é realizado por meio de poços artesianos cuja a responsabilidade é da Companhia Autônoma de Água, Esgoto e Saneamento de Itinga - CAESI. Com relação ao esgotamento sanitário, a maioria da população usa as fossas sépticas.

A coleta do lixo é realizada diariamente na sede municipal e nos povoados Cajuapara e Paulistão, utilizando-se caçambas que depositam os resíduos sólidos em um aterro sanitário a 4 km da cidade de Itinga do Maranhão.

A distribuição da energia elétrica ocorre em todas as localidades do município, sendo de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia, que contém uma subestação no território municipal denominada de Itinga. Em 2018, dos 23.735.126,39 Mw/h consumidos, 41% foi residencial, 24% rural, 11% comercial, 9% industrial, 6% serviço público, 5% iluminação pública, 4% poder público e menos de 1% de consumo próprio (**Tabela 41**).

Tabela 41 – Consumo de energia elétrica por classe

Classe	Consumo Mw/h
Residencial	9.801.359
Industrial	2.021.976
Comercial	2.493.281
Rural	5.790.787
Poder Público	958.545
Iluminação Pública	1.252.596
Serviço Público	1.384.028
Consumo Próprio	32.555
Total	23.735.126

Fonte: CEMAR; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

O município dispõe de uma agência do Bradesco, um posto do Banco do Brasil, da cooperativa de crédito SICOOB, uma lotérica e uma agência dos Correios.

Prestando o serviço de telefonia móvel no município há a OI, TIM, VIVO e CLARO, que também oferecem os sinais de acesso à Internet, assim como as empresas IBL e Copiservic.

Há também a rádio Conquista FM.

Transporte

A distância entre as cidades de Itinga do Maranhão e São Luís é de aproximadamente 612 km pelas seguintes rodovias: BR 135, BR 222 e BR 010. A sede municipal mais próxima é Açailândia à 42 km.

Predomina no traslado intermunicipal o deslocamento realizado por vans e ônibus. Estes últimos são das empresas Aparecida, Satélite, Marajó, Rápido Açailândia e Itapemirim que passam pelo município a cada 30 minutos, graças ao município ser uma rota de ligação entre o Maranhão e o estado do Pará.

O traslado urbano-rural é realizado por meio de ônibus e motos. Dentro do espaço urbano o transporte mais utilizado são os mototáxis.

A ferrovia Estrada de Ferro Carajás passa no extremo sudeste do territorial municipal.

7 SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Símbolos Municipais



Brasão

O brasão foi criado por Cantaneide Ferreira da Silva. Representa a riqueza da região: a pecuária e a agricultura, pela imagem de plantas e animais. As estrelas que brilham refletem que apesar da poluição, ainda há como desfrutar um ar puro na região. Na base do brasão, a inscrição “Trabalhar e Desenvolver” e o nome do município.



Bandeira

A bandeira foi criada por Cristiane Passos Cordeiro e Francivaldo Silva Cunha.

O verde representa a grande quantidade de matas existentes nas décadas de 1960 a 1980, primeira riqueza explorada no município.

O azul significa a abundância de água encontrada nos brejos do município.

A faixa amarela é alusão a BR 010, que atravessa o município na altura do povoado de Trecho Seco.

A imagem central com o nome de São Francisco do Brejão é o próprio mapa do município. A cor da imagem em forma de cone com pequenos traços no seu interior faz referência a riqueza e ao crescimento do potencial municipal.

Hino

Somos todos sonhadores do futuro,
Com tua nobre esperança juvenil.
A grandeza de tua fé é tão segura,
Já desponta no horizonte do Brasil.

Salve pátria,
Pátria amada,
E a nossa união.
Salve Pátria,
Pátria amada,
São Francisco do Brejão

Contemplamos a grandeza de seus braços,
O imenso azul do céu cor de anil.
Determina nossos sonhos passo a passo,
É tão fértil o teu seio ó mãe gentil.

Salve pátria,
Pátria amada,
E a nossa união.
Salve Pátria,
Pátria amada,
São Francisco do Brejão

Conquistemos novo tempo novo espaço,
Convocando um futuro mais feliz.
Com trabalho e progresso ergue teu braço,
Paz, justiça, todo povo hoje bendiz.

Salve pátria,
Pátria amada,
E a nossa união.
Salve Pátria,
Pátria amada,
São Francisco do Brejão

Já raiou como sol a liberdade,
Iluminando um futuro mais feliz.
O amor é a estrela da unidade,
Do progresso a cultura é a raiz.

Salve pátria,
Pátria amada,
E a nossa união.
Salve Pátria,
Pátria amada,
São Francisco do Brejão.

Autor: Terezinha de Sousa Santos

Localização

O município São Francisco do Brejão localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz – Região Geográfica Imediata de Açailândia (IBGE, 2017). Na regionalização proposta pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, está na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense (IMESC, 2020). São Francisco do Brejão também faz parte da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense.

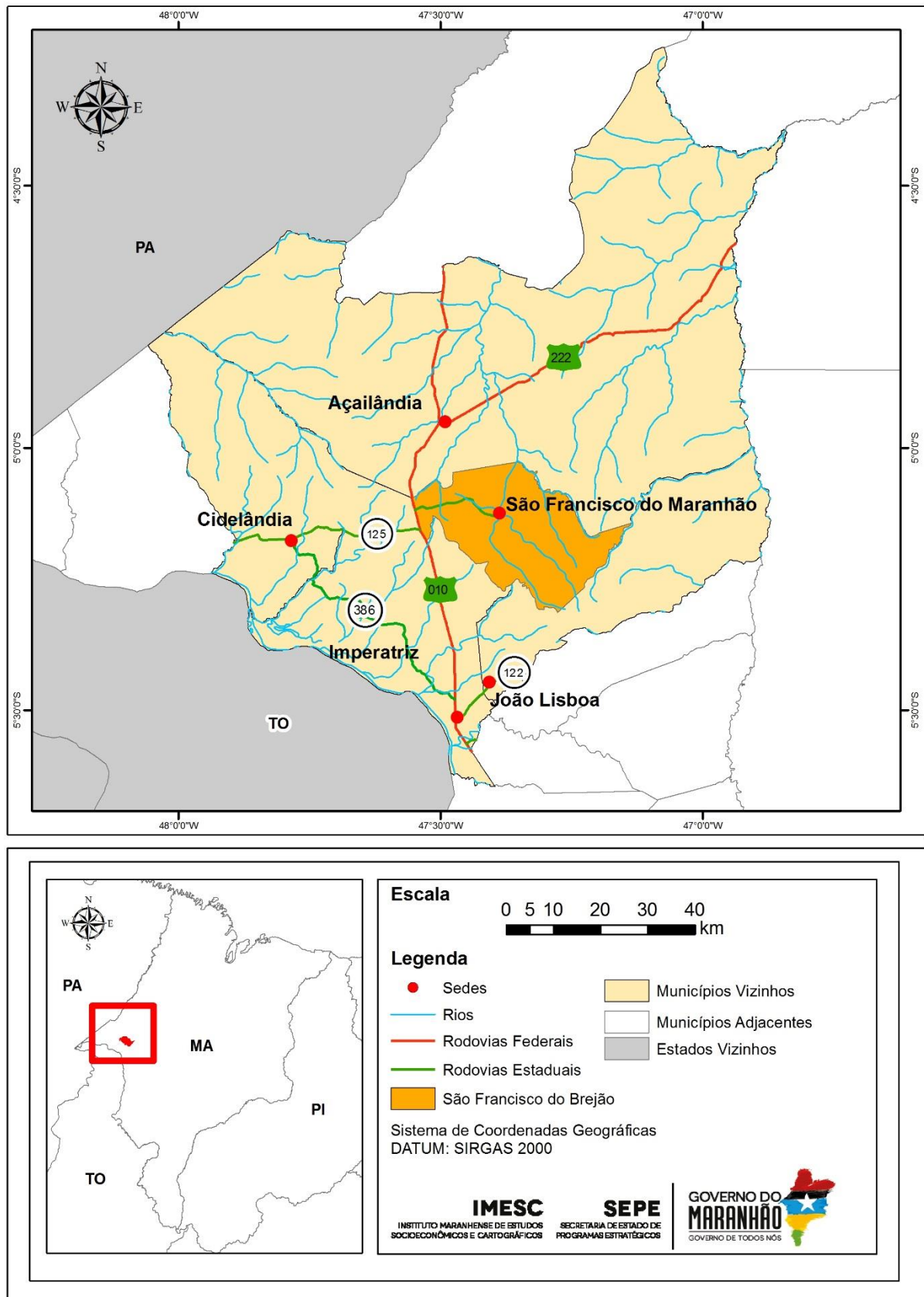
Limita-se ao Norte com o município de Açailândia; ao Oeste com Cidelândia e Imperatriz; ao Sul com João Lisboa; ao Leste com João Lisboa e Açailândia (**Figura 63**).

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas: Norte -05° 01' 33" de latitude e -47°21'00" de longitude; Oeste -47°33'14" de longitude e -05°05'41" de latitude; Sul -05°18'49" de latitude e -47°16'34" de longitude e Leste -47°08'06" de longitude e -05°08'34" de latitude.

Extensão

O município ocupa a 130ª posição no *ranking* estadual em extensão com 745,606 km², representando 0,23% do território maranhense. Em relação a Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, está na 5ª posição com 4,86%.

Figura 63 – Mapa de localização do município São Francisco do Brejão



Fonte: IBGE; IMESC (2019)

Processo de Ocupação⁹

O devassamento da área onde está a atual cidade de São Francisco do Brejão se deu a partir de 1967, com a presença do baiano Clemente, morador de Pequiá dos Baianos, primeiro desbravador a chegar nessas terras. Após produzir a primeira safra de cereais teve sua vida ceifada numa vereda que dava acesso à cidade de João Lisboa, onde tivera um desentendimento com seu companheiro de migração.

A maioria dessas terras estava sob custódia de um morador de Pequiá dos Baianos, o Sr. Juvenor. Ele tomava posse das terras e as vendia como se fosse dono.

Em 1969, o baiano Claudino Borges Leal, conhecido por “Colodino” ou “Coló”, atraído pela fertilidade do solo, fixou residência nessa terra, iniciando o povoamento do lugar e tornando-se o fundador da localidade.

Com a abertura da estrada Belém-Brasília (BR-010), a região do entorno de Imperatriz atraiu diversos imigrantes de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Piauí e de outras cidades do Maranhão.

Ainda em 1969, André Viana da Silva e sua esposa, Josefa Ferreira Alves, bem como suas filhas, abrindo veredas a facção, chegaram até o local onde estava seu conterrâneo Colodino. O casal ainda adquiriu um pedaço de terra que pertencia ao senhor Juvenor.

Passando algum tempo, Colodino desiludiu-se do Maranhão e retornou à sua terra natal. O Sr. André adquiriu grande gleba de terras e abriu com força braçal estradas por onde escoaria sua safra até Imperatriz.

Na década de 1970, houve uma expansão da povoação, com a chegada de José Pereira (Zé da Latada), Maria Alexandrina de Meneses (Maria Moisés) e seus filhos Manoel, Francisco, José e Expedito, que emigraram do estado do Ceará.

Em seguida chegou o Sr. Luís Teles de Meneses, mais conhecido por Luís Neco, foi ele quem cavou uma cacimba, que atualmente está na área dos brejos. Em 1971 uma grande chuva caiu sobre a região e destruiu grande número de plantações, formando um grande brejo que praticamente circunda a cidade. Daí o nome dado a povoação “Brejão”.

O Sr. Luís Neco foi o dono da primeira casa construída em São Francisco do Brejão, de onde originou-se a Avenida Castelo Branco, e demarcação de outras ruas. O senhor Antônio Sendero era quem comprava a maioria dos legumes, o senhor João Pinto o que abastecia as

⁹ O processo de ocupação foi retirado da obra de VALE, Francisco. **Lá entre os Brejos**. Imperatriz: Ética, 2012.

casas com mercadorias e seu Cloves Matos era o farmacêutico. Posteriormente, chegaram outros moradores: Júlio Roque, Severiano Vitor Prates e muitos outros.

Quando da primeira missa na pequena localidade em 13 de dezembro de 1972, frei César Gavazzi trouxe consigo uma imagem de São Francisco de Assis, o que incentivou alguns fiéis a batizar a localidade de São Francisco. Porém, para não desapontar os que preferiam Brejão, celebraram-se o acordo entre os moradores de chama-la São Francisco do Brejão.

Em 1979, foi construída a primeira escola no povoado, a Escola Municipal Tobias Barreto.

Na década de 1980, o povoado se destacou como grande produtor de cereais e extração da madeira, levando-o a ser conhecido como grande produtor de arroz. No final da década de 1980, a agricultura já não era mais a atividade principal, pois a criação de gado tinha aumentado consideravelmente. Sua atividade econômica principal se voltou para a produção de leite.

Na metade da década de 1980, chegou em São Francisco do Brejão o posto telefônico e um destacamento da polícia militar.

Em 30 de janeiro de 1981 o povoado, que já tinha pelo menos três mil habitantes, recebeu a rede elétrica. Em 1983, a Fundação SESP – órgão de saúde do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de Imperatriz, perfurou um poço artesiano e instalou um sistema de distribuição de água no povoado. A Fundação SESP construiu também o primeiro posto de saúde da localidade.

A partir de 1987, o povoado vive um momento de forte atração populacional e econômica com a construção do trecho da Ferrovia Norte-Sul, recebendo um canteiro de obras comandado pela empresa Paranapanema S/A. No dia 10 de janeiro de 1989, o trecho da obra foi concluído.

Em 1988, a Escola Tobias Barreto já não era suficiente para abrigar a demanda de alunos. Neste período foi construída uma nova escola, a Escola Municipal Raimundo de Moraes Barros.

No início da década de 1990, foi instalada a Casa de Saúde São Francisco, que possibilitou a realização de procedimentos médicos e a construção da Praça São Francisco.

O desenvolvimento do povoado, mobilizou a população em favor de um plebiscito para desmembramento, até que pela Lei Estadual nº 6.139, de 11 de outubro de 1994, o povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São Francisco do Brejão, desmembrado de Imperatriz e Açailândia e instalado em 01 de janeiro de 1997.

A primeira eleição ocorreu em 3 de outubro de 1996, sendo eleita como prefeita a Sra. Francisca Sônia Araújo dos Santos (1997-2000), no final do mandato a prefeita renunciou e em seu lugar assumiu o vice-prefeito Nailton Alves Teixeira (10/2000-12/2000). O segundo prefeito eleito foi Francisco Santos Soares, mais conhecido como Franciscano, assumindo dois mandatos (2001-2004/2005-2008). Posteriormente assumiu Alexandre Araújo dos Santos (2009-2012), Magnaldo Fernandes Gonçalves (2013-2016), que vítima de uma leucemia aguda faleceu em 2015, assumindo o vice-prefeito, o senhor José Osvaldo Farias, conhecido como Zé Dóia (06/2015-2016) e atualmente Adão de Sousa Carneiro (2017-2020).

Ambiente Físico

Inserida na Província Parnaíba, o município São Francisco do Brejão faz parte da Bacia Sedimentar do Grajaú. Esta bacia teve o início de seu preenchimento no Aptiano, com uma fase transgressiva representada por arenitos finos e conglomeráticos depositados em ambiente fluvio-deltaico (Formação Grajaú) e folhelhos calcários e anidritas depositados em ambiente marinho (Formação Codó). O estágio seguinte de preenchimento, que foi regressivo, recobriu em concordância essas unidades durante o final do Cretáceo e início do Terciário, com depósitos interpretados como fluvio-lacustres das formações Itapecuru e Ipixuna. Em seguida ao preenchimento da Bacia do Grajaú, houve um período de estabilidade tectônica (Paleógeno), marcado pelo desenvolvimento de bauxita/laterita ferruginosa sobre os depósitos Itapecuru e Ipixuna (SILVA et al. 2003).

A base geológica da área, de acordo com Klein e Sousa (2012), corresponde a três unidades principais: Cobertura Laterítica Matura, Grupo Itapecuru e Formação Ipixuna.

As coberturas Lateríticas Maturas são caracterizadas por apresentarem um perfil laterítico completo, constituído da base para o topo pelos horizontes pálido ou transicional, argiloso, bauxítico e/ou fosfático e crosta ferruginosa. É relacionada à Superfície de Aplainamento Sul-Americana, do Cretáceo Superior ao Terciário Inferior. Geralmente define um relevo tabular, fortemente dissecado. Existem dois tipos de perfis lateríticos dominantes separados por uma inconformidade maior. A sequência mais antiga (Paleógeno) abrange as topografias mais altas e é profundamente dissecada por amplos vales e a sequência mais jovem (Neógeno) está numa superfície 70m abaixo da superfície mais antiga.

O Grupo Itapecuru é composto por arenitos finos, estratificados, caulínicos, friáveis e de cor rosa à amarela esbranquiçada. Pelitos e arenitos conglomeráticos ocorrem

subordinadamente. O contato inferior com as formações Codó e Grajaú é predominantemente concordante, porém com discordâncias locais. A unidade é recoberta discordantemente por material argilo-arenoso cenozoico.

A Formação Ipixuna, datada do Cretáceo Superior-Paleógeno Inferior, é composta por camadas compostas essencialmente por argilas e arenitos caulínicos com estratificação cruzada, sobrepostas ao Grupo Itapecuru. A unidade é subdividida em duas litologias, designadas de A e B. A litologia A é composta por arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada tangencial e restritamente por siltitos e argilitos vermelhos. A litologia B é composta por ritmitos de argilitos e arenitos brancos, finos, caulínicos, com estratificação cruzada e bancos de caulim.

Geomorfologicamente o município se insere no Planalto Dissecado Gurupi-Grajaú, representado por um conjunto de superfícies tabulares elevadas por epirogênese e bruscamente delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados, apresentando desnivelamentos locais, por vezes superiores a 100 m. Esse planalto dissecado se destaca topograficamente por apresentar um front movimentado de colinas dissecadas e morros (BANDEIRA, 2013).

Essas superfícies são sustentadas, indistintamente, por espessos perfis lateríticos maduros, aluminoferruginosos. Sotopostos aos espessos perfis lateríticos, jazem os arenitos cretácicos das formações Itapecuru e Ipixuna.

Os interflúvios localizados nesse domínio, abrangendo os vales dos rios Zutuia, Buriticupu, Pindaré, Açailândia e Gurupi são modelados em cotas mais elevadas, apresentando predomínio de planaltos mais elevados, profundamente sulcados em íngremes vales encaixados, entalhados também por densa rede de drenagem de padrão subdendrítico a treliça.

Esse relevo movimentado, caracterizado por franca dissecação de extensas superfícies planálticas alçadas em cotas relativamente modestas, caracteriza-se por apresentar topos planos dos baixos platôs, recobertos por solos espessos e bem drenados, como Latossolos, sendo os mais elevados posicionados em cotas entre 250 e 400 m de altitude; patamares estruturais, posicionados em cotas intermediárias, resultantes da dissecação diferencial do planalto sedimentar; vertentes circunjacentes fortemente entalhadas, que, devido ao recuo progressivo dos declivosos rebordos erosivos, vêm destruindo as baixas superfícies planálticas e; superfícies onduladas, aplainadas ou reafeiçoadas em formas colinosas, que se espriam pelos fundos de vales (BANDEIRA, 2013).

Os solos do município estão representados pelos latossolos, argissolos e gleissolos (SANTOS *et al.*, 2018). Os latossolos compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto hístico. São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos e virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. Variam de fortemente a bem drenados e normalmente são muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de subhorizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. São, em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, distróficos ou alumínicos. Sobre os topos planos das superfícies planálticas predominam os Latossolos Amarelos distróficos.

Os argissolos compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. A textura varia de arenosa a argilosa a muito argilosa. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa e predominantemente cauliníticos. Nos baixos platôs dissecados e nas encostas dos vales escavados, os solos são menos profundos e lixiviados, destacando-se os argissolos vermelho-amarelos distróficos e eutróficos e argissolos vermelhos eutróficos

Os gleissolos compreendem solos hidromórficos, constituídos por material mineral. Esses solos encontram-se permanente ou periodicamente saturados por água. Caracterizam-se por solos mal ou muito mal drenados, em condições naturais, tendo o horizonte superficial cores desde cinzentas até pretas. Desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais e lacustres, como também em materiais residuais em áreas abaciadas e depressões. São solos que ocorrem sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea.

O município faz parte das bacias hidrográficas do Rio Gurupi e Pindaré, sendo seu território cortado pelos córregos Brejão, Pequiá, Água Branca e Mosquitos.

A vegetação faz parte da Floresta Amazônica, composta pela floresta ombrófila aluvial e submontana. O primeiro tipo ocupa as áreas mais úmidas dos vales onde se destacam as palmáceas: açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia Vinifera*) e buritirana (*Mauritia aculeata*); o segundo corresponde às formações mais exuberantes, ocupando as áreas dissecadas

do relevo de planalto com solos medianamente profundos, composta principalmente por árvores de alto porte, algumas ultrapassando 50 metros. Entre as espécies mais comuns, estão a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a andiroba (*Carapa Guianensis*). Essa se encontra bem descaracterizada no município, restando poucas áreas com este tipo de vegetação (IBGE, 2012).

No município, encontra-se um mosaico vegetacional interessante, reflexo da intervenção humana para o uso da terra. A primeira refere-se à vegetação secundária, altamente descaracterizada da vegetação primária, caracteriza-se por apresentar porte arbóreo mediano a arbustivo, com árvores muitas vezes espaçadas. Entremeada entre a vegetação secundária, tem-se as pastagens, representadas em sua maioria por gramíneas, utilizadas principalmente para a pecuária de corte e leite; agricultura, caracterizada por culturas temporárias e permanentes e reflorestamento e/ ou florestamento que se dá principalmente pela silvicultura, com grandes áreas plantadas com eucalipto (*eucalyptus*) e outros vegetais.

O clima caracteriza-se por ser tropical quente e úmido, com moderada deficiência de água entre os meses de junho a setembro, megatérmico, ou seja, temperatura média anual entre 25°C e 26°C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial nos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual. A umidade relativa do ar anual está entre 73 e 79% e os totais pluviométricos anuais entre 1200 a 1600 mm (UEMA, 2002).

Espaço Urbano

O espaço urbano de São Francisco do Brejão (**Figura 64**) formou-se “*a priori*” em uma área plana, próximo a vários brejos. Com a abertura da MA 125 e a constituição da primeira rua, atualmente denominada de Avenida Castelo Branco, esta tornou-se o marco inicial da povoação. A partir disso, a cidade se expandiu para ambos os lados da avenida, com ruas e travessas retas, conformando um “tabuleiro de xadrez”, atual centro da cidade. Posteriormente, surgiram vários bairros, como Novo Horizonte, Vila Franciscano I, Vila Franciscano II e Habitat Brasil, fazendo com que a cidade se expandisse para outras direções.

Figura 64 – Vista área da cidade de São Francisco do Brejão



Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão

A avenida principal da cidade é a Castelo Branco (**Figura 65**), com 1,2 km de extensão; possui pavimentação diferenciada dos outros logradouros, toda formada por bloquetes quadrados, possui canteiro central, arborizada por árvores frondosas, em seus primeiros 65 metros de extensão; posteriormente, toma a forma de uma rua simples em bloquetes hexagonais, nessa também se distribui vários comércios, restaurantes, banco, loteria, hospital municipal, biblioteca, igrejas evangélicas, posto de combustíveis e no final está uma praça (**Figura 66**) e a igreja matriz de São Francisco de Assis.

Figura 65 – Avenida Castelo Branco



Fonte: IMESC (2019)

Figura 66 – Praça São Francisco de Assis



Fonte: IMESC (2019)

As residências em sua maioria são térreas, de alvenaria e com telhado aparente; na Avenida Castelo Branco, as residências são mistas, abrigando muitas vezes comércio, neste caso são geminadas e possuem dois pavimentos. Nos demais bairros, as residências são um pouco mais separadas e com quintais grandes e arborizados com árvores frutíferas. As ruas e travessas em sua maioria são pavimentadas com asfalto e bloquetes. Entre as ruas Padre Cícero

e da Serraria, localiza-se o centro administrativo, câmara municipal e o estádio. No cruzamento das ruas Maranhão e São José ocorre a tradicional feira ao ar livre com venda de produtos diversificados.

Duas áreas de expansão da sede municipal se destacam; uma no Sudoeste da cidade, a Vila Franciscano II, separada do núcleo principal, posterior aos brejos e interligada por uma ponte, formando a rua São Raimundo. A outra área se localiza ao Oeste, expandindo-se paralela a Ferrovia Norte-Sul, do lado direito, ainda não se consolidou, possuindo pouquíssimas residências, além de um espaço livre onde está um grande loteamento. Do lado esquerdo, a ocupação é mais consolidada, com presença de várias residências e grande área ainda não ocupada.

Duas áreas chamam atenção: Trecho Seco e Vila União, principalmente no que se refere ao seu porte e porque pela Lei Municipal nº 283 de 10 de agosto de 2018, os inclui como áreas pertencentes ao perímetro urbano municipal.

Vila União se distribui ao longo da MA 125 com ruas transversais piçarradas. As residências são térreas e em sua grande maioria de alvenaria cobertas de telhas de barro, embora haja casas de taipa. O bairro possui uma praça, na frente da qual está uma escola e a igreja católica, um posto de saúde, um campo de futebol, uma igreja evangélica, um poço artesiano com caixa d'água e alguns pequenos comércios.

Trecho Seco expande-se ao longo da BR 010, no sentido Leste, com várias ruas e travessas, algumas pavimentadas com bloquetes, embora haja várias piçarradas. Possui bom padrão construtivo com residências térreas, de alvenaria e cobertas de telhas de barro. Na comunidade há um posto da polícia militar, escola, posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, posto de combustíveis, praças, campo de futebol, igrejas, poço artesiano com caixa d'água, comércio diversificado, farmácia, bares, padaria, pequenos restaurantes e diversas barracas de produtos alimentícios, principalmente frutas, amêndoas, compotas e outros. Na intercessão da MA 125 com a BR 010, há monumento da “capital do leite”, com estatuas do ordenhador e uma vaca com cria, que chama a atenção dos visitantes.

Espaço Rural

O espaço rural distribui-se nos seguintes povoados e um assentamento.

Povoados: Derradeira, Aguda, Vila Pitica, Vila Santo Antônio, Serra do Cravim, Pé da Serra, Volta de Ouro, Vila Leal, Vila Boa Esperança, Caneleiro, Barraco de Tábua, Centro do

Zezinho, Brejinho, Planalto Pequiá, Lindaura, Centro dos Curicas, Hotel da Moita, Lagoa do Pote, Centro do Robertão, São Benedito e Capemba d'Água.

Assentamento: PA João Palmeira/Castália

Utilização das Terras

As informações obtidas pelo censo agropecuário (IBGE, 2017) e plotados na **Tabela 42** sobre as atividades desenvolvidas no espaço rural do município, inferem que os itens: pastagens plantadas em boas condições, lavoura temporária e lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis são as que mais ocupam estabelecimentos. Não se fez a distribuição dos percentuais por estabelecimento, devido o mesmo ocupar mais de uma atividade.

Quanto à área, dos 65.465 hectares, 75% estavam com as pastagens em boas condições, reflexo de o município possuir uma bacia leiteira dinâmica e rebanho bovino relevante, que carece de grandes áreas de pastagens. Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal representaram 14%, lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis 4%, pastagens plantadas em más condições 3%, lavoura temporária 2%, sistemas agroflorestais 1%. As demais classes representaram menos de 1% cada (**Tabela 42**).

Tabela 42 – Número de estabelecimento e área, segundo a utilização das terras

Utilização das terras	Nº de Estabelecimento (Unidades)	Área (ha)
Lavouras permanentes	104	87
Lavouras temporárias	203	1.181
Lavouras para cultivo de flores	1	-
Pastagens plantadas em boas condições	382	49.194
Pastagens plantadas em más condições	80	1.776
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	136	9.300
Matas ou florestas naturais	10	382
Matas ou florestas plantadas	3	-
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	99	918
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	474	2.627
Total	-	65.465

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Condição do Produtor

Quanto a condição do produtor, ocupam 508 estabelecimentos. Destes, 68% são de proprietários, 17% de concessionários ou assentados que aguardavam titulação definitiva, 11% de ocupantes, 2% de comandatários, 1% de parceiros. Arrendatário e produtor sem área representaram menos de 1% cada.

Em relação aos 68.632 hectares, os proprietários correspondem a 96%, concessionário ou assentado que aguardavam titulação definitiva 4%; parceiro, comandatário e ocupante corresponderam a menos 1% cada (**Tabela 43**).

Tabela 43 – Número de estabelecimentos e área, segundo a condição do produtor

Condição do produtor em relação à terra	Nº Estabelecimento (Unidades)	Área (Hectares)
Proprietário	345	65.637
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	84	2.660
Arrendatário	1	-
Parceiro	7	39
Comandatário	9	117
Ocupante	57	179
Produtor sem área	5	-
Total	508	68.632

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Demografia

Com um total de 10.261 habitantes no ano de 2010 (IBGE), São Francisco do Brejão ocupava a 177ª posição no *ranking* populacional do Maranhão, representando 0,16% da população do estado. Em termos regionais, situa-se na 5ª posição em relação à Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, correspondendo a 4,41%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM foi de 0,584 ocupando a 83ª posição no estado. Em 2020 a estimativa da população foi de 11.941 habitantes. Sua densidade demográfica é de 16,01 hab./km²; os que nascem no município são denominados de brejãoense.

No decênio de 2000 a 2010 a população apresentou uma taxa de crescimento de 45%. Nesse mesmo intervalo, a população urbana do município teve aumento de 26%, e por sua vez, a população rural também cresceu 68%. Nesse período, a população masculina aumentou 43% e a feminina 48%.

Em relação ao gênero, a população masculina, em 2000, representou 52%, enquanto a feminina, correspondeu a 48% da população. Em 2010, há quase uma equiparação entre os gêneros, a masculina representou 51% e a feminina 49%. Quanto a população urbana, em 2000, essa representou 54% e a rural 46%; em 2010, há uma inversão nos percentuais, a população rural é um pouco mais representativa, com 53% e a população urbana equivaleu a 47% (**Tabela 44**).

Tabela 44 – Distribuição da população residente

População	Censo 2000	Censo 2010
Urbana	3.833	4.836
Rural	3.229	5.425
Masculina	3.694	5.268
Feminina	3.368	4.993
Absoluta	7.062	10.261

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000 e 2010)

Educação

A rede municipal de ensino é composta por 12 escolas, dessas três estão na cidade e nove na zona rural. Duas são de pré-escola e dez de ensino fundamental, funcionando no período matutino e vespertino. Possui 47 salas de aulas e um total de 2.123 alunos. Há também a Educação de Jovens de Adultos (EJA), funcionando no período noturno.

Em relação à educação estadual, há uma escola e um anexo em Trecho Seco. Nessas há 15 salas, funcionando no período matutino e noturno, com 450 alunos matriculados, sendo 284 na escola estadual e 166 no anexo e um total de 21 professores, dos quais apenas quatro moravam fora do município. Quanto a EJA, dispõe de duas turmas que funcionam no período noturno.

Como apoio, dispõe de uma biblioteca, oito salas de leitura, com distribuição de livros, fardamento e merenda escolar, utilizando produtos locais. Há também transporte escolar, com cinco ônibus, sendo três locados.

Na sede municipal há duas creches particulares e uma unidade semipresencial de ensino superior particular, com os seguintes cursos: Pedagogia, História, Geografia, Filosofia e Letras.

Saúde e Assistência Social

A referência no atendimento à saúde é o Hospital Municipal Santa Rosa (**Figura 67**) com 26 leitos no setor de internação, nesse hospital são realizados consultas e atendimentos em urgência e emergência, além de dispor de exames laboratoriais. Dentre as doenças as gripes e infecções intestinais são as mais frequentes atendidas na unidade de saúde. Além do hospital, o município tem três Unidades Básicas de Saúde (UBS) e três Postos de Saúde.

O hospital conta com duas ambulâncias, que em casos mais graves, os pacientes são transferidos para as cidades de Açailândia ou Imperatriz, com todos os custos de transportes

sendo de responsabilidade da prefeitura. Compõe a equipe de saúde: dois médicos, cinco enfermeiros e 10 técnicos de enfermagem.

Figura 67 – Hospital Municipal Santa Rosa



Fonte: IMESC (2019)

O programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), tem três equipes, com três médicos, três enfermeiros e treze técnico ou auxiliares de enfermagem, cobrindo todo o município. Faz parte também do ESF três equipes de saúde bucal, composta por três dentistas.

Funciona no município um Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), com fonoaudiologia, fisioterapeuta, assistente social e educador físico. A hipertensão e a diabetes são as doenças mais frequentes atendidas pelos profissionais ligados ao NASF. A distribuição de medicamentos é feita pela Farmácia Básica ligada à UBS.

No município atuam 23 agentes de saúde, destes nove trabalham na área urbana e 14 na zona rural. Além desses, tem sete agentes de vigilância epidemiológica e quatro agentes de vigilância sanitária.

Além dos programas citados, funciona o Conselho Tutelar e dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Onde são desenvolvidos os seguintes programas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo (SCVF) e Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência

e idosos. No CRAS Trecho Seco, são atendidos no SCVF: 57 crianças, 22 jovens e 20 idosos; no PAIF: 18 gestantes, 35 mulheres; e 36 no Programa Criança Feliz.

Economia

O PIB municipal em 2017 foi 141º no *ranking* estadual, correspondendo a 0,11% do PIB do Maranhão com o valor de R\$ 95,825 milhões. Para este valor, o setor de serviços participou com R\$ 61,485 milhões, o agropecuário R\$ 25,515 milhões, o industrial com R\$ 4,118 milhões e os R\$ 4,707 milhões restantes referem-se a cobrança de impostos. Em 2010, o IPEA registrou uma renda per capita de R\$ 253,78 reais.

Agricultura

A agricultura municipal é praticada de forma itinerante voltada para a subsistência. No Sindicato de Trabalhadores Rurais estão cadastrados 1.637 agricultores, mas apenas 120 estão regulares. A produção se baseia em grãos, principalmente arroz, milho, feijão e horticultura, com excedente vendido para os municípios de Açailândia e Imperatriz.

Agricultura temporária

Seis produtos são representativos na lavoura temporária de São Francisco do Brejão: amendoim, arroz, feijão, mandioca, melancia e milho.

Entre 2010 e 2019, a área colhida aumentou 2%, a quantidade produzida 43% e o valor da produção 83%. No período mencionado, a área colhida do amendoim aumentou 10%, o milho 103% e a da melancia 250%, ao passo que a do arroz, a do feijão, a da mandioca diminuíram, respectivamente, 96%, 57% e 47%.

Referente à quantidade produzida, o amendoim aumentou 12%, a melancia 307% e o milho 199%; o arroz reduziu em 96%, o feijão em 52% e a mandioca em 50%. No rendimento médio, os produtos que aumentaram foram: amendoim 2%, arroz 8%, feijão 13%, milho 48% e a melancia em 16%; teve o valor reduzido, a mandioca em 7%. Quanto ao valor da produção, o amendoim, a mandioca, a melancia e o milho cresceram 70%, 15%, 460% e 328% respectivamente; a desvalorização do valor da produção, foi sentido no arroz 93%, no feijão 10% (**Tabela 45**).

Em 2010, dos 551 hectares colhidos, 2% foram de amendoim, 36% de arroz, 12% de feijão, 5% de mandioca, 44% de milho e melancia e tomate representaram menos de 1% cada. Das 1.119 toneladas produzidas, 39% eram de milho, 27% de arroz, 23% de mandioca, 4% de tomate, 3% de melancia e feijão, cada e 1% de amendoim. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 45**. No valor da produção, dos R\$ 541 mil, a milho participou com 33%, o arroz com 30%, o feijão com 11%, o tomate com 10%, a mandioca com 9%, o amendoim 4% e a melancia 2% (**Tabela 45**).

Em 2019, dos 561 hectares de área colhida, o milho ocupou 88%, o feijão 5%, a mandioca 3%, o amendoim 2%, o arroz e a melancia, corresponderam com 1% cada. Relacionada a quantidade produzida, das 1.601 toneladas, milho contribuiu com 82%, a mandioca e a melancia 8% cada, o amendoim, o arroz e o feijão representaram 1% cada. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 45**. Para o valor da produção, dos R\$ 992 mil, o milho contribuiu com 78%, o feijão, a mandioca e a melancia com 6% cada, o amendoim com 4% e o arroz com 1% (**Tabela 45**).

Tabela 45 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura temporária

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Tonelada)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Amendoim	10	11	17	19	1.700	1.727	23	89
Arroz	200	8	300	13	1.500	1.625	165	11
Feijão	65	28	31	15	476	536	62	56
Mandioca	30	16	255	127	8.500	7.938	48	55
Melancia	2	7	30	122	15.000	17.429	10	56
Milho	242	491	436	1.305	1.801	2.658	181	775
Tomate	2	-	50	-	25.000	-	52	-
Total	551	561	1.119	1.601	-	-	541	992

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010 e 2019)

Agricultura Permanente

Entre 2010 e 2019, a área colhida e o valor da produção aumentaram 433% e 114%, respectivamente, a quantidade produzida diminuiu em 19%. Na quantidade produzida não foi adicionada o coco-da-baía, pois sua produção é dada em mil frutos, enquanto os demais produtos são em toneladas.

No aludido intervalo, a área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e o valor da produção da banana tiveram diminuição de 50%, 65%, 31% e 49% respectivamente. Os demais produtos (coco-da-baía, borracha, laranja e limão) não foram analisados pois estes, se apresentam em anos distintos (**Tabela 46**).

Em 2010, dos 12 hectares de área plantada, 50% foram ocupados com banana e 25% com coco-da-baía e laranja cada. Das 103 toneladas produzidas (exceto o coco-da-baía, pois é dado em frutos por hectares, enquanto os demais produtos são quantificados em toneladas), a banana participou com 92% e a laranja com 8%. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 46**. Dos R\$ 64 mil do valor da produção, a banana contribuiu com 89%, o coco-da-baía 5% e a laranja 6% (**Tabela 46**).

Em 2019, dos 64 hectares colhidos, 94% foram relacionados à borracha, 5% banana e 2% limão. Das 88 toneladas, 33% foram de banana, 53% borracha e 2% limão. O rendimento médio pode ser observado na **Tabela 46**. Dos R\$ 137 mil, a banana contribui com 21%, a borracha com 77% e o limão com 1% (**Tabela 46**).

Tabela 46 – Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção da agricultura permanente

Produto	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Hectares)		Rendimento Médio (kg/ha)		Valor da Produção (Mil Reais)	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Banana	6	3	95	33	15.833	11.000	57	29
Coco-da-baía*	3	-	6	-	2.000	-	3	-
Borracha (látex coagulado)	-	60	-	53	-	883	-	106
Laranja	3	-	8	-	2.666	-	4	-
Limão	-	1	-	2	-	2.000	-	2
Total	12	64	-	88	-	-	64	137

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2010 e 2019)

*Mil frutos

Horticultura

Pelos dados do Censo Agropecuário (2017), foram produzidas 135 toneladas de produtos oriundos da horticultura, sendo que o tomate (estaqueado) representava 70%, o pimentão 15%, a alface 7%, a cebolinha 4%, o coentro 2% e a couve, o maxixe e o quiabo 1% cada.

Quanto às 132 toneladas de produtos vendidos, 71% corresponderam ao tomate, 14% ao pimentão, 6% a alface, 4% a cebolinha, 2% o coentro e 1% para couve, maxixe e quiabo cada.

Desta produção, foram contabilizados um valor de R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais), desses, 68% foram referentes ao tomate (estaqueado), 10% ao pimentão, 7% a alface, 6% o coentro, 5% a cebolinha, 2% a couve e 1% para o maxixe e o quiabo cada (**Tabela 47**).

Tabela 47 – Quantidade produzida, quantidade vendida e valor da produção por produtos da horticultura

Produto	Quantidade Produzida (Tonelada)	Quantidade Vendida (Tonelada)	Valor da Produção (Mil Reais)
Alface	9	8	27
Cebolinha	5	5	19
Coentro	3	3	21
Couve	1	1	9
Maxixe	2	1	4
Pimentão	20	19	38
Quiabo	1	1	3
Tomate (estaqueado)	94	94	252
Total	135	132	373

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

Observa-se que grande parte dos produtos hortícolas é produzida em pequenas propriedades e em quintais de residências na cidade, onde há grande diversidade de cebolinha, quiabo, cheiro verde, alface, couve, tomate e outros (**Figura 68**).

Figura 68 – Pequenas hortas em quintais na área urbana



Fonte: IMESC (2019)

Pecuária

A pecuária é a principal atividade econômica no município, sendo o rebanho bovino o mais importante, com criação semi-intensiva em pastos plantados. Esse é quase exclusivamente voltado à produção leiteira e secundariamente ao corte e abate.

Entre 2010 e 2019, o rebanho aumentou 3%, apresentado as seguintes variações: bovino -22%, bubalino -14%, equinos 77%, suíno 94%, caprino -46%, ovino 23% e galináceos 85%. Em 2010, das 110.934 cabeças, 76% eram de bovinos, 18% de galináceos, 3% de suínos, 2% de ovinos, 1% de equinos e menos de 1% para o bubalino e o caprino. Em 2019, o efetivo do rebanho foi de 114.224 animais, com 57% de bovinos, 33% de galináceos, 5% de suínos, 2% de equino e ovino cada, bubalino e caprino representaram menos de 1% (**Tabela 48**).

Tabela 48 – Efetivo dos rebanhos

Rebanho	2010	2019
	Número de cabeças (Unidades)	Número de cabeças (Unidades)
Bovino	83.885	65.456
Bubalino	131	113
Equino	1.408	2.491
Suíno	3.071	5.960
Caprino	111	60
Ovino	1.978	2.434
Galináceos	20.350	37.710
Total	110.934	114.224

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010 e 2019)

Em relação à produção da origem animal, em 2019, foram produzidos 9,309 milhões de litros de leite que renderam R\$ 9,216 milhões e 57 mil dúzias de ovos, valorizados em R\$ 340 mil. Somados, contribuíram com R\$ 9,556 milhões dos quais, 96% referem-se ao leite e 4% aos ovos de galinha.

A grande produção de leite, faz com que o município seja conhecido como a “Capital do Leite”, o que contribuiu para a implantação de laticínios, que fabricam diversos subprodutos que são comercializados nos municípios vizinhos e em diversos estados do Brasil.

Extrativismo e Silvicultura

Em 2019, foram produzidas 47 toneladas de carvão vegetal e 1.294 metros cúbicos, com as seguintes participações: lenha com 994 m³ e madeira em tora com 300 m³, representando, respectivamente 77% e 33%.

A renda adquirida com referidos produtos foi de R\$ 114 mil com as seguintes participações: carvão vegetal 20%, lenha 14% e madeira em tora 66% (**Tabela 49**).

Tabela 49 – Quantidade produzida e valor da produção extrativista vegetal

Produto	Quantidade Produzida		Valor da Produção (Mil Reais)
	(Tonelada)	(Metros Cúbicos)	
Carvão Vegetal	47	-	23
Lenha	-	994	16
Madeira em Tora		300	75
Total	47	1.294	114

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019)

Quanto aos produtos oriundos da silvicultura, há no município grandes plantações de eucalipto. De acordo com o IBGE (2019), foram produzidos 295.013 metros cúbicos de madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, que renderam R\$ 32,156 milhões.

Pesca e Aquicultura

No município, a pesca é praticada principalmente em açudes. Com 30 tanques produzem principalmente tambaqui e tilápia. O produto é consumido no próprio município e exportado para Açailândia e Imperatriz.

Em 2019, a criação de peixes em açudes ou tanques produziu 13.000 quilogramas, das quais 88% foram de tambaqui, 8% de tambacu/tambatinga, 2% de tilápia e outros peixes cada. Quanto ao valor de produção que foi de R\$ 115 mil, o tambaqui participou com 88%, tambacu/tambatinga 6% e ambos com 3% a tilápia e outros peixes (**Tabela 50**).

Tabela 50 – Produção e valor da aquicultura por tipo de produto

Espécie	Quantidade Produzida (Quilogramas)	Valor da Produção (Mil Reais)
Tambacu, tambatinga	1.000	7
Tambaqui	11.500	101
Tilápia	300	4
Outros peixes	200	3
Total	13.000	115

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2019)

Indústria

Encontra-se no município um total de 40 indústrias, sendo: uma de extração de minerais não metálicos, nesse caso, extração de minério de ferro; 15 de produtos alimentícios, sendo: uma de fabricação de conserva de frutas, oito laticínios, uma de beneficiamento de arroz, duas de fabricação de produtos de panificação, uma de massas alimentícias, uma de fabricação de alimentos e pratos prontos e, uma de fabricação de gelo comum; três de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; duas de fabricação de artigos para viagem e de artefatos de couro; uma de impressão de materiais para outros usos; uma de fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; uma de fabricação de esquadrias de metal; três de fabricação de móveis; uma de fabricação de escovas, pincéis e vassouras; uma de manutenção e reparo de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial; duas de construção de edifícios, duas de construção de outras obras de infraestrutura e sete de serviços especializados para construção (BRASIL, 2019).

O destaque no município é a indústria de laticínios e de beneficiamento de leite, com produção de queijo, requeijão e manteiga. Os mais importantes são Vale do São Francisco e o Aliança. Juntos, recebem aproximadamente, 120 mil litros de leite no período chuvoso. Fabricam queijo, requeijão, manteiga e exportam para todo Brasil.

Com relação ao Laticínio Vale do São Francisco, em entrevista de campo, o leite é oriundo de 150 fazendas cadastradas no município, recebendo 30 mil litros de leite diariamente, com produção exclusivamente de queijo tipo mussarela, atendendo toda a região Nordeste (Figura 69).

Figura 69 – Laticínio em São Francisco do Brejão



Fonte: IMESC (2019)

Comércio

A principal área comercial é a Avenida Castelo Branco. O comércio é exclusivamente varejista, representado por quitandas, supermercados e feiras, abastecidos com produtos oriundos, principalmente, de Imperatriz. De acordo com Brasil (2019), há no município 165 estabelecimentos comerciais, sendo: 11 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; cinco de comércio atacadista e 149 de comércio varejista.

Turismo

Um dos principais atrativos turísticos encontrados no município, além dos balneários, é o monumento da “Capital do Leite”, representado por uma vaca e um bezerro e seu ordenhador (**Figura 70**), localizado na interseção entre a BR-222 e MA-125, que dá acesso à cidade, o que atrai grande quantidade de visitantes que passam pela rodovia e param para fazerem diversos registros fotográficos.

Figura 70 – Monumento “Capital do Leite”



Fonte: IMESC (2019)

Quanto aos balneários têm-se: Novo Horizonte, localizado próximo à cidade, no Córrego Brejão, dispondo de barracas de palha e bares (**Figura 71**) e o Banho do Noca, no Córrego Noca. A serra do Cravinho, a vaquejada e o Lava-Pratos.

Figura 71 – Balneário Novo Horizonte, Córrego Brejão



Fonte: IMESC (2019)

A culinária tem como pratos principais, os que utilizam queijo, o cozidão e a galinha caipira. O município dispõe de um hotel, 22 estabelecimentos de alimentação e bebidas.

Folclore e Lazer

As manifestações folclóricas ficam por conta das luxuosas quadrilhas juninas, representadas pelos grupos do Raimundão, das Virgens, Vai Rasgando e Pau Virado.

Os principais eventos que ocorrem no município são: vaquejada que acontece no mês de junho no Parque Raimundo Alves de Oliveira, e escolha da rainha da vaquejada; dia do evangélico, comemorado em 6 de novembro; Lava-Pratos: Brejão Folia, ocorre na Avenida Castelo Branco, com montagem de palco e shows, no mês de abril; festas juninas, ocorrem na quadra de esportes da sede e em Trecho Seco, com montagem de barracas, comidas e bebidas típicas, palco e apresentação de danças típicas e shows; 7 de setembro; aniversário da cidade em 10 de novembro; festa do padroeiro São Francisco de Assis; gincanas e feiras culturais promovida pelas escolas municipais. Está em planejamento a criação da Festa do Leite.

Em relação ao entretenimento, existem dois parques de vaquejada, uma quadra poliesportiva, um campo de futebol, um estádio de futebol “Cruzadão” (**Figura 72**), cinco restaurantes, 15 bares, duas casas de shows, dois clubes, uma banda de música e uma biblioteca.

O artesanato é representado por tapetes de tecido. O ritmo mais apreciado é o forró.

Figura 72 – Estádio de Futebol o “Cruzadão”



Fonte: IMESC (2019)

Poderes Judiciário e Legislativo

O município é entrância do município de Açailândia, funcionando na cidade um cartório e uma delegacia. Corresponde a 98ª zona eleitoral, com registro de 6.981 eleitores e nove vereadores (TSE, 2020).

Religião

O principal templo católico é a Igreja de São Francisco de Assis (**Figura 73**) padroeiro do município; além desse, há mais um na sede e três na área rural.

Os evangélicos, possuem dez templos na cidade e sete na zona rural, sendo as principais congregações a Assembleia de Deus, Batista e Cristã do Brasil.

Figura 73 – Igreja Matriz de São Francisco de Assis



Fonte: IMESC (2019)

De acordo com o IBGE (2010), dos 10.261 habitantes, 71% se declararam católicos, 22% evangélicos e 6% sem religião; espíritas, outras religiões e não sabiam qual a sua religião, representaram menos de 1% cada (**Tabela 51**).

Tabela 51 – População residente por religião

Religião	Número de adeptos
Católicos	7.305
Evangélicos	2.207
Espírita	7
Outras Religiões	85
Sem religião	645
Não sabe	12
Total	10.261

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Infraestrutura

O abastecimento de água é de responsabilidade municipal, por meio da Companhia Municipal de Águas, Esgotos e Recursos Hídricos (CAESB) e da CAEMA, através de poços artesianos. No município não há esgotamento sanitário, a maioria da população possui fossas sépticas. Quanto à coleta de lixo, é realizada cinco vezes na semana, na sede, Trecho Seco e nas Vilas Palmeira e União; o lixo é transportado em caçambas e caminhão depositado em um lixão a céu aberto a dois quilômetros da sede.

A fonte de energia é hidroelétrica, de responsabilidade do Grupo Equatorial Energia. Em 2018, o consumo de energia registrado foi de 5.801.248 Mwh distribuídos em: 55% residencial, 19% rural, 8% comercial, 7% iluminação pública, 5% poder público, 4% serviço público e industrial 2% (**Tabela 52**).

Tabela 52 – Consumo de energia elétrica por classe

Usuário	Consumo em Mwh
Residencial	3.166.193
Industrial	128.062
Comercial	453.776
Rural	1.088.675
Poder Público	302.228
Iluminação Pública	432.751
Serviço Público	229.563
Total	5.801.248

Fonte: CEMAR; IMESC (2018)

Serviços e Comunicação

A rede bancária é representada por uma agência do Bradesco e do SICOOB e uma agência dos Correios. Na área da telefonia possui cobertura das operadoras CLARO e OI, esta última com linha fixa e internet oriunda das prestadoras Júpiter, Plugar e OI.

Como meio de comunicação local, o município possui o jornal “A Hora” com publicação mensal.

Transporte

A cidade de São Francisco do Brejão localiza-se a 604 km da capital São Luís podendo ser alcançada por meio das BRs 135 e 222 e MA 125. As viagens podem ser realizadas por intermédio de micro-ônibus e vans, que fazem viagens todos os dias pela manhã para as cidades de Açailândia e Imperatriz.

O traslado urbano–rural é realizado por veículos particulares e pelo caminhão que faz transporte de leite e principalmente por motos. Na cidade, o transporte se dá mediante veículos próprios.

O município é cortado por duas importantes ferrovias: Carajás e Norte-Sul (**Figura 74**).

Figura 74 – Ferrovia Norte-Sul e detalhe da MA-125



Fonte: IMESC (2019)

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Isaias Neres. **História e aspectos gerais:** do Povoado Km 100 ao Município de Bom Jesus das Selvas – MA. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2010.

AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu-MA:** sua história, geografia, e características gerais – 42 anos de fundação, 21 de emancipação. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento (Org.). **Geodiversidade do estado do Maranhão.** Teresina: CPRM, 2013.

BARROS, Frank. **Itinga sua história, sua gente.** Imperatriz: Editora Ética, 2003.

BRASIL. Ministério da Economia – Receita Federal. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica:** 2019. Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas:** 2020. Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** 2. Ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, 2019.** Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 20 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, 2019.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 20 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal – PAM, 2019.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 02 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Estimativa da população, 2020.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 01 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Demográfico 2000 e 2010.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 06 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Agropecuário, 2017 – Resultados Definitivos**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e região geográfica intermediária; 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. **Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2010.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**. São Luís: IMESC, 2020.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios Maranhenses - 2017**. São Luís: IMESC, v. 13, 2019.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatistica-da-educacao-basica>. Acesso em: 23 set. 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013: perfil municipal**. Disponível em: <http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/perfil>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KLEIN, Evandro Luiz; SOUSA, Cristiane Silva de (Orgs.). **Geologia e Recursos Minerais do Estado do Maranhão: Sistema de Informações Geográficas – SIG: texto explicativo dos mapas Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Maranhão**. Escala 1:750.000. Belém: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2012.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. **217: Literatura, contos, crônicas e poesias de cordel para todas as idades e gostos**. Açailândia - MA: Edição do Autor, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA. **Plano Diretor Participativo de Açailândia 2006-2015**. Disponível em: <http://www.acailandia.ma.gov.br/legislacao/plano-diretor/1>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos; JACOMINE, Paulo Klinger Tito; ANJOS, Lúcia Helena Cunha dos; OLIVEIRA, Virlei Álvaro de; LUMBRERAS, José Francisco; COELHO, Maurício Rizzato; ALMEIDA, Jaime Antonio de; ARAÚJO FILHO, José Coelho de; OLIVEIRA, João Bertoldo de; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SILVA, Augusto J. Pedreira da; LOPES, Ricardo da Cunha; VASCONCELOS, Antônio Maurílio; BAHIA, Ruy B. C. **Bacias Sedimentares Paleozoicas e Meso-Cenozoicas Interiores**. IN: BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. *Geologia Tectônica e Recursos Minerais do Brasil*. Brasília: CPRM, 2003.

Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEO. **Atlas do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Geplan, 2002.

VALE, Francisco. **Lá entre os Brejos**. Imperatriz: Ética, 2012.

ÍNDICE

AÇAILÂNDIA, 15

Agricultura, 44
 Agricultura Temporária, 45
 Agricultura Permanente, 46
 Horticultura, 48
Ambiente Físico, 24
Comércio, 55
Condição do Produtor, 38
Demografia, 39
Economia, 44
Educação, 40
Espaço Rural, 37
Espaço Urbano, 28
Extensão, 19
Extrativismo e Silvicultura, 50
Folclore e Lazer, 57
Indústria, 53
Infraestrutura, 61
Localização, 17
 Mapa do Município, 18
Pecuária, 49
Pesca e Aquicultura, 52
Poderes Judiciário e Legislativo, 59
Processo de Ocupação, 19
Religião, 59
Saúde e Assistência Social, 42
Serviços e Comunicação, 62
Símbolos Municipais, 15
 Bandeira, 16
 Brasão, 15
 Hino, 16
Transporte, 62
Turismo, 55
Utilização das Terras, 37

BOM JESUS DAS SELVAS, 65

Agricultura, 90
 Agricultura Temporária, 91
 Agricultura Permanente, 92
 Horticultura, 93
Ambiente Físico, 76
Condição do Produtor, 86
Comércio, 97
Demografia, 87
Economia, 90
Educação, 88
Espaço Rural, 85
Espaço Urbano, 80
Extensão, 76
Extrativismo e Silvicultura, 94
Folclore e Lazer, 98
 Lendas, 99
Indústria, 96
Infraestrutura, 100
Localização, 67
 Mapa do Município, 68
Pecuária, 93
Pesca e Aquicultura, 95
Poderes Judiciário e Legislativo, 99
Processo de Ocupação, 69
Religião, 99
Saúde e Assistência Social, 89
Serviços e Comunicação, 101
Símbolos Municipais, 65
 Bandeira, 65
 Brasão, 65
 Hino, 66
Transporte, 101
Turismo, 97
Utilização das Terras, 85

BURITICUPU, 102

Agricultura, 122
 Agricultura Temporária, 122
 Agricultura Permanente, 124
 Horticultura, 124
Ambiente Físico, 109
Comércio, 128
Condição do Produtor, 118
Demografia, 119
Economia, 122
Educação, 119
Espaço Rural, 116
Espaço Urbano, 113
Extensão, 106
Extrativismo e Silvicultura, 126
Folclore e Lazer, 129
Indústria, 127
Infraestrutura, 131
Localização, 104
 Mapa do Município, 105
Pecuária, 125
Pesca e Aquicultura, 126
Poderes Judiciário e Legislativo, 129
Processo de Ocupação, 106
Religião, 129
Saúde e Assistência Social, 120
Serviços e Comunicação, 131
Símbolos Municipais, 102
 Bandeira, 103
 Brasão, 102
 Hino, 103
Transporte, 132
Turismo, 128
Utilização das Terras, 117

ITINGA DO MARANHÃO, 133

Agricultura, 151
 Agricultura Temporária, 151
 Agricultura Permanente, 152
 Horticultura, 153
Ambiente Físico, 139
Comércio, 156
Condição do Produtor, 146
Demografia, 147
Economia, 150
Educação, 148
Espaço Rural, 145
Espaço Urbano, 143
Extensão, 136
Extrativismo e Silvicultura, 155
Folclore e Lazer, 158
Indústria, 156
Infraestrutura, 162
Localização, 136
 Mapa do Município, 137
Pecuária, 154
Pesca e Aquicultura, 155
Poderes Judiciário e Legislativo, 161
Processo de Ocupação, 136
Religião, 161
Saúde e Assistência Social, 149
Serviços e Comunicação, 163
Símbolos Municipais, 133
 Bandeira, 134
 Brasão, 133
 Hino, 135
Transporte, 163
Turismo, 157
Utilização das Terras, 145

SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, 165

- Agricultura, 184
 - Agricultura Temporária, 184
 - Agricultura Permanente, 185
 - Horticultura, 186
- Ambiente Físico, 172
- Condição do Produtor, 180
- Comércio, 191
- Demografia, 181
- Economia, 184
- Educação, 182
- Espaço Rural, 178
- Espaço Urbano, 175
- Extensão, 168
- Extrativismo e Silvicultura, 189
- Folclore e Lazer, 193
- Indústria, 190
- Infraestrutura, 195
- Localização, 168
 - Mapa do Município, 169
- Pecuária, 188
- Pesca e Aquicultura, 189
- Poderes Judiciário e Legislativo, 194
- Processo de Ocupação, 170
- Religião, 194
- Saúde e Assistência Social, 182
- Serviços e Comunicação, 196
- Símbolos Municipais, 165
 - Bandeira, 166
 - Brasão, 165
 - Hino, 167
- Transporte, 196
- Turismo, 191
- Utilização das Terras, 179



IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

